

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

GABRIEL AZEVEDO DE OLIVEIRA

**UM PATRIMÔNIO QUE FAZ RECORDAR:
os jesuítas, a Igreja Católica e a imigração alemã na Província de São Pedro
(1824-1965)**

**São Leopoldo
2022**

GABRIEL AZEVEDO DE OLIVEIRA

UM PATRIMÔNIO QUE FAZ RECORDAR:

os jesuítas, a Igreja Católica e a imigração alemã na Província de São Pedro (1824-1965)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História pelo Curso de Licenciatura em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge

São Leopoldo

2022

Dedico este trabalho ao meu primeiro orientador no campo da História, Prof. Dr. Padre Pedro Ignácio Schmitz que com sua sabedoria, paciência e intelectualidade soube guiar-me pelos caminhos nebulosos da Memória e História Patrimonial. Dedico, ainda, a minha avó, Isaura da Porciúncula Azevedo, *in memoriam*, que sempre me incentivou e mostrou os caminhos por onde seguir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Sabedoria Encarnada e a sua Sede pelos benefícios e forças que me levaram até o presente momento.

Agradeço ainda ao meu orientador, professor Dr. Jairo Henrique Rogge, pela paciência, apoio e orientação. Agradeço, também, ao Prof. Dr. Luiz Fernando Medeiros Rodrigues – Coordenador do Instituto Anchieta de Pesquisas – e na pessoa dele aos demais colegas e amigos do mesmo Instituto: Bióloga Denise Maria Schnorr; Ms. Suliano Ferraso; Dr. Marcus Vinícius Beber; Giulia Frias Santos; Luan Gabriel de Oliveira Garcia; Ana Maria Scherer Thiesen Lucca; e demais bolsistas e funcionários que se fizeram presentes ao longo desta trajetória acadêmica.

Faço menção e rendo meus agradecimentos aos professores e professoras do curso de Licenciatura em História, em especial as Professoras Dr.^a Eliane Cristina Deckmann Fleck – professora de História do Brasil, do curso de Licenciatura em História e Dr.^a Maria Cristina Bohn Martins – professora de História da América do mesmo curso, que em suas brilhantes aulas demonstraram que é possível fazer história bem-feita, com entusiasmo e muita paixão.

Agradeço a minha mãe, Elizabeth da Porciúncula Azevedo, que com esforço e garra criou-me de forma valorosa e responsável. Da mesma forma, faço menção de agradecimento ao Reverendíssimo Dr. Pe. Felipe Klafke Konzem, que com sua sabedoria, inteligência e paternidade ajuda-me a compreender que a vida espiritual e a vida intelectual caminham unidas.

Importante lembrar daqueles que trilharam a trajetória acadêmica ao meu lado e os quais, se a história futura nos permitir, levarei por toda a vida, são eles: Rosângela Maria Lopes – amiga para todas as horas; Rafael Oliveira – colega que alçará grandes voos no mundo acadêmico; Simone Henz Nunes – colega consultora de filmes e séries; Camila Lucas – aquela que contagia e tira risadas de todos, mesmo nas horas mais tensas da graduação; Ranieri Hirsch Rathke – proporcionador dos mais acirrados debates políticos e históricos que experienciei ao longo da licenciatura; Daniele Turcato Biffi – que tem se mostrado uma excelente colega, de quem podemos esperar grandes coisas; Cleiton Diesel – eterno Brochier; e outros tantos que de alguma forma deixaram sua marca ao longo destes anos de UNISINOS.

Lembro, ainda, com carinho e gratidão, dos demais colegas de sala de aula, que ao longo de estágios, bolsas e trabalhos fizeram-se presentes e ajudaram-me a constituir-me enquanto professor e pesquisador. São eles: Camila Philipiak; Mayara Mello; Sindel Rocha; Mirian Backes Spengler; Tatiane Nunes; Andréia Theobald Olkoski; Camila Silva; Lavínia Lopes; Noemi Antônio Maria; e tantos outros que estiveram presentes e estão guardados em minha memória e coração.

Por fim, agradeço aos meus amigos Josemaría Escrivá de Balaguer, Karol Wojtyła, Tomás de Aquino, Agostinho de Hipona e Gilbert Keith Chesterton que me acompanham todos os dias com seus escritos, inspirações e exemplos de vida.

“Acredito que o que realmente acontece na história é o seguinte: o homem idoso está sempre errado; e os jovens estão sempre errados sobre o que está errado. A forma prática que isso toma é a seguinte: enquanto o homem idoso se apega a algum costume estúpido, o homem jovem sempre o ataca, com alguma teoria que se mostra igualmente estúpida.” (CHESTERTON, The Ilustred London News, 6.3.1922)

RESUMO

O presente trabalho pretende fazer uma construção histórica e contextual do catolicismo sulino nos séculos XIX e XX, em busca de compreender a história por trás do acervo exposto na Sala de Memória Sacra localizada no térreo da Biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Para tal, utilizamos de revisão bibliográfica em clássicos da historiografia brasileira e gaúcha, análise de documentação e manuscritos históricos, assim como de entrevistas com personagens partícipes da constituição de tal acervo. Iniciamos a pesquisa retornando aos conceitos de Padroado e Regalismo, para possibilitar a compreensão da crise do catolicismo brasileiro e, neste caso, sulino em meados do século XIX, versando-nos sobre a ideia de um catolicismo liberal presente na Terra de Santa Cruz. Posteriormente trabalhamos com o movimento de reforma católica – ultramontanismo – que ganhará força com a chegada dos jesuítas de língua espanhola e, por conta do advento da imigração alemã, germânica. Por fim, fechamos o trabalho com a constituição da Sala de Memória Sacra e sua importância para a preservação da memória católica, jesuítica e popular do Sul do Brasil, assim como analisando alguns dados das ações de educação patrimonial nela realizadas.

Palavras-chave: catolicismo; jesuítas; colonização alemã; patrimônio; memória.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Total de visitas por ano (escolas e outros)	76
Gráfico 2 Números de cidades por ano.....	77
Gráfico 3 Séries escolares por ano	78
Gráfico 4 Ensino público ou privado por ano de atendimento (educação básica)	78
Gráfico 5 Grupos de visita por espaço (escolas e outros)	79

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ASV	Arquivo Secreto Vaticano
CVII	Concílio Ecumênico Vaticano II
EF I e EF II	Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II
IAP	Instituto Anchietano de Pesquisas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Pe.	Padre
SJ	Societatis Iesu
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O CENÁRIO CATÓLICO BRASILEIRO	17
2.1 O catolicismo liberal/regalista presente no clero brasileiro do século XIX. 20	
2.2 A crise do catolicismo na Província de São Pedro do século XIX	24
2.3 O abandono religioso dos imigrantes alemães de fé católica.....	30
2.4 As missões dos Jesuítas Espanhóis no território sulino	34
2.4.1 A missão na Colônia alemã de São Leopoldo	36
3 A CHEGADA DOS JESUÍTAS DE LÍNGUA GERMÂNICA	41
3.1 A recepção aos jesuítas: o clero, os governantes, o povo imigrante.....	42
3.2 A fixação em paróquias: Paróquia São José, Paróquia São Miguel e Paróquia Nossa Senhora da Conceição	43
3.2.1 A Igreja São Miguel – Picada Baum, Dois Irmãos	44
3.2.2 A Igreja São José – Picada dos Portugueses, São José do Hortênsio.....	49
3.2.3 A Paróquia Nossa Senhora da Conceição – Colônia Alemã de São Leopoldo	51
3.3 Uma Igreja em Restauração: a Companhia de Jesus e o ultramontanismo 56	
3.3.1 O processo de Restauração Católica no território gaúcho.....	60
4 A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO JESUÍTICO NO SUL DO PAÍS	64
4.1 Patrimônio e memória religiosa.....	65
4.2 Um patrimônio que faz recordar: a construção e origem do Acervo e Espaço de Memória Sacra do Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS ..	68
4.3 O patrimônio que ainda fala: as ações de educação patrimonial e as motivações para a preservação de um acervo histórico e religioso	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DOCUMENTAL.....	92
APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO - SCHNORR	96
APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO - SCHMITZ	97

1 INTRODUÇÃO

Muito já se falou sobre a memória e o patrimônio dos imigrantes alemães dos séculos XIX e XX estabelecidos no Brasil Meridional, assim como a temática dos jesuítas de língua germânica, advindos no ano de 1849 para o Brasil, já foi deveras trabalhada. Contudo, o presente trabalho busca lançar vistas sobre uma realidade contemporânea que tem seus fundamentos em ambos os processos históricos neste parágrafo já citados. Iremos, através desta pesquisa, estudar a formação histórica de um patrimônio religioso jesuítico, material e imaterial, que representa a memória destes religiosos oriundos das mais diversas localidades europeias, com o intuito de socorrer espiritualmente os colonos alemães desamparados em sua fé católica.

Este trabalho apresenta como objetivo geral compreender a construção do Patrimônio Jesuítico presente na Sala de Memória Sacra da UNISINOS através da história da Igreja Católica, dos Jesuítas e dos imigrantes alemães desde 1824 até 1965 na Província de São Pedro do Sul. Tem-se por objetivos específicos: trabalhar os conceitos de patrimônio religioso e memória sacra; construir uma análise do catolicismo sulino antes da chegada dos jesuítas espanhóis e de língua germânica; compreender o que é e qual a importância da preservação patrimonial e de uma memória religiosa; entender as relações estabelecidas entre estado e igreja no período pesquisado; e diferenciar o catolicismo liberal e o catolicismo ultramontano do período em estudo.

Para tal, necessariamente deveremos revisitar as motivações eclesiásticas e sociais que fizeram necessária a presença de jesuítas de língua germânica em território sulista, buscando compreender a realidade da Igreja Católica no Brasil da época – relação entre Igreja e Estado; situação do clero no Sul do Brasil; liberalismo e ultramontanismo católico; as implicações do processo de supressão e restauração da companhia de Jesus; a chegada dos imigrantes alemães católicos e o abandono religioso por eles vivenciado; a recepção aos jesuítas de língua espanhola e germânica, suas missões populares e o estabelecimento das primeiras paróquias; concluindo com a construção e importância do patrimônio religioso jesuítico no sul do Brasil.

No intuito de alcançarmos os objetivos propostos com este trabalho, iremos utilizar de revisão bibliográfica em artigos e obras que versem sobre a temática da religião e da migração alemã dos séculos XIX e XX, pesquisa documental e de

entrevistas – baseando-se no método de história oral – com entrevistados previamente selecionados. Referente a pesquisa documental, far-se-á a análise de documentos como o Ementário Eclesiástico do Rio Grande de S. Pedro (autoria de Arcediago Zeferino Dias Lopes, 1873); Circular que o Presidente da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul dirige aos Parochos¹ da mesma (Francisco Alvares Machado, 1º de fevereiro de 1841); e Relato histórico das atividades jesuíticas no período final dos farrapos (1842 a 1845) (Santiago Luís Villarrubia, S.J., 1864).

Para bem compreendermos a trajetória histórica que levou aos jesuítas de língua germânica tocarem e estabelecerem-se em território sulino, é necessário que voltemos ao século XVIII, com a crise do sistema colonial. Segundo o clássico historiador Boris Fausto (2015), tal fenômeno de colapso que abalou as relações entre metrópole (Portugal) e colônia (Brasil) deve-se ao avanço do pensamento ilustrado no ocidente. Junto a isto, ocorre em 1776 a independência das colônias Inglesas da América do Norte e, após um pouco mais de uma década, a explosão das duas grandes revoluções modernas (HOBBSAWM, 1996), a Revolução Francesa a partir de 1789 e a Revolução Industrial Inglesa (1760). Estas duas potências ocidentais – Inglaterra e França - baluartes de um pensamento humanista, iniciam – como nos aponta Fausto (2015) - uma tendência da busca pela extinção dos regimes de escravidão. Mas, segundo o referido autor, tudo isso faz menção a algo ainda mais profundo, a chegada da burguesia ao poder – derrubando o Antigo Regime e tomando o lugar da nobreza – e, com isso, ao avanço do capitalismo industrial.

Em 1750 Dom José I toma seu lugar no trono português e com ele emerge ao poder o Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal. De 1750 a 1770 Pombal realiza diversas reformas na política portuguesa, principalmente no que toca as relações entre Metrópole e Colônia. Dentro das mais diversas medidas pombalinas, como a criação das Companhias de comércio do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba, Pombal realiza, em 1759, a intervenção mais controversa de seu Ministério, a expulsão da Companhia de Jesus e o confisco de seus bens (FAUSTO, 2015, p. 96). Esta medida demonstra uma tentativa pombalina de subordinar a Igreja Católica as intenções do Estado Português. A Igreja, por sua vez, seguindo os caminhos de Pombal e submetendo-

¹ Grafia utilizada no documento.

se a pressões e interesses políticos, e por ordem do Papa Clemente XIV, suprime a Companhia de Jesus no ano de 1773.

Por mais de um século a Companhia de Jesus é considerada “morta”, todavia, alguns de seus membros continuam seus trabalhos evangelizadores mesmo sem a existência da ordem, guardando neles o espírito inaciano, já que “O espírito, [...], da Companhia era algo que não podia ser sufocado e morrer.” (LUTTERBECK, 1977, p. 14). A imperatriz russa, Catarina II, negou-se a cumprir o decreto papal de supressão da Companhia, permitindo a permanência dos religiosos em território russo, dando aos missionários grande espaço na educação de seu império. Em 1814, por decreto do Papa Pio VII, foi restaurada a Companhia de Jesus, sendo o Pe. João Felipe Roothann, resistente da Companhia na Rússia, o primeiro Superior Geral da ordem após a restauração papal – eleito em 1829 (AZEVEDO, 1984, p.14).

As políticas imigratórias no Brasil iniciam com o estabelecimento de colônias agrícolas em 1808, através da promulgação de dois decretos pelo então príncipe regente Dom João. Em primeiro de setembro de 1808, por decreto do monarca, é firmada a vinda de cerca de 1500 famílias açorianas para o território gaúcho, no intuito de ocupar pequenas sesmarias para cultivo. Em 25 de novembro do mesmo ano, Dom João promulga um novo decreto permitindo a concessão de sesmarias a estrangeiros, vislumbrando o aumento da produção agrícola e pecuária, assim como o aumento da população no território brasileiro (CUNHA, *in* BOEIRA, *et al*, 2006). Este processo de políticas imigratórias é marcado pela necessidade vislumbrada pelo governo regencial de “criar uma classe média na estrutura social brasileira, [...]”. Uma classe que deveria ser capaz de desenvolver a policultura para o abastecimento das cidades em expansão e dos exércitos em campanha.” (CUNHA *in* BOEIRA, *et al*, 2006, p. 280).

Necessitando do apoio inglês, o governo brasileiro reafirma os acordos estabelecidos entre Inglaterra e Portugal – Tratado de Aliança e Amizade (1810)², Tratado de 22 de janeiro de 1815³ e a Carta de Lei de 8 de novembro de 1817⁴ - através de uma nova convenção no ano de 1826, que, a partir de 1830, proibia toda

² Tratado que dava a Inglaterra benefícios como o pagamento de somente 15% de impostos sobre mercadorias chegadas aos portos brasileiros, determinação de que qualquer inglês presente em território brasileiro só poderia ser julgado na presença de um representante britânico, além de um comprometimento em dar fim gradativamente ao tráfico negreiro.

³ Tratado assinado por Dom João de Portugal e Rei Jorge III do Reino Unido, abolindo o tráfico de escravos dos territórios da costa da África até o norte do Equador.

⁴ Convenção assinada entre Portugal e Inglaterra para a extinção do tráfico negreiro e investigação mútua do real cumprimento da lei.

e qualquer forma de tráfico de escravos. Com esta realidade fazia-se necessária a presença de brancos não portugueses para que se atenuasse a crise de mão-de-obra na produção de alimentos; era necessário substituir o escravo pelo imigrante.

Em primeiro de janeiro de 1822 embarcou para a Europa o Major Von Schäffer, tendo por uma de suas missões a contratação de “colonos soldados” (CA *in* BOEIRA, *et al*, 2006; ROCHE, 1969) na intenção de povoar e ao mesmo tempo proteger a região fronteiriça no sul do território brasileiro. Para tal, Schäffer utilizou, autorizado pela coroa, da promessa de facilidades e benefícios aos possíveis colonos, sendo elas:

[...] os colonos viajariam a expensas do Govêrno Brasileiro, seriam logo naturalizados, gozariam da liberdade de culto, receberiam como livre propriedade 160 000 braças quadradas de terra (77 hectares) por família, e cavalos, vacas, bois etc.; durante um ano, perceberiam uma ajuda, em moeda corrente, de um franco por cabeça, e de cinqüenta cêntimos durante o segundo ano; enfim, seriam insentos de todo impôsto e de tôda prestação de serviço pelo espaço de dez anos. A única condição que se lhes impunha era a inalienabilidade de suas terras por dez anos. (ROCHE, 1969, p. 95)

Segundo Roche (1969), entre 1824 e 1830 entraram em território brasileiro cerca de 5350 colonos alemães. Desde a chegada destes imigrantes - que deveriam se estabelecer na já existente Real Feitoria do Linho Canhâmo⁵, antes explorada por mão escrava – foram encontradas dificuldades no cumprimento das promessas realizadas pelo governo imperial do Brasil. O processo imigratório deu-se de forma muito rápida, não possibilitando uma real organização da Feitoria para a chegada deste número de colonos alemães. Além disso, a distribuição de terras aos imigrantes não ocorreu na velocidade esperada, fazendo com que alguns destes alemães ficassem meses sem receber a porção de terra que lhe fora prometida.

Na questão religiosa, diferentemente dos imigrantes alemães de fé luterana, que vieram acompanhados de pastores para a prestação de culto e continuidade da fé que professavam, os imigrantes católicos encontraram-se desamparados em sua religiosidade. No ano de 1830 é erguida na colônia uma pequena capela católica, que deveria atender as necessidades religiosas da população. Todavia, não era encontrado no território um sacerdote sabedor da língua germânica, deixando os colonos da mesma forma desamparados. Os sacramentos celebrados em atos públicos ocorriam por terem como língua ritual o latim, possibilitando a execução de

⁵ Local onde hoje situa-se o bairro Feitoria em São Leopoldo.

celebrações como Missas, Batismos e outros sacramentos e sacramentais. Todavia a confissão, sacramento no qual se faz necessária a escuta e compreensão do dito pelo penitente ao confessor, era substituído por absolvições gerais.

Todo este cenário irá desembocar na vinda dos jesuítas de língua germânica para o Sul do Brasil, o que veremos de forma mais aprofundada ao longo deste trabalho. Todavia, é necessário compreendermos quando e como os jesuítas – expulsos por Pombal no século XVIII – retornam ao território brasileiro. Após a restauração da Companhia de Jesus no ano de 1814, os missionários jesuítas chegam, em 1815, em território espanhol por convite de Fernando VII. Tal relação entre o rei e a companhia mostrou-se um tanto atribulada, em 1820 o mesmo monarca expulsa de seu território os missionários a quem anteriormente tinha convidado – tendo como motivações pressões políticas e anticlericais. Todavia, três anos mais tarde, em 1823, os membros da Companhia de Jesus são convidados a retornarem à Espanha, permanecendo nela até a morte de Fernando VII. Em 1834 o Colégio Jesuíta de Madrid é atacado por revoltosos que ceifam a vida de 14 jesuítas, até que em 1835 o governo espanhol decreta o fim da Companhia de Jesus em seu território (AZEVEDO, 1984; RODRIGUES, 2015, p.06).

Após algumas propostas de novas missões Pe. João Rothaan, então geral da Companhia de Jesus, e Pe. Antônio Morey, provincial dos jesuítas da Espanha, decidem aceitar o convite feito pelo General Juan Manuel Rosas e enviam um grupo de missionários da ordem para a cidade de Buenos Aires, Argentina, no ano de 1836. Logo ao chegarem em terras argentinas, nos diz Pe. Ferdinand Azevedo, S.J.(1984, p.18), iniciaram as dificuldades na relação de Rosas com os padres e irmãos jesuítas. Os religiosos negaram-se a apoiar o partido do ditador, “Federación”, contra o partido de oposição ao governo, “Unión”. Além disso, em outubro de 1841, mês anualmente dedicado a exaltação do ditador Rosas (AZEVEDO, 1984), os apoiadores do governo voltaram-se contra os jesuítas, levando o Pe. Berdugo a tomar medidas protetivas como o fechamento do Colégio San Ignacio. Rosas não permite a saída dos religiosos do território de Buenos Aires, fazendo com que os membros da ordem fugissem de forma clandestina. Pe. Berdugo e Irmão Saracco recorrem a Montevideú como local de fixação provisória (RODRIGUES, 2015, p.7-8).

Em dezembro de 1841, Berdugo e Saracco dirigem-se ao Brasil, buscando, segundo Pérez (p.235), “estabelecer uma Missão nesse mesmo Brasil”. Chegando

ao Rio de Janeiro, os religiosos são recebidos pelo Internúncio Apostólico, Ambrósio Campadonico⁶. Recebendo os religiosos jesuítas em sua casa, Campadonico afirma o desejo de tê-los no Brasil e inicia o processo de permissões com as demais autoridades eclesiásticas. Os jesuítas encontram resistência por parte de Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo⁷, que recusou, de início, as ofertas missionárias dos clérigos jesuítas pois era conhecedor das ideias antijesuíticas que ainda permeavam a mentalidade de parte do clero e da política nacional.

Vendo possíveis problemas para a entrada dos jesuítas espanhóis no território brasileiro, Pe. Berdugo expõe que

[...] de acordo com o espírito autêntico de seu Instituto Religioso, os seus súditos, uma vez admitidos a trabalharem apostolicamente no Brasil, haveriam de renunciar sem mais aos direitos da cônica e a todas as espórtulas por ministérios. Em contrapartida expusera àquela autoridade eclesiástica terem eles um só pedido: o de se lhes concederem as faculdades canônicas e civis para tal trabalho. [...] Dom Manuel, aliás, pouco inclinado aos jesuítas, ao ouvir tamanha generosidade apostólica, tratou ele próprio de arranjar-lhes neste caso o único desejado, tanto no eclesiástico como no civil. Quanto a este dirigiu-se ao Ministro da Justiça, José de Araújo Viana, que concedeu as respectivas licenças sem qualquer espalhafato. (VILLARRUBIA, 1864, p.2)

Em março de 1842 chega ao Brasil o Pe. José Sató com notícias que levam o Pe. Berdugo a regressar a Espanha (RODRIGUES, 2015, p.11). No mesmo ano, são enviados ao Brasil o Pe. João Coris e o Irmão Gabriel Fiol. Inicia-se, portanto, uma pequena comunidade religiosa de jesuítas que terão por abrigo a própria residência do Internúncio Apostólico, Ambrósio Campadônico. Com tudo, a recepção que os jesuítas receberam do Internúncio Apostólico não se igualara ao modo como foram tratados pelos demais membros do clero secular, que viam com maus olhos a presença dos membros da Companhia de Jesus em território brasileiro. Tal é a veracidade desta alegação que Pe. Sató escreve, no ano de 1842, ao assistente da Companhia em Roma:

Aqui en el Brasil estamos dos, como habrá leido Vossa Reverencia en la que le escribi en el mes pasado; y debo decirle con el mayor sentimiento mio, que hasta ahora nos confortaba una esperanza de poder hacer alguna

⁶ Internúncio Apostólico de 1841-1845, nascido em Castel Gandolfo em 1782, faleceu no ano de 1869.

⁷ Primeiro e único Conde de Irajá, bispo do Rio de Janeiro com jurisdição eclesiástica sobre a Província de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foi Deputado Provincial na Assembleia Geral por duas vezes, representando Pernambuco e o Rio de Janeiro. Nasceu em Recife, 1789, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 11 de junho de 1863.

cosa y ejercitar nuestros ministerios; mas en estos dos meses he tentado todos los medios, que se han ofrecido y he buscado otros, bien inutilmente. Geralmente no nos es posible ejercitar ministerio alguno; y el Obispo mismo me ha dicho que no poderia hacer cosa por ser yo extranjero. Tal es el estado de las cosas aqui, donde se hace publicamente alarde del Jansenismo y flacmasonismo!⁸

Tal realidade dava-se por estar o clero secular vinculado a diversas práticas contrárias ao costumeiro da fé católica, sendo a ação jesuíta um reflexo daquilo que deveriam ser e que não lhe era de agrado. Muitos clérigos encontravam-se vinculados a política, levavam vidas dúbias e eram moralmente repreensíveis – além de deixarem, por diversas vezes, os fiéis desamparados espiritualmente. Padre Sató escreve ao seu superior, Pe. Berdugo, sobre os impedimentos pastorais causados pelo clero secular, apontando que “De manera que se puede decir que ni ellos hacen el bien, ni quieren que otros lo agan.”⁹.

Esta inquietação chega ao fim quando o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Saturnino de Souza e Oliveira¹⁰, solicita a Dom Manuel que envie padres para atender os Sul-rio-grandenses em estado de desamparo espiritual. Ambrósio Campadônico convence Dom Manuel de enviar ao território sulino os jesuítas espanhóis, respondendo ao pedido de Souza e Oliveira.

Neste cenário histórico é que iniciaremos a falar sobre a realidade da Igreja Católica no Sul do Brasil e as ações missionárias destes jesuítas espanhóis que culminaram com a vinda dos religiosos de língua germânica para o atendimento espiritual dos colonos alemães. Para tal dividimos o trabalho em três capítulos que versarão, respectivamente, sobre: o cenário católico brasileiro; a chegada dos jesuítas de língua germânica; e a construção do patrimônio jesuítico no sul do país.

⁸ Carta do P. Joseph Sató i Serra ao P. Assistente da Companhia em Roma. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1842. ARSI, Bras. M. 1001/a – I,4 – *apud* RODRIGUES, 2015, p. 11-12.

⁹ Arquivo da Missão Paraguaense, Sató a Berdugo, Rio de Janeiro, 21 de mayo 1842. *Apud* AZEVEDO, 1984, p. 23.

¹⁰ Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, advogado, presidente provincial do Rio Grande do Sul (1839-1840 e 1841-1842) e Senador (1847). Natural do Rio de Janeiro, faleceu em 1848.

2 O CENÁRIO CATÓLICO BRASILEIRO

Como vimos ao longo da introdução deste trabalho, o cenário da Igreja Católica no Brasil era um tanto complexo. Neste capítulo iremos revisitar tais situações que permeavam a vida do clero católico e por consequência, influíam em um atendimento espiritual nulo, ou quase nulo, de grande parte dos fiéis de fé católica. Para iniciar iremos tratar sobre a instituição do Padroado e do Regalismo ao decorrer do Brasil independente, dando enfoque para a definição destes conceitos e as problemáticas que surgiram partindo da vigência destes.

Por Padroado entendemos o direito dado pelos papas aos reis portugueses e espanhóis, possibilitando a administração de assuntos religiosos nas terras por eles adicionadas aos seus reinos (FRANZEN *in* DREHER, 2002, p.45)¹¹. A palavra Padroado remete ao verbete apadrinhamento/padrinho, ou seja, é o ato de tutelar/proteger as questões referentes a Igreja - questões eclesiásticas. Neste sistema a Igreja Católica entrega ao rei o patrocínio de sua ação evangelizadora, estabelecendo um contrato - entre Estado e Santa Sé - de expansão religiosa nas novas terras conquistadas. Através desta instituição a coroa teria a possibilidade de arrecadar o dízimo devido a Igreja por parte de seus fiéis, e, como consequência, deveria manter as comunidades eclesiásticas – construindo igrejas, sustentando clérigos e promovendo ações de evangelização, missões.

O padroado no Brasil advém do padroado lusitano, português, que inicia nos séculos XV e XVI, através do estabelecimento de relação entre o Estado Português e a Igreja Católica Romana. Lana Lage da Gama Lima (2014, p. 47) lembra que

Desde 1455, a bula *Inter Caetera*, de Calixto III, confirmara a administração espiritual da Ordem de Cristo sobre todas as conquistas, recebendo seu grão-prior a jurisdição ordinária episcopal, como prelado *nilius diocesis*, sobre as terras descobertas e por descobrir. À Ordem de Cristo cabia, portanto, o padroado dos benefícios infra episcopais das terras ultramarinas, enquanto os episcopais permaneciam, como no reino, pertencendo à Coroa. A verdade é que o rei acabava responsável pela indicação dos párocos das novas terras, visto que, como grão-mestre da Ordem, competia-lhe indicar o candidato que receberia do grão-prior ou vigário da Ordem – que era o vigário do Convento de Tomar – a investidura espiritual. Esse privilégio foi usado nas igrejas da África e da Ásia, mas não chegou a ser exercido no Brasil porque até 1514 não se criou nenhuma paróquia na Colônia. E, dessa data em diante, com a criação do Bispado de

¹¹ FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. **Origens Ibéricas do catolicismo latino-americano**. In DREHER, M. N. (org.). *500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: Ed. EST, 2002.

Funchal, cessou a jurisdição da Ordem sobre todas as conquistas, incluindo as terras brasileiras, que também passariam a fazer parte do novo bispado, deixando, portanto, de ser *nulius diocesis*.

Dom Manoel exerce de forma dupla o padroado nas terras conquistadas por Portugal. Após a publicação da bula *Dum Fidei constantiam* – que determina o dever da Coroa de propagar a fé católica nos territórios descobertos ou que ainda estão por descobrir, além de estabelecer o direito de prover dioceses, igrejas e sustentar clérigos que pareçam detentores de reta moral - pelo Papa Leão X em 1514, Dom Manuel passa a exercer um padroado secular, despendido aos reis, e outro de identidade eclesiástica, por ocupar o título de grão-mestre da Ordem de Cristo (LIMA, 2014). Sobre esta dupla vinculação do padroado na coroa portuguesa nos fala Santirocchi (2013b, p.2), “O poder espiritual da Ordem de Cristo e o direito de padroado da Coroa portuguesa estão intimamente ligados, pois ambos tiveram origem no processo de expansão ultramarina e na luta contra os mouros.”. Ocorre, portanto, uma espécie de “Cesaropapismo”, onde o rei passa a ser visto como um vigário direto de Deus na terra, governando a vida religiosa de sua circunscrição.

Esta relação entre Igreja e Coroa se faz presente de forma robusta no Brasil Colonial e Imperial. Cabia a coroa portuguesa, em território brasileiro, criar dioceses, nomear padres, nomear bispos, criar bispados, recolher dízimos, enfim, estabelecer as condições propícias para a evangelização em seu território. No ano de 1532 é criada a Mesa de Consciência e Ordem – um conselho da coroa que aprova as questões religiosas nas terras ultramarinas e de todas as terras alcançadas pelo Padroado português. Esta instituição tinha por finalidade gerir, examinar candidatos religiosos, expedir benefícios eclesiásticos, entre outras incumbências.

Tal intromissão do Estado e da Mesa de Consciência e Ordens toma uma proporção imensa, de tal modo que passa a sufocar a vida da Igreja. Passa-se a determinar o número de missas em cada paróquia, limita-se o número de organizações de fiéis em confrarias, chega-se ao ponto de determinar o número de velas a serem dispostas sobre o altar. A esta intromissão exacerbada chamamos de Regalismo, que, de modo geral, pode ser definido como a intromissão descontrolada do estado real dentro da vida da Igreja Católica.

Estas duas instituições do império terão sua ação continuada no século XIX durante o Primeiro e Segundo Reinado, assim como nas Regências, dando gás aos mais diversos problemas de manutenção da fé no território brasileiro e, no caso de

nosso estudo, no território sulino. No Brasil independente estes regimes se perpetuam por insistência do Império ao enviar representantes até a Santa Sé, em Roma, buscando o reconhecimento da independência brasileira, assim como o direito ao padroado através do recebimento dos grão-mestrados das ordens de cavalaria. Após longa espera, tendo sido iniciada a missão em 7 de agosto de 1824, em 23 de janeiro de 1826 a independência brasileira é reconhecida pela Santa Sé, sendo seguida da Bula “*Praeclara Portugalliae, Algarbiorumque Regum*” de Leão XII, onde diz:

Atendendo nós ao ardente zelo com que o dito Imperador, seguindo o exemplo dos seus antepassados, procura não só manter, mas ainda propagar a Religião com todo o empenho e trazer à fé Católica os idólatras e gentios que em grande número ainda existem naquele país, e intimamente convencidos de que ele há de perseverar nesta resolução e na mesma devoção para com esta Sé Apostólica, recolhemos com peculiar benevolência as suas súplicas; e pelas presentes Letras de perpétuo vigor, declaramos que Dom Pedro como aqueles que para o futuro lhe sucederem no Império do Brasil como mestres perpétuos administradores da mesma ordem gozem de todos os privilégios e direitos que por Autoridade dos Nossos predecessores possuíam ali os reis de Portugal, na qualidade de mestres da dita Ordem, e os possam livremente exercer sobre as igrejas e benefícios pertencentes à dita Ordem, sobre os quais os mencionados reis podiam legitimamente exercê-los. Pela qual razão o direito de apresentação e nomeação aos bispados e outros benefícios, de deputar preceptores para as preceptorias, comendadores para comendas, regedores para os conventos e congregações da Ordem Militar de Cristo, depois de expedidas as bulas de Leão X, que principiam – *Dum fidei constantiam e Proexellenti* -, depois pela bula de União de Júlio III, que principia – *Praeclara charissimi* -, e reunidas em uma passaram para os reis de Portugal; e se estes direitos ou privilégios foram alguma vez exercidos pelos mesmos reis da região brasílica, declaramos que todos eles ficam pertencendo ao Imperador Dom Pedro I e ao seus sucessores no Império, e podem ser exercidos por eles como grão-mestres da Ordem de Cristo.¹²

Tal reafirmação do padroado ao império brasileiro fortalece as ideias liberais do clero regalista que cercava a coroa. A chamada Comissão Eclesiástica, assim como a de Constituição e de Negócios Eclesiásticos aconselhavam a manutenção do chamado Beneplácito Régio – a conduta destinada ao monarca de aceitar ou não, total ou parcialmente, as determinações papais dadas a conhecer através de bulas, cartas ou encíclicas pontifícias, além de intervir em assuntos disciplinares, hierárquicos e administrativos da Igreja em território nacional. Tal conduta abre

¹² LEO XII, Bulla “*Praeclara Portugalliae, Algarbiorumque Regum*”, em: Bullarium Romanum, tomo 17, Rainaldi Segreti, Romae, 1855, p. 59 *Apud* VIEIRA, D. V. **História do catolicismo no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Ed. Santuário, 2016.

espaço para um clero liberal/regalista que irá ter uma atuação importante dentro da história do catolicismo brasileiro.

2.1 O catolicismo liberal/regalista presente no clero brasileiro do século XIX

Como já visto, a Igreja Católica no Brasil via-se vinculada de forma quase que indissolúvel ao regime do Padroado e do Regalismo, ou seja, ao Estado, desde os seus primórdios. Não obstante, muitos clérigos católicos se faziam presentes em cargos públicos de governo – além de serem funcionários do estado por conta de seu status religioso, eram políticos (senadores, ministros, conselheiros etc.) e, por vezes, exerciam demasiadamente sua função política em detrimento da cura das almas. Segundo Françoise Jean de Oliveira Souza (2008, p. 128)

No início do período monárquico, a presença de padres-políticos fez-se marcante na nossa história, compondo parte da elite política imperial. Dos 102 deputados gerais eleitos para a primeira legislatura brasileira, iniciada em 1826, 23 eram clérigos, representando 22,5% do total de cadeiras. Na segunda legislatura (1830-1833), os padres-políticos corresponderam a 22% dos deputados gerais; na terceira legislatura (1834-1837), 24% e na quarta legislatura (1838-1841) 16%.

É necessário recordar que os ideais revolucionários franceses já ecoavam suas vozes no território brasileiro e não deixaram de encontrar morada dentro do clero católico, formando aquilo que chamaremos de catolicismo liberal ou clero liberal ou, ainda, regalista que entrará em confronto com o clero tradicional - de modelo tridentino ou ultramontano.

As diferenças no sistema religioso, todas cobertas pelo denomina Católica Romana eram: um modelo tridentino, de caráter antiprotestante, e vaticanista; um modelo regalista imposto pela Constituição e pelo Estado, com garantias para o culto protestante, e antivaticanista; um tipo popular, espontâneo, fruto da presença de agendas, crenças, valores, símbolos, praxes e sanções religiosas de remota origem portuguesa, ou de próxima absorção dos cânones de sistemas religiosos africanos ou indígenas, aparentemente indiferente à questão da “supremacia”, mas na prática, subversivo da hierarquia tridentina, e com traços de anticlericalismo. (RIBEIRO, 1973, p. 151)

Ítalo Domingos Santirocchi (2013a, p. 1-2) aponta que a formação deste clero liberal se deve principalmente a intensa participação política, assim como a formação iluminista recebida nos seminários brasileiros, favorecendo a participação dos religiosos católicos em diversos movimentos revoltosos.

[...] foi delegada aos párocos uma série de funções civis que praticamente os integraram ao funcionalismo público, ao mesmo tempo em que lhes dava uma considerável influência política sobre as comunidades em que atuavam, devido, principalmente, à importante função que passaram a desempenhar no processo eleitoral. Tal fato levou a uma intensa participação política do clero e a formação de uma espécie de liberalismo eclesiástico, encabeçado pelo padre Feijó. (SANTIROCCHI, 2013a, p. 1)

Para François Souza (2008, p.129) o iluminismo presente no clero brasileiro pode ter origem nas intervenções pombalinas, já que “[...] o iluminismo adotado pela reforma portuguesa foi essencialmente católico e cristão, tendo sido promovido, não por livres pensadores [...] mas por homens ilustrados da própria Igreja [...]”. A mesma autora continua sua explanação apontando que o iluminismo português “não realizou por completo a obra de secularização da política, mas, ao contrário, tornou o clero secular como aliado, colocando-o a seu serviço.”. Este catolicismo liberal ou regalista é marcado pelo progressismo teológico e político, onde ocorre a busca por adaptar a Igreja a um novo mundo, seja nos parâmetros intelectuais ou nas configurações político-sociais. A compreensão da Igreja Católica toma dois vieses, a Igreja Universal e a Igreja Brasileira. Ter a aprovação política da Igreja Universal era necessário para o processo de consolidação do império brasileiro como independente de Portugal, todavia, na concepção deste clero liberal regalista, cabia ao estado deliberar o que a Igreja Brasileira seguiria do proposto pela Igreja Universal, buscando diminuir as forças papais em prol da “soberania nacional” (SOUZA, 2008, p. 131).

Surgem medidas com o intuito de frear o catolicismo tradicional dentro do Império. Entra em discussão na Assembleia Geral tópicos como a exclusão das ordens religiosas no território brasileiro, a proibição da entrada de religiosos estrangeiros no Brasil – vistos como defensores do papado e de suas intervenções-, além de suscitar debates quanto a temas de ordem interna da disciplina e hierarquia eclesiástica. Este embate, segundo Gustavo de Souza Oliveira (2015, p. 134),

[...] entre o poder temporal e a Igreja foi constante durante o primeiro reinado e o período regencial, sendo que os liberais foram os principais responsáveis pelos conflitos. Um dos políticos que mais se sobressaiu durante essa época foi o padre Diogo Antônio Feijó que chegou a exercer os cargos de deputado, ministro, regente e senador.

Ocorre que o clero brasileiro, em grande parte, teve sua formação alicerçada em princípios liberais, sendo que muitos destes, enquanto seminaristas, não tinham

a intenção de seguir a vida pastoral, mas viam nos seminários a possibilidade de uma educação de qualidade (SOUZA, 2008; OLIVEIRA, 2015). Para muitos jovens os seminários nacionais eram a única opção de adentrar ao ensino superior, essa realidade possibilitava a presença de alunos que não tinham interesse na moralidade e doutrina católica, dedicando-se aos estudos iluministas e/ou liberais que resultara em um clero disposto a executar reformas na disciplina da Igreja Católica Romana para atender aos seus próprios desejos, mas principalmente aos desejos regalistas do Estado.

Muitos foram os clérigos liberais com destaque ao longo da história do Brasil, nomes como Diogo Feijó, Custódio Dias, José Bento e Antônio Moura, além de tantos outros, permeiam as relações político-sociais do Estado Brasileiro. Dentre estes destaca-se o Padre Diego Antônio Feijó, figura controversa do catolicismo brasileiro, que transitou de um catolicismo ascético – os padres do Patrocínio¹³ – para um catolicismo liberal e regalista, com o intuito da formação de uma Igreja Nacional. Feijó ocupou diversos cargos políticos, passando de Regente do Império de 1835-1837, Senador representante da Província do Rio de Janeiro - 1833-1843, Presidente do Senado do Império do Brasil - 1839-1840, Ministro da Justiça do mesmo império - 1831-1832 e, por fim, Ministro dos Negócios e Administrador do Rio de Janeiro de janeiro de 1832 até agosto do mesmo ano (BRAGANÇA, 2018; OLIVEIRA, 2015; RICCI, 2001).

Padre Feijó era um entusiasta do Catolicismo Liberal, sendo defensor ferrenho de mudanças disciplinares e hierárquicas na Igreja Católica do Brasil. Defendia o estabelecimento de uma Igreja Nacional, onde o celibato clerical seria dispensado, buscando uma reforma completa nos ditames eclesiásticos brasileiros. Sobre a queda da disciplina do celibato Feijó apontou, no dia 3 de setembro de 1827, em debate na Assembleia Geral, os seguintes pontos:

[...] A escritura não oferece uma só passagem ainda equivocada pela qual se entenda prescrito o celibato dos clérigos, pelo contrário o exemplo dos Apóstolos, e S. Paulo lembrando as qualidades necessárias para o sacerdócio, parece preferir o estado de casado. [...]. Quando Gregório VII sobre a Cadeira Pontifícia, parecia estar em perfeito desuso em muitas Dioceses a lei do Celibato. Estava, porém, reservado a este Pontífice o generalizar no Ocidente uma prática que seguida ao princípio por conselho, não era própria para todos, segundo o mesmo Evangelho, mas já nesse

¹³ Também conhecidos como Padres Moralistas de Itú, liderados pelo frade carmelita Padre Jesuíno do Monte Carmelo, tal grupo dedicava-se ao estudo e culto das Sagradas Escrituras além da prática de uma vida rigorosa e ascética (CARVALHO, 1989).

tempo estava [constituída] a Monarquia absoluta da Igreja dando leis a seu arbítrio aos Católicos, fazia os mesmos Monarcas dobrarem-se aos seus jugos. É este Papa austero em sua vida, severo em suas máximas, inflexível em suas [pretensões], que proíbe aos Padres continuarem a viver com suas mulheres, e decreta perpetua nulidade aos matrimônios pelos mesmos contraídos [...] Cansam-se os Concílios em formar regulamentos e estabelecer penas, para embaraçar o Concubinato dos Clérigos; mas nota-se por toda a parte que a força dos homens não pode vencer a força da natureza. [...] Enfim a história conserva o triste quadro dos escândalos, deboches, adultérios, e mil outros crimes, que desonram a Santidade do Ministério Eclesiástico [...]; e tem sido tão públicos e tão frequentes os escândalos dos Padres nesta parte, que os Protestantes maliciosamente têm afirmado, que o Papa mais quer ver o seu Clero concubinado, do que casado. [...] não deve estabelecer Lei alguma sem manifesta utilidade pública, princípio sancionado pela constituição do Império: sendo a Lei do Celibato inexecuível em sua generalidade [...] sendo enfim a abolição da lei do Celibato a opinião geral dos homens de saber, e piedade, e dos soberanos Católicos, [...] é justa necessária e indispensável, a derrogação de semelhante Lei pela Assembleia Geral do Brasil. [...].¹⁴

Tal proposta de Feijó e de outros clérigos liberais não é aprovada pela Assembleia Geral, o que não impede o sacerdote de continuar a campanha pela quebra da disciplina do celibato eclesiástico (WERNET, 1987). Enquanto membro da Comissão de Negócios Eclesiásticos da Câmara dos Deputados, ajudou a elaborar o documento que estipulava as competências temporais e religiosas no império.

Quatro pontos foram apresentados: 1) Cabia ao Imperador prover os benefícios eclesiásticos; 2) Os cabidos criados nas bulas eram desnecessários aos interesses da Igreja; 3) O Papa poderia recomendar o número de sacerdotes e não exigir quantidades, pois esta dependia das condições da Nação; 4) O Papa não poderia determinar a criação dos seminários, mas sugerir de acordo com as normas do Concílio de Trento. (SOUSA, 1942, p. 76-78 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 136).

Em 1828, na Assembleia Geral, toma-se para discussão, por parte dos deputados, a presença de ordens e congregações religiosas no território nacional. Feijó mostra-se contrário a entrada de destes grupos religiosos em terras brasileiras, argumentando que estes trazem consigo os ideais absolutistas e uma maior influência papal sobre o território nacional. Padre Feijó também defendia a intervenção dos poderes temporais sobre as decisões correspondentes aos tribunais eclesiásticos, tomando para o estado o poder de nulação ou nulidade de casamentos, dispensas de ordens, entre outras prerrogativas.

¹⁴ ASV, Cidade do Vaticano, fundo do ANB, fasc. 10, doc. 4, páginas 9-17, voto aberto de Diogo Antônio Feijó, outubro de 1827 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 138.

Diego Antônio Feijó é um retrato que representa os ideais liberais presente no clero e na política brasileira, assemelhados ao jansenismo¹⁵ e galicanismo¹⁶ francês. Tal movimento liberal tentava romper com a influência romana sobre os clérigos brasileiros, buscando construir uma igreja nacionalizada submetida aos comandos e desmandos do Estado Imperial. Esta Igreja, segundo Oliveira (2015, p.146) seria uma

[...] Igreja nacional autônoma, mas não desligada de Roma, para que isso fosse possível, os parlamentares tentaram fortalecer os bispos enquanto enfraqueciam o Papa. Essa medida visava consolidar o poder nacional e fragilizar o poder estrangeiro.

Este processo sofreu oposição de clérigos ultramontanos ou tradicionais, que combateram as políticas regalistas, franco maçônicas e liberais vigentes na Igreja do Brasil. Antes de entrarmos de forma aprofundada nas questões do ultramontanismo em território brasileiro, necessitamos aprofundarmo-nos na crise do catolicismo na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul em meados do século XIX e a relação desta com o reestabelecimento dos missionários jesuítas no território sulino.

2.2 A crise do catolicismo na Província de São Pedro do século XIX

Até o presente momento visitamos algumas das motivações que deram início a crise religiosa e espiritual no território sulino. Neste subcapítulo trataremos da crise no clero gaúcho do século XIX, antes, durante e após a chegada dos imigrantes alemães em 1824, assim como do advento dos jesuítas espanhóis e de língua germânica, respectivamente em 1842 e 1849 no Sul do Brasil.

Não diferente ao restante do território imperial brasileiro, a Província do Rio Grande de São Pedro do Sul sofre os impactos das políticas regalistas e liberais que permeavam o *modus operandi* da Igreja Católica no Brasil Império.

A forma de catolicismo presente no Rio Grande do Sul não destoava do contexto geral do Brasil. Entre as principais características desse modelo de catolicismo encontrado pelos imigrantes estava a submissão e dependência dos caprichos de governantes e administradores civis, os quais ditavam as normas nas freguesias, nas irmandades e nas confrarias. As atividades

¹⁵ Tentativa de reforma da Igreja Católica ocorrida na França durante o século XVII - defendia o direito do rei em ter poderes totais sobre a Igreja, transformando-a em uma Igreja Nacional independente da Igreja Romana.

¹⁶ Movimento de origem francesa que defendia a independência da Igreja Católica em cada país, desvinculando-se da Igreja Romana.

pastorais de um clero sem estruturação e comando efetivo, se resumiam ao cumprimento da rotina burocrática de batizar, legitimar os matrimônios e encomendar os defuntos. “Mesmo nessas funções viam-se coagidos a observar os procedimentos, os costumes e os rituais impostos pelas lideranças leigas da freguesia e que, na maioria dos casos, pouco ou nada tinham a ver com um autêntico catolicismo.” (RAMBO *in* DREHER, 2002, p.58). (BLUME, 2010, p.42)

Poucos são os documentos históricos salvaguardados em arquivos ou acervos eclesiásticos que narrem a problemática da crise católica no Rio Grande do Sul do século XIX. Todavia, os documentos encontrados sobre tal temática dão um panorama geral desta realidade no Sul do Brasil. Além disso, algumas obras clássicas sobre o catolicismo sulino e a Companhia de Jesus presente neste território trazem pequenas reflexões sobre esta realidade de crise.

Tal era a relação de poder entre Estado e Igreja, que coube ao terceiro presidente provincial durante o Segundo Reinado, Francisco Alvares Machado¹⁷, membro do Partido Restaurador¹⁸, redigir uma carta aos “parochos” exortando-os sobre o caos espiritual instaurado na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. Nesta carta – cuja transcrição encontra-se ao final deste trabalho – Machado convoca os “Parochos” de sua província a retomarem os púlpitos, apontando que o abandono da moralidade e da fé, consequência do abandono religioso da população gaúcha, é a causa de todos os males que se passavam no território sulino.

Entre as muitas e variadas cauzas, que tem arrastrado esta Provincia ao abysmo de males em que se acha submergida, o quase total abandono (ilegível) das matérias religiosas é sem duvida a mais poderosa. A Religião Christã, a unica civilisadôra, a unica que presta á moral uma larga baze de justiça, sem a qual nem um povo, nem um governo regular se pode manter e sustentar, parece estar inteiramente amortecida. Derramou-se por entre a desapercebida população a venenosa doutrina da incredulidade pregada pelos ímpios livros d'esses políticos, que procurando a liberdade, a justiça e a igualdade fora do Evangelho, condusirão o povo da França ao regimen do terror, ao despotismo da espada. Mal preparados os nossos Curas para resistir á impetuosa torrente das novas subversivas ideias, pela maior parte desampararão a arena; os púlpitos ficarão vagos, e os mestres da Ley incurso no anathema de Izaias, por que em fim eles se calarão!, a moral do Evangelho que o Divino Restaurador ensinou para tornar os homens melhores e mais felizes cahio em dezusos; parte do povo na ignorância religiosa perdeo-se em um cahós de todas as corrupções dos costumes. Foi assim que esta Provincia, a patria do valor, da honra e da lealdade, vio bem a seu pesar, uma parte de seus desnaturados filhos calcar aos pés os mais sagrados juramentos, quebrar a fidelidade devida ao Soberano, infringir todas as Leys Divinas e humanas, e astear o sanguinolento estandarte da

¹⁷ Foi presidente da Província de São Pedro entre 1840 e 1841, sendo sucedido por Saturnino Souza de Oliveira. Nasceu em São Paulo (1971) e faleceu em Niterói (1846).

¹⁸ Partido conservador, defendia um regime monárquico centralizado e a volta de Dom Pedro I ao Brasil.

rebelião no meio d'uma assembleia de todos os crimes e de todos os vícios até então desconhecidos na Província, que os detestava. (MACHADO, 1841)¹⁹

Na perspectiva de Alvares a Igreja Sulista estava “inteiramente amortecida” por conta da penetração do pensamento Iluminista – “venenosa doutrina da incredulidade pregada pelos ímpios livros d'esses políticos, que procurando a liberdade, a justiça e a igualdade fora do Evangelho, conduzirão o povo da França ao regimen do terror, ao despotismo da espada.” (MACHADO,1841). Tal reação é explicada quando buscamos as relações históricas do pensamento iluminista francês e do pensamento republicano da época. Machado, como mostra-nos ao final de sua carta, era um monarquista aguerrido, disposto a ajoelhar-se ante o trono de Sua Majestade Imperial para suplicar ajuda para a Igreja e o povo católico do Sul do Brasil. Provavelmente este espírito monárquico tão fortalecido, levava-o a temer que o alastro do pensamento iluminista no território que lhe era incumbido a guarda, conduzisse a população ao fortalecimento de movimentos contrários a monarquia – tendo em vista que neste período ocorria a Revolução Farroupilha, movimento com ideais republicanos.

Este abandono religioso, segundo Machado, tem como culpados os próprios sacerdotes católicos, que apartando-se dos púlpitos e de seus afazeres religiosos deixaram a província cair na ignorância religiosa.

Mal preparados os nossos Curas para resistir á impetuosa torrente das novas subversivas ideias, pela maior parte desampararão a arena; os púlpitos ficarão vagos, e os mestres da Ley incursos no anathema de Izaías²⁰, por que em fim eles se calarão!, a moral do Evangelho que o Divino Restaurador ensinou para tornar os homens melhores e mais felizes cahio em dezuso; parte do povo na ignorância religioza perdeo-se em um cahós de todas as corrupções dos costumes. Foi assim que esta Província, a patria do valor, da honra e da lealdade, vio bem a seu pesar, uma parte de seus desnaturados filhos calcar aos pés os mais sagrados juramentos, quebrar a fidelidade devida ao Soberano, infringir todas as Leys Divinas e humanas, e astear o sanguinolento estandarte da rebelião no meio d'uma

¹⁹ Transcrição integral nos apêndices do trabalho.

²⁰ O Anathema de Izaías encontra-se no seguinte fragmento bíblico: "1.Eis que o Senhor devasta a terra e a torna deserta, transtorna a sua face e dispersa seus habitantes. 2.Isso acontece ao sacerdote como ao leigo, ao senhor como ao escravo, à senhora como à serva, ao vendedor como ao comprador, ao que empresta como ao que toma emprestado, ao credor como ao devedor. 3.A terra será totalmente devastada, inteiramente pilhada, porque o Senhor assim o decidi. 4.A terra está na desolação, murcha; o mundo definha e esmorece, e os chefes do povo estão aterrados. 5.A terra foi profanada por seus habitantes, porque transgrediram as leis, violaram as regras e romperam a aliança eterna. 6.Por isso, a maldição devora a terra e seus habitantes expiam suas penas; os habitantes da terra são consumidos, um pequeno número de homens sobrevive." (Isaías, cap. 24, 1-6)

assembleia de todos os crimes e de todos os vícios até então desconhecidos na Província, que os detestava. Póde o ferro do soldado, ou a espada judicial ceifar os díscolos, que assim perturbáo a paz publica, que assim deslutrão o nome Rio Grandense, mas os seus pestíferos efeitos ficarão os mesmos, em quanto a luz da verdade não levar convicção ao fundo dos corações, em quanto o povo se não convencer de que sem Religião não há moralidade publica e sem moralidade nem os governados obedecem aos governantes, nem os governantes se submetem a Leys; e neste desgraçado estado a paz, a prosperidade, o socego cederão o seu lugar á anarchia, que altiva levantará o cólo no meio da publica desordem.

Todavia, para além da carta, é necessário lembrarmos que a Província do Rio Grande de São Pedro do Sul estava abandonada da administração eclesiástica, no sentido de que o bispado a qual pertencia estava a uma distância que o impossibilitava de gerir e resguardar a moral e a vivência reta dos cânones católicos por parte do clero secular, já de número escasso. Até o ano de 1848 o território gaúcho encontrava-se sob jurisdição eclesiástica da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, fazendo ser desconhecida, a não ser por breves visitas pastorais e trocas de correspondências com os vigários gerais e outros católicos ou autoridades, a realidade religiosa do extremo sul do Brasil. Segundo o Monsenhor João Maria Balén (In BECKER, 1956b, p. 15)

Dos poucos sacerdotes que havia na Província, alguns permaneceram nas paróquias situadas no teatro da luta fratricida, uns tomaram o partido da revolução, outros foram expulsos, outros emigraram, e um reduzido número permaneceu fiel às legítimas autoridades: o governo imperial, *havendo por conseguinte grande dificuldade de comunicações, com o Bispo do Rio de Janeiro.*

Certo é que a Província do Rio Grande de São Pedro do Sul ainda experimentava os alçozes das medidas anticatólicas datadas da época pombalista. O território gaúcho experienciou diversos movimentos missionários, tendo o seu território recebido religiosos de diversas ordens e congregações, como: Jesuítas – membros da Companhia de Jesus; Capuchinhos – membros da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos; Carmelitas – membros da Ordem dos Irmãos da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo. Segundo Pádua (2001, p. 122-123) com as medidas tomadas por Marques de Pombal o Rio Grande do Sul sofreu golpe de morte em sua religiosidade,

Seminários e mosteiros haviam sido fechados ou encontravam-se em estado de grande abandono, a Companhia de Jesus e sua obra missionária sofrerá golpe de morte, a assistência espiritual e religiosa esmorecera, as [...] paróquias distavam muito uma das outras dificultando assim a vigilância

pastoral e em muitos lugares as ideias surgidas com a Revolução Burguesa da França foram abraçadas pelos fiéis, clérigos e inimigos da Igreja.

Antes da chegada dos Imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul a população gaúcha era composta majoritariamente por açorianos, negros e indígenas. O catolicismo sulista da época mostrava características tipicamente açorianas, preservando festas como a do Divino, demonstrando forte característica das religiosidades populares. Sobre isso fala Dante de Laytano na Enciclopédia Rio-grandense (LAYTANO, in BECKER (Org.), 1956a, p. 63)

O açoriano cultiva a religião sem fanatismo. Católicos sinceros, fazem das festas de igreja, as melhores diversões, muito tolerantes, mas amam a pompa e daí as solenidades ruidosas, brilhantes e prolongadas do Divino Espírito Santo, que segundo se sabe, é devoção alemã ou flamenga que se aclimatou no arquipélago e foi transplantada para o Rio Grande. Hoje já não há o fulgor de outrora, mas ela sobrevive sempre, em Pôrto Alegre e noutras cidades açorianas gaúchas. Festas religiosas também, e imponentes, foram as da Procissão de N. S. dos Passos, devoções de S. Miguel, Na. Sra. dos Navegantes, Corpus Christi, o Natal e o Presépio, o Reisado etc.

O catolicismo popular gaúcho foi marcado, também, pelas Irmandades Religiosas, Confrarias e Ordens Terceiras. Segundo Fábio Kühn (2010, p. 121)

As irmandades e ordens terceiras eram associações de perfil leigo, originárias da Europa medieval, cuja posterior difusão foi uma decorrência da reforma tridentina que procurou valorizar progressivamente a religiosidade leiga, além de disseminar o culto aos santos e os esforços missionários que visavam a assegurar a perenidade da evangelização das populações do interior do continente.

Tamanha era a presença destes grupos de religiosidade popular que

No território do Rio Grande de São Pedro, foi possível identificar pelo menos 29 irmandades e três ordens terceiras atuantes entre 1745 e 1819. As maiores freguesias contavam também com um número mais expressivo de associações, casos de Porto Alegre, que contabilizava seis confrarias, e Rio Pardo, que contava com cinco. Três irmandades foram encontradas nas paróquias de Viamão, Rio Grande e Pelotas. Na Aldeia dos Anjos e em Triunfo existiram pelo menos duas confrarias. Nas freguesias de Cachoeira, Santo Amaro, Piratini, São José do Norte e Mostardas existiu somente uma irmandade.⁷ Nas 22 freguesias criadas no Rio Grande do Sul até 1815, em pouco mais da metade delas existiu uma associação religiosa. No total, encontramos 32 sodalícios em 12 diferentes paróquias. (KÜHN, 2010, p. 122).

Segundo Pádua (2001, p. 123) o catolicismo gaúcho da época tornou-se um catolicismo “nominal e exteriorizado, de rompantes muitas vezes carnavalescos, no

qual o núcleo de toda religiosidade provincial havia sido reduzido às procissões, ôpas e intensos foguetórios.”. As marcas do profano tomam a ritualidade católica gaúcha, sendo as procissões religiosas um evento mais secular que católico (PÁDUA, 2001). Os sacerdotes encontravam-se em pequeno número, e grande parte destes mostrava-se desleixado com sua própria fé e com a da população gaúcha. Dreher (2002, p. 58) aponta que grande parte do clero secular era filiado a maçonaria, outros exerciam carreiras políticas em detrimento da religiosa, e um bom número destes sacerdotes eram proprietários de grandes fazendas – abandonando o serviço religioso e a cura das almas.

O predomínio de uma mentalidade secular e laica, o abandono e a solidão, fizeram com que a não observância do celibato se transformasse em regra. A situação do padre, com sua companheira e via de regra com os filhos, já não causava surpresa. Os fiéis não só toleravam, como aceitavam e a aprovavam. (DREHER, 2002, p.59)

Tal realidade pode-se confirmar em um pequeno fragmento de uma das cartas e capítulos de Visita, escritos por Dom José da Silva Coutinho no ano de 1815. Em visita a Santo Amaro²¹, escreve:

Acusaram-me o Vigário de Brigão, pistolas contra o Pe. Januário da Encruzilhada; de Arrogante, por negar indevidamente a comunhão a um Taverneiro, Francisco Cardoso, de Rábula; de Amancebado com uma Maria Ignácia, casada, que divorciou do seu marido; de pouco residente, que ainda o ano passado largou a Freguesia no meio da Quaresma. Despachei que o Visitador examinasse a verdade das trinta assinaturas, e dos fatos alegados.²²

Este pequeno fragmento retrata, de forma breve, um pouco da realidade vivenciada pelos católicos no sul do Brasil. Os católicos de tal vila estavam sob os cuidados de Pe. Januário da Encruzilhada. Estes fiéis o acusam de abandoná-los em meio a quaresma, assim como de manter relações com Maria Ignácia e de negar comunhão a Francisco Cardoso, por motivo indevido. Tal realidade calamitosa não se fazia rara na província de São Pedro, como mostra-nos a carta de Francisco Alvares Machado.

Em síntese, podemos concluir que a Igreja Católica na Província de São Pedro do Sul durante a primeira metade do século XIX, assim como no restante do território brasileiro, ganhava características avessas ao proposto pelo Catolicismo

²¹ Santo Amaro do Sul é uma pequena Vila localizada na cidade de General Câmara – RS, fundada em 1752.

²² Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro - Livro de Visitas Pastorais, # 15, fls. 27.

Romano, principalmente em sua vertente tridentina. Tal realidade mostra-se como consequência das medidas pombalinas e das políticas regalistas do padroado brasileiro. É esta Igreja Católica com a qual se depararam os imigrantes alemães chegados em São Leopoldo em 1824 – uma Igreja mais secular que religiosa, onde o profano encobre o sagrado e as virtudes são escondidas pelos gritantes vícios de seus clérigos, situações que refletem sobre a fé e a religiosidade da população Rio-grandense.

2.3 O abandono religioso dos imigrantes alemães de fé católica

Como relatado na introdução deste trabalho, o processo de imigração alemã ao Brasil inicia-se após extensa campanha do Império, através da viagem do Major Von Schäffer ao território germânico em 1822 (PETRY, 1936). A necessidade de imigrantes europeus, como já visto, surge com a abolição do comércio de escravos, resultado da pressão inglesa sobre o Brasil e do desejo de desenvolver e diversificar a economia sulista. Segundo Martin Dreher (1984, p. 26-27)

Sob o aspecto sócio-político, a imigração europeia foi de suma importância para o surgimento da sociedade brasileira. Ela forneceu a base para o surgimento da classe média brasileira e pode ser vista como o elemento que preencheu o vácuo estrutural existente entre senhores e proletários. Pois, após a libertação dos escravos, estes passaram a formar a massa do proletariado brasileiro, enquanto que os latifundiários passaram a exercer o papel de industriais. Por isso, deve-se dar um significado todo especial ao fato de círculos governamentais brasileiros haverem reconhecido, já em 1822, a necessidade da criação de uma classe média formada de pequenos agricultores e artesãos. A partir deste reconhecimento é que se começou a procurar imigrantes europeus, fomentando o surgimento da classe média através de uma legislação correspondente que, entre outras coisas, proibia os imigrantes a posse ou o aproveitamento de mão-de-obra escrava na agricultura. A estas considerações econômicas e sócio-políticas aliou-se a pretensão política da posse, consolidação e povoamento do vasto território brasileiro.

O intento imperial brasileiro surte resultados e em 1824 chegam ao Brasil os primeiros imigrantes alemães. Segundo Dreher (1984, p. 37) a origem dos imigrantes que desembarcaram em São Leopoldo encontrava-se em quatro localidades: Hunsrück, Saxônia, Württemberg, Saxônia-Coburg. Antes da chegada destes alemães no território da província de São Pedro, o estado contava com cerca de 450.000 habitantes para um território de 283.000 quilômetros quadrados (ROCHE, 1969; SCHUPP, 2004), sendo que a única grande atividade estabelecida

neste espaço territorial do Império do Brasil foi a criação de gado praticada em grande escala. O Estado necessitava, portanto, de mãos que transformassem o território sulino em suas capacidades produtivas e para responder a tal necessidade inicia-se o processo de vinda dos imigrantes alemães para a província sulina.

Em 18 de julho de 1824 chegam ao porto de Porto Alegre os primeiros trinta e oito alemães, recebidos pelo então presidente provincial, José Feliciano Fernandes Pinheiro. Tomando novo rumo, chegam em 24 de julho do mesmo ano a chamada Real Feitoria do Linho Cânhamo. Ao chegarem ao povoado para eles preparado residiram em pequenos barracos de tábuas e tinham diariamente, fornecido pelo Estado, carne, verduras, farinha de mandioca, toucinho e sal para sua alimentação (SCHUPP, 2004). Além das simples moradias e do alimento, receberam, cada casal de imigrantes, dois bois, dois cavalos, duas éguas e uma vaca de leite (SCHUPP, 2004; ROCHE, 1969). Receberam, ainda, um pedaço de terra para o início de seus trabalhos, equivalente a 774.440 metros quadrados (SCHUPP, 2004, p. 15). Todas estas benesses por parte do Presidente Provincial foram distribuídas e fiscalizadas pelo primeiro diretor da colônia, José Tomás de Lima. A Colônia Alemã de São Leopoldo, como passou a ser chamada após a chegada dos imigrantes, serviria de vitrine e propaganda para a vinda de novos colonos, para tanto os primeiros alemães chegados neste solo foram muito bem tratados.

Não eram, porém, fáceis as vidas dos novos colonos. Necessitavam construir estruturalmente e culturalmente um povoado, suas residências e lidar com a terra – e para isso aventurar-se nas matas desconhecidas da região. Além disso, depararam-se com os bugres, que, segundo Schupp (2004, p. 18), “[...] observavam com desconfiança e hostilidade o avanço dos homens brancos e aproveitavam toda e qualquer ocasião para lhes causar danos.”.

Em 1835 com a eclosão da chamada Revolução Farroupilha, após anos de descontentamentos de parte do povo sulista com o governo central, o partido Imperial e o Revolucionário disputavam, através de promessas, a participação dos colonos em suas frentes de batalha. Por opção os colonos mantiveram-se longe dos cenários de conflito, até que grupos rebeldes passaram a forçar, através de atos de violência, os homens colonos das localidades próximas ao centro da Revolução a se voluntariarem ao exército dos revoltosos. Ao longo deste período, datado de 1835 até 1845, não ocorreram chegadas de novos imigrantes ao território sulino,

terminando a primeira leva da imigração com o início da Guerra Farroupilha e iniciando uma nova fase com o fim dela.

O estado religioso das colônias também se dava de forma precária. Acostumados com uma religiosidade avivada, os colonos alemães depararam-se com uma realidade onde o catolicismo, principalmente o clero, se encontrava em crise, sendo que a fé católica mantinha-se sobrevivendo através do catolicismo popular de matriz açoriana. Schupp escreve que:

Não foi pequeno o sacrifício para o espírito profundamente religioso dos colonos, que, de uma hora para outra, viram-se erradicados do seu entrono impregnado de religiosidade da sua pátria. Aqui na mata virgem não soavam sinos, chamando para a igreja, nenhum órgão convidando para a devoção. Nada existia nas vastas redondezas que recordasse as belas festas da terra natal. Chegou o Natal. O sol queimava e a natureza brilhava no seu esplendor festivo. Nada de neve e flores de neve na janela, tão característicos do Natal da Alemanha. Veio a Páscoa, o período em que na terra natal a primavera faz a sua entrada na charneca, no campo e na mata e a igreja se enfeita com todo o esplendor do seu brilho. Era outono nas colônias e o inverno se aproximava. As belas festas de Nossa Senhora passavam uma após a outra e ninguém se dava conta se uma voz interior não as lembrasse. (2004, p. 20)

Roche (1969) aponta que os imigrantes alemães se distinguem dos demais habitantes sul-rio-grandenses pela devoção e zelo com a sua fé, onde mesmo que o catolicismo oficial estivesse prejudicado pela escassez e crise dentro do clero, o catolicismo popular e individual permanecia vivo dentro do seio das famílias de colonos alemães. Emilio Willems coloca, em sua obra “A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil” - 1946, que a bipartição religiosa entre os colonos alemães – católicos e luteranos – trariam dificuldades distintas para ambos os grupos. Segundo Willems, os católicos alemães teriam a vantagem de encontrarem um Estado que apontava a sua religião como sendo a oficial, já os luteranos estariam em desvantagem pela marginalização de sua fé no território brasileiro. Todavia, a realidade histórica mostra-nos que os imigrantes católicos enfrentaram maiores problemas na manutenção de sua fé que os imigrantes luteranos, tendo em vista que para o culto católico a presença do sacerdote ordenado é essencial e insubstituível, realidade que para os luteranos fazia-se mais amena – sobre essa facilidade que tocou os luteranos aponta Jean Roche (1969, p. 671)

As comunidades protestantes, as mais numerosas, foram as primeiras organizadas, pois os protestantes constituíam a maioria dos colonos e o protestantismo não exige a intervenção de um sacerdote entre Deus e o fiel. Contudo, com os primeiros imigrantes, haviam chegado da Alemanha alguns pastores: Ehlers, em 1824, a São Leopoldo; Voges, em 1825, a Três Forquilhas, e Klingerhoffer, em 1828, em Campo Bom, onde, em 1830, se construiu o primeiro templo.

Ao contrário dos alemães de fé luterana, os católicos não vieram acompanhados por nenhum sacerdote alemão, fazendo com que ficassem a mercê do serviço religioso prestado na Província. Obviamente que um dos principais problemas foi o desconhecimento da língua destes colonos por parte dos poucos clérigos sulinos com os quais estes imigrantes tiveram contato. Para o catolicismo a compreensão linguística é essencial para parte de seus sacramentos, como por exemplo a confissão.

Pádua retrata o abandono sofrido pelos imigrantes alemães pela Igreja Católica, abandono este que se percebia em todo o território gaúcho até a metade do século XIX.

O abandono em que submergiram as colônias de imigrantes católicos-alemães e seus descendentes inseria-se no contexto geral da situação de decadência no qual se encontrava o catolicismo no Rio Grande do Sul, por volta do século XIX. O exercício prático da religião católica na província estava como que extinto em todo o meio luso-brasileiro. (PÁDUA, 2001, p.124)

Pe. Balduino Rambo, S.J. (in BECKER, 1956a), em seu capítulo intitulado “A Imigração Alemã” dentro do primeiro volume da Enciclopédia Rio-grandense, escreve que para suprir a necessidade de sacerdotes os colonos se uniam em comunidades para construir suas capelas e ali se reunirem para a celebração aos domingos e dias santos, sob direção de um “sacerdote leigo”.

Privados de assistência eclesiástica regular, os colonos reuniam-se, todos os domingos, sob uma árvore ou numa sala, e celebravam um serviço leigo: um mestre-escola ou um ancião fazia leituras piedosas extraídas do “Goffine”, e os fiéis entoavam cânticos. O mestre-escola ensinava o catecismo e a História Sagrada. (ROCHE, 1969, p. 680)

Até a chegada dos Jesuítas de língua germânica os colonos alemães de São Leopoldo e arredores foram atendidos pelos padres seculares residentes na colônia, os quais eram responsáveis pela Capela de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1830. O primeiro capelão da colônia alemã foi o Reverendo Antônio

Nunes da Silva, padre secular, que, como os demais padres seculares, não poderia celebrar mais que casamentos, batismos e missas – já que não compreendia a língua dos colonos.

As sedes das paróquias localizavam-se longe das moradias dos colonos. Os vigários eram brasileiros e entendiam a língua alemã tão pouco quanto os colonos a língua portuguesa. Algumas vezes por ano, o vigário se deslocava para as colônias, rezava a missa e presidia os matrimônios. Quem quisesse podia aproveitar a ocasião para receber os santos sacramentos. Numa confissão, como mandam as regras, nem pensar por causa do desconhecimento da língua. Fazia-se uma confissão como na guerra antes de uma batalha. O vigário mandava ajoelhar os que desejavam confessar, fazer um ato de contrição e dava-lhes a absolvição comum e depois recebiam a santa comunhão. (SCHUPP, 2004, p. 21)

Em 1842 chegam ao território sulino os jesuítas de língua espanhola. Estes iniciam diversas missões populares ao longo do território gaúcho, percebendo a fragilidade do catolicismo sulino – principalmente no que toca a presença deste entre os colonos alemães.

2.4 As missões dos Jesuítas Espanhóis no território sulino

A Companhia de Jesus enquanto Ordem Religiosa é restaurada em 1814, retomando paulatinamente seus trabalhos missionários em todo o globo. Como visto na introdução deste trabalho, os religiosos jesuítas retornam ao território latino-americano para estabelecer sua missão na Argentina. O país era governado na época pelo ditador Rosas, que convidou os Inacianos a estabelecerem residência em Buenos Aires. O mesmo ditador, em 22 de março de 1841 estabelece um decreto em que expulsa do território argentino todos os religiosos da Companhia de Jesus, já que estes negaram-se a apoiar seu governo despótico (RAMBO, 2013; SCHUPP, 2004; AZEVEDO, 1984).

Os religiosos Verdugo e Sató viajam ao Rio de Janeiro e encontram recepção junto ao Internúncio Papal, padre Ambrósio Campadonico – sacerdote defensor da Companhia de Jesus e entusiasta da volta da Ordem ao território brasileiro. Campadonico não demora a propor ao bispo do Rio de Janeiro que envie os religiosos jesuítas ao território da então Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. Após algumas resistências por parte do prelado Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, estes são enviados no dia 22 de julho de 1842 para missionar em terras gaúchas.

Cabe ressaltar que no período o Rio Grande do Sul enfrentava os levantes da Revolução Farroupilha, que, além de afetar a adequação dos sacerdotes aos princípios tridentinos, levando a problemas de moralidade e ao abandono dos fiéis, o território encontrava-se em uma espécie de cisma com o bispado do Rio de Janeiro – talvez um dos motivos de resistência por parte de Dom Manuel sobre o envio dos missionários jesuítas ao território sulino. Ocorre que, segundo o Ementário Eclesiástico de autoria de Arceidiago Vicente Zeferino Dias Lopes (fl. 10)

Tendo sido o P. Manoel Soares, Vigário de Piratinin demitido do paróquio, e destinado para o Estado Oriental por um Decreto da República Riograndense de 14 de novembro de 1836; por outro decreto de 16 do mesmo mês e ano foi nomeado sucessor o P. Miguel Justinho Garcez Moncada; o qual, por Aviso do Governo republicano de 10 de maio de 1837, foi também autorizado a dispensar nos mesmos impedimentos dirimentes que dispensava o Vigário Geral em Porto Alegre; e neste exercício conservou-se até 1838.

Por Decreto do mencionado Governo de 22 de junho de 1838, foi P. Francisco das Chagas Martins Avila e Sousa, Sacerdote Secular, natural de Rio Pardo, nomeado – Vigário Apostólico da República Riograndense; e como tal exerceu atos de jurisdição episcopal até 12 de janeiro de 1841 em que foi anistiado.

Isso confirma Mansueto Bernardi em sua conferência, publicada em livro, intitulada “O pensamento religioso dos farroupos”, datada de 1927,

Tristão de Alencar Araripe, responde cabalmente á pergunta. “A separação política da província do Rio Grande do Sul da comunhão brasileira trazia também por natural consequência a separação eclesiástica; e assim o rebanho rio-grandense saía da jurisdição do pastor fluminense, a cujo governo espiritual então achava-se a mesma província subordinada.”

Era indispensável prover de remedios a semelhante desarranjo. As ideias religiosas então dominantes tornavam necessário mostrar todo o apreço para com a religião católica apostólica romana aceita pela quase totalidade da população rebelada.

Proceder por modo diverso seria criar mais uma poderosa arma, com que por certo jogariam os adversários da república contra ela no meio de uma população balda de ilustração e habituada a seguir as vozes do seu cura d'almas.

Assim o governo republicano cogitou logo de constituir uma entidade, que suprisse as vezes do bispo, e nomeou um vigário apostólico com a inspeção superior sobre as matérias religiosas, e sobre os sacerdotes da província. (BERNARDI, 1927, p. 12-13)

Esta realidade cismática irá findar-se somente com a conclusão dos conflitos farroupilhas, em 1845. Em 13 de maio de 1845, o bispo do Rio de Janeiro regulariza a situação eclesiástica da província de São Pedro, nomeando como vigário episcopal o padre Thomé (Tomé) Luiz de Souza, no intuito de repor a ordem no seio eclesiástico do Rio Grande do Sul.

Chegam em Porto Alegre no dia 15 de outubro de 1842 e foram abrigados na residência paroquial da Igreja Matriz de Porto Alegre por insistência de seu pároco – o próprio padre Tomé Luiz de Souza posteriormente nomeado Vigário Episcopal (AZEVEDO, 1984; RODRIGUES, 2014, p.328). Iniciam, pois, as missões populares em direção ao interior do Estado. Schupp (2004, p. 22) aponta que a escolha por iniciar as missões pelo interior do Estado e não pela capital, como pedido pelo pároco da Matriz de Porto Alegre, deu-se pelo não domínio por parte dos religiosos da língua portuguesa. Iniciam as missões em Viamão e na então Aldeia dos Anjos, hoje batizada de Gravataí.

Em seu manuscrito Santiago Luís Villarrubia S.J., relata os primeiros passos e a realidade dos católicos em Viamão. Segundo o religioso

Quando lá estiveram os nossos, pouco tempo havia feito que a parte revoltosa tivera de evacuar este lugar, ficando ele sem pároco, pois este se retirara com os facciosos. Supria, porém, as suas vezes outro sacerdote que, residindo na capital, onde nascera, para lá se dirigia, vez por outra, a fim de administrar os sacramentos. (S.d.; fl. 33)

Durante a abertura da missão, em 30 de outubro de 1842, os religiosos depararam-se com cerca de 200 almas, o que lhes causou estranhamento, tendo em vista que a paróquia da localidade contava com mais de cinco mil habitantes. Padre Córís, Pe. Sató e Ir. Fiol, atribuíram tal realidade ao indiferentismo religioso, resultado da recente presença dos revoltosos farroupilhas e de seus ideais iluministas e positivistas. Permaneceram em Viamão até o dia 10 de novembro, quando transportados em uma carreta de bois se dirigem a Paróquia de Aldeia dos Anjos – Gravataí. Os missionários ainda passariam por Santo Antônio da Patrulha e planejavam missionar ainda em Torres, intenção que caiu por terra quando chegou ao conhecimento dos religiosos que naquele território eles não seriam bem-vindos, sendo sua entrada não permitida pelos moradores da região, repletos de um espírito antijesuítico, resquícios do pombalismo (VILLARRUBIA, Sd., fl. 37).

2.4.1 A missão na Colônia alemã de São Leopoldo

Diversas foram as missões pregadas pelos religiosos da Companhia de Jesus no território sulino até que, em 1844, os padres Córís e Sató, junto ao Ir. Fiol, se dirigem para a Colônia Alemã de São Leopoldo. Segundo Villarrubia, (S.d., fl. 150),

na época em que os missionários jesuítas espanhóis decidem missionar em São Leopoldo, a região dividia-se em cerca de dois mil habitantes portugueses/brasileiros e aproximadamente oito mil colonos alemães – cuja maior parte professava a fé luterana. Ao chegarem na colônia ficaram hospedados na casa do Sr. Paranhos, onde diversas autoridades foram saudar os religiosos. É interessante perceber, através da figura do Coronel Comandante da Guarda Nacional, sr. João Daniel Hillebrand, o quão importante era a vinda dos religiosos jesuítas para missionar no território leopoldense.

Hillebrand, segundo Villarrubia (S.d., fl. 152), era um luterano declarado, de fé forte e convencida, no entanto este fez questão de fazer-se presente ao longo das ritualísticas católicas realizadas ao longo dos dias de missão.

Havendo observado no primeiro dia da missão que, junto de sua casa, passara a procissão de entrada ou abertura e achando-se ele desprevenido ou sem convite, pois, sendo protestante, ninguém com ele contara, achou que outrossim nos dias seguintes ali passaria semelhante procissão e, desta forma, no segundo dia revestiu-se de seu uniforme de fala, disposto a acompanhá-la e nela tomar o lugar de honra que sua graduação exigia. Informado, porém, de que não se faria outra procissão a não ser no último dia de missões ou aquela do plantio da cruz, insistiu para então ser avisado. Quis ele saber também a hora da pregação diária dos padres, uma vez que pretendia assistir a seus sermões. Fê-lo, porém, apenas três vezes, havendo-se-lhe preparado um lugar especial e distinto no presbitério. (VILLARRUBIA, S.d., fl 153)

Era do desejo dos padres missionários e da população católica que ao final dos dias de missão no território da Colônia, o Sr. João Daniel Hillebrand abandonasse a fé luterana e se convertesse ao catolicismo romano – o que, para decepção dos religiosos jesuítas e dos colonos católicos, não aconteceu. Sobre a participação dos luteranos alemães ao longo dos dias de missão na Colônia Alemã de São Leopoldo, escreve Pe. Ambros Schupp, SJ, (2004, p. 103-104)

Todos participaram com tamanha ordem e edificação, como não tinham sido observados em nenhuma missão anterior. O espetáculo em que católicos caminhavam misturados a não poucos protestantes que, muito longe de ofender e ridicularizar, participavam com o maior respeito, constitui-se num triunfo da religião. Chegou ao ponto de não poucos, entre eles o pastor e chefe militar protestante, participarem do culto divino, persignando-se como se fossem católicos, rezarem e acompanharem a cerimônia em tudo. Um registro todo especial merece a devoção e a piedade dos colonos alemães. Deslocavam-se diariamente de suas picadas, às vezes por quatro ou cinco horas, a pé, pessoas individuais ou em grupos, percorrendo caminhos acidentados, rezando e cantando, para marcar presença nos sermões, dos quais a grande maioria não entendia absolutamente nada.

Padre Santiago Villarrubia descreve como se deram algumas das ritualísticas católicas, procissões e outras celebrações. Como exemplo, podemos apontar a grande procissão de abertura das missões na Colônia de São Leopoldo no dia 16 de julho de 1844:

Na procissão, um brasileiro levava adiante a cruz paroquial e, ao seu lado, iam dois alemães com bandeiras desfraldadas, segundo o costume de seu país. Fez-se assim a pedido deles mesmos, em virtude do desejo que tinham de participar na função em foco, a que os missionários cederam gostosos, por verem a união reinante entre as duas nações, aliás tão diversas, para esse ato de piedade religiosa.

Atrás deles vinham, em duas filas, os meninos das duas aulas ou da brasileira e da alemã, sendo dirigidos por seus respectivos mestres, e era, sem dúvida, de grande edificação ver a compostura e juízo com que andava.

Vinham após eles os homens da mesma forma, achando-se misturados os brasileiros com os alemães, e, depois deles, os dois padres missionários, levando o crucifixo do púlpito e fazendo-se acompanhar do coro de meninos-cantores. No seguimento de todos os demais encontravam-se as pessoas do elemento feminino.

Deu-se assim, processionalmente, uma volta bastante grande pelas ruas, enquanto se recitava o rosário, que chegou ao fim ao entrar na igreja, onde se entou a ladainha. Concluindo o sermão de abertura, encerrou-se essa função com o canto do “Salve Regina!”. (SCHUPP, 2004, p.155-156)

Outro aspecto importante da visita dos missionários jesuítas a Colônia de São Leopoldo é a realidade da Igreja, no sentido de Templo, presente na Colônia. Segundo Padre Villarrubia, a pequena capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição encontrava-se em estado precário, suja, com seus móveis litúrgicos em péssimo estado.

[...] a igreja se mostrava imprópria para o exercício de suas funções. Com efeito, apresentava-se ela muito desmantelada, pobre e totalmente abandonada, pela falta de cura ou sacerdote, que dela cuidasse. Parecia, em suma, mais um albergue de insetos e depósito de imundícies, do que um verdadeiro Templo do Senhor.

Foi, por conseguinte, um dos primeiros cuidados dos missionários o de atenderem ao seu concerto, limpeza e adorno, visto que, antes de sua chegada, muito pouco a esse respeito se fizera. As principais coisas que, além da limpeza geral, tiveram necessidade de concerto ou reforma, foram dois confessionários regulares, um bom púlpito, o sacrário para o SSmo. Sacramento, a mesa do altar-mor, um belo comungatório ou uma mesa de comunhão, com que se cortou o acesso das mulheres ao presbitério, e ainda outros móveis da igreja e sacristia. Colocou-se ou recolocou-se a grande estátua de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da paróquia, em seu próprio pedestal, pois tinha sido tirada de lá e, para fins de maior decência, se havia guardado em uma casa particular. (VILLARRUBIA, S.d., p. 153)

Devemos lembrar que a Igreja Católica no Brasil deveria ser mantida pelo próprio Estado, já que no território imperava o Padroado e a Igreja se fazia a religião oficial do Império do Brasil. Isso, porém, percebemos ser falho, não poucos são os relatos oficiais e não oficiais de templos abandonados à própria sorte, sem párocos e sem o mínimo de estrutura para o culto católico. Esta realidade pode ser comprovada através dos Relatórios dos presidentes das Províncias Brasileiras ao Império do Brasil, onde os presidentes sulinos enviavam um relato sobre toda a realidade de sua província, inclusive a situação religiosa – nestes documentos pode-se encontrar – em sua maioria- tabelas de valores destinados a cada Paróquia ou Freguesia, assim como a existência de sacerdotes e suas cômputos em cada localidade religiosa²³.

Os missionários espanhóis ficaram admirados com a piedade popular dos colonos, vista ao longo dos oito dias de missão no território da Colônia Alemã. Mesmo residindo em picadas distantes do centro leopoldense da colônia, os alemães caminhavam ou vinham em carroças por percursos de 4 a 5 léguas de viagem para participarem das celebrações e ouvirem as pregações – as quais, possivelmente, não entediavam pelo impedimento da língua dos missionários (SCHUPP, 2004; AZEVEDO, 1984; RAMBO, 2013; BOHNEN; ULLMANN, 1989; VILLARRUBIA, S.d). Estes alemães residentes nas mais diversas picadas aos arredores da Colônia de São Leopoldo solicitavam aos missionários que realizassem em suas localidades pequenas missões, na tentativa de dar atendimento religioso aos imigrantes que não puderam se deslocar até o centro da colônia. Além disso, solicitavam aos religiosos que morassem junto a eles, para os atendê-los espiritualmente – visto que a muito tempo estes alemães estavam desamparados em sua fé católica.

As solicitações foram respondidas pelos religiosos espanhóis, de forma que, após algum tempo, voltariam a colônia para missionar nas picadas mais longínquas e, referente ao pedido para que fixassem residência junto aos colonos, informaram, segundo Padre Villarrubia (S.d., fl.152)

[...] que eles tinham na Europa companheiros alemães, missionários também eles, dos quais acaso não seria difícil virem alguns para cá e que,

²³ Tais documentos encontram-se digitalizados e disponibilizados no banco da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>

para tal fim, prometiam dar os passos necessários e convenientes. Originou-se dali nossa Missão Alemã nas Colônias de São Leopoldo, começada cinco anos depois, ou seja, em meados de 1849, pelos Padres Agostinho Lipinski e João Sedlack.

Mesmo após encerrada a Missão, tendo sido feita a procissão com a Cruz Missioneira e sua instalação em frente ao templo para culto público dos fiéis, os missionários jesuítas ali permaneceram por mais três dias. Assim o fizeram, pois, um bom número de fiéis ainda os procurava para receber os sacramentos, tendo em vista que após a partida dos religiosos novamente os colonos encontrar-se-iam desprovidos de cura na região. Partindo da Colônia, os missionários dirigem-se para sua nova missão em Sant'Ana do Rio dos Sinos – hoje município de Capela de Santana.

3 A CHEGADA DOS JESUÍTAS DE LÍNGUA GERMÂNICA

Como visto no capítulo anterior, os missionários espanhóis - ao missionarem na Colônia Alemã de São Leopoldo e tocarem a realidade de fé vivenciada pelos colonos alemães desde sua chegada a Província de São Pedro, assim como pelos inúmeros pedidos por parte dos próprios alemães das mais diferentes partes da colônia - tomaram para si a missão de trazer seus confrades alemães para estabelecerem residência como curas das picadas e da Colônia de São Leopoldo. Segundo o Padre Ferdinand Azevedo, SJ., (1984, p.63)

Foi de tais pedidos insistentes – dos colonos para os jesuítas-, que proveio, uns cinco anos mais tarde, a presença concreta dos primeiros jesuítas de fala alemã na Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, sendo que seus trabalhos seriam dos primeiros passos seguros e decisivos rumo à transformação religiosa na História da Igreja Católica do extremo Sul Brasileiro.

Para cumprir com o prometido, os jesuítas espanhóis padres Coris e Sató escrevem ao superior geral da Companhia de Jesus, o Padre Geral Roothaan, solicitando o envio de padres de língua germânica para permanecerem na Colônia Alemã de São Leopoldo e nela fixarem casas jesuíticas. Segundo Bohnen e Ullmann (1984, p. 105) o próprio presidente provincial, o Sr. Manuel Antônio Galvão, reforçou o pedido dos missionários espanhóis ao presidente geral dos Inacianos, oferecendo-se a pagar todos os custos de viagem destes missionários de língua germânica.

Ocorre que em 1848 a Europa passava por uma Revolução chamada de “Primavera das Nações” ou “Primavera dos Povos”. Tais revoltas iniciadas na França espalham-se por todo o território europeu, tendo por balizas ideológicas o socialismo, o liberalismo popular e o nacionalismo. Durante os levantes revolucionários a Igreja sofreu duros ataques, sendo que religiosos obrigaram-se a fugir de seus postos. Dentro desta perspectiva histórica, Padre Bavorowski, superior jesuíta da província galiciano-austríaca, como forma de proteger os religiosos, abre a possibilidade de mandar jesuítas de língua germânica ao Brasil. Dentre vários candidatos são escolhidos o Padre Agostinho Lipinski, originário da Polônia, o Padre João Sedlak, tcheco, e o Irmão Antônio Sonntag, silesiano (BOHNEN; ULLMANN, 1983; RAMBO, 2013; SCHUPP, 2004).

Chegam, após extensa viagem, em 1849 os jesuítas de língua germânica ao território brasileiro. Embarcaram na Bélgica em primeiro de fevereiro de 1849,

chegando, após três meses de viagens, em cinco de maio de 1849 no porto do Rio de Janeiro.

3.1 A recepção aos jesuítas: o clero, os governantes, o povo imigrante

Após ficarem sete semanas em território carioca, os missionários de língua germânica, utilizando-se do navio “Imperatriz Thereza” chegam em Porto Alegre no dia catorze de julho de 1848, sendo recebidos com festa. O Rio Grande de São Pedro já possuía uma diocese, todavia esta encontrava-se vacante de bispo, sendo comandada pelo Vigário Geral, Padre Tomé de Souza. Este, assim como o presidente da província, Francisco José de Sousa Soares de Andréa, fora ao encontro dos missionários para os receber e dispor-se a ajudá-los no que lhes fosse necessário.

O presidente da província providenciou o ressarcimento dos custos de viagem aos inacianos, assim como solicitou ao Vigário Geral a entrega das autorizações de exercício do ministério sacerdotal e de funções pastorais aos religiosos jesuítas. Além destes, vieram ao encontro de seus confrades os religiosos jesuítas espanhóis.

Como é compreensível, os padres espanhóis em Porto Alegre os receberam com júbilo e de braços abertos, pois seu mais ardente desejo, conseguir curas de almas alemães para os colonos espiritualmente abandonados, finalmente fora satisfeito. (SCHUPP, 2004, p. 27)

Foram ao encontro dos missionários recém-chegados a Porto Alegre um grupo de colonos alemães com residência na picada de Dois Irmãos. Tinha por objetivo, esta comitiva, solicitar aos missionários de língua germânica que fixassem residência, o que irá se concretizar – sendo Padre Lipinski e o irmão Sonntag designados para residirem e guiarem a comunidade católica São Miguel de Dois Irmãos.

O indiferentismo religioso foi sentido por parte dos jesuítas de língua germânica, tanto por parte da população como por parte do próprio clero residente no Sul do Brasil. Devemos lembrar que os jesuítas do período traziam consigo características romanas ou ultramontanas, em uma defesa dos dogmas católicos e normativas tridentinas – o que causará um choque, primeiro em um clero entregue a própria sorte de costumes, como já vimos anteriormente, e em segunda estância

com os próprios colonos que encontravam-se acostumados a um catolicismo morno, ou até mesmo nulo, sendo guiados por “padres leigos” (SCHUPP, 2004).

Havia ainda na sociedade gaúcha um espírito antijesuítico, marcado principalmente no clero e em autoridades políticas de matriz liberal. Os missionários recém-chegados sofreram com o enfrentamento direto das mais diversas formas,

Aos sofrimentos vieram somar-se terríveis e sucessivas dores morais. De todos, o mais atingido foi o padre Lipinski, em Dois Irmãos. Calúnias, atentados à vida e incompreensões das mais variadas espécies partiram dos acatólicos, do clero, de políticos e da imprensa. O estopim de tudo foi o fato de o padre Lipinski, em 1849, não ter aceito como padrinho de batizado um senhor protestante. Em seu proceder, qualificado erroneamente de intolerante por alguns acatólicos da época, o padre se pautara pelas normas do Direito Canônico. Por vingança, foi atacada a vida moral dos íntegros sacerdotes, sob alegação de que a residência deles era um verdadeiro lupanar. E mais: espalhou-se a notícia de que os jesuítas possuíam imensas riquezas e tesouros, que enviavam para a Europa. Isso resultou em que diminuíssem as esmolas. Em consequência, os padres mal tinham como sobreviver. [...] Inimigos do padre Lipinski lavraram um escritório difamatório que enviaram ao presidente da Província, o qual logo percebeu tratar-se de maledicências e mentiras. À força, alguns colonos queriam que os padres fossem expulsos devido à sua “perniciosa atuação”. (ULLMANN *in* FISCHER; GERTZ; 1996, p. 298-299)

Estabelecidos em suas primeiras paróquias, as quais veremos no próximo subcapítulo, os jesuítas estabeleceram um início do que será chamado de processo de “restauração” do catolicismo no Rio Grande de São Pedro. Diversos foram os conflitos entre o clero secular e os missionários jesuítas, assim como os confrontos entre os missionários e os colonos ou brasileiros desacostumados com a liderança de um padre católico seguidor dos preceitos romanos. Todavia, a missão jesuítica no Sul do Brasil perdurou e foi responsável pelo atendimento de milhares de colonos alemães, assim como pela formação de novos sacerdotes para o território brasileiro.

3.2 A fixação em paróquias: Paróquia São José, Paróquia São Miguel e Paróquia Nossa Senhora da Conceição

Os jesuítas de língua alemã, assim que chegados no território sulino, dirigem-se para as picadas Baum, Picada dos Portugueses e por fim a Colônia de São Leopoldo, nas quais irão assumir os trabalhos como párocos das referidas comunidades católicas. As primeiras paróquias e localidades a receberem um cura jesuíta foram: Picada dos Portugueses – São José do Hortêncio (1849), seguida da Picada Baum – Dois Irmãos (1849) e, por fim, a Paróquia Nossa Senhora da

Conceição na Colônia Alemã de São Leopoldo (1859). Após estas três paróquias, assumidas e organizadas pelos membros da Companhia de Jesus, diversas outras foram por eles ocupadas – as quais não serão trabalhadas nesta monografia – sendo elas localizadas nos seguintes municípios: Santa Cruz (1863); Bom Jardim – Ivoti (1869); Montenegro (1871); Estrela (1872); Bom Princípio (1873); S. Salvador, Tupandi (1876); São Sebastião do Caí (1881); Lajeado (1883); Feliz, Sto. Inácio (1886); Hamburgo Velho (1893); Nova Trento (1894); entre outras.

Em 1849, segundo Rambo (2013), o território sulino contava com dois padres jesuítas e um irmão, já em 1870 o mesmo território contava com catorze padres e seis irmãos da Companhia. Tal número em 1940 tomou proporções consideravelmente maiores, fruto do trabalho vocacional e missionário no Rio Grande do Sul – 1940: 130 padres, 109 escolásticos e 99 irmãos, totalizando 338 jesuítas em atividade no território sulino.

3.2.1 A Igreja São Miguel – Picada Baum, Dois Irmãos

A Picada Baum foi o primeiro local de estabelecimento dos jesuítas de língua alemã no Rio Grande do Sul, sendo ela a maior Picada da região, poderiam fazer dela seu centro de trabalhos. Os colonos de tal Picada, ali chegados em 1826 (SCHUPP, 2004), viam-se completamente abandonados religiosamente, fazendo com que o catolicismo tomasse uma matriz totalmente popular, o que se justifica pela falta de padres na região. Segundo Teschauer

A ignorância em assuntos de religião e a indiferença eram tamanhas que pouco faltava para largarem por inteiro a sua santa fé; a juventude achava-se entregue a si mesma, e os sacramentos haviam sido esquecidos. (TESCHAUER, 1904, p. 32 *apud* BOHNEN; ULLMANN, 1989, p. 107)

No dia 30 de novembro de 1832, segundo o livro tomo (Página 3, frente e verso) da Paróquia Nossa Senhora da Conceição - São Leopoldo, o Reverendo padre Antônio Nunes da Silva, então Cura de São Leopoldo, escreve o seguinte documento em que aponta a criação e benção da nova capela na Picada de São Miguel.

Atesto no dia 30 de novembro de 1832, em virtude de despacho abaixo transcrito do Sr. Cônego e Vigário Geral interino, visitei e benzi segundo o Ritual Romano e celebrei missa na nova Capela de Picada de Dois Irmãos, a qual tem comprimento de 32 pés, de largo 18 e de alto 12, feita toda de

madeira e de pedras quadradas. [...] Atendendo às necessidades espirituais representadas neste requerimento pelos fiéis de São Leopoldo dou faculdade ao reverendo pároco curado da mesma capela para visitar o altar de São Miguel aqui mencionado e achando-o com toda [...] para a celebração do santo sacrifício da missa o aprovara, e poderá nela celebrar missa, dar a sagrada Eucaristia, e administrar os mais sacramentos da santa Igreja aos enfermos e aos notoriamente impossibilitados física ou moralmente para concorrerem à sua paróquia por graves embaraços. O que poderá praticar a qualquer dia que não for domingo ou dia santo de guarda por não faltar nestes dias aos deveres da paróquia como determina a constituição do bispado, livro primeiro, título 110. Dou também faculdade ao mesmo reverendo cura para benzer na forma do Ritual Romano o cemitério requerido.

Porto Alegre, 15 de novembro de 1832. Salgado. Nada mais contenha o dito despacho que muito fielmente copiei e assino. Colônia de São Leopoldo, 20 de janeiro de 1833. Antônio Nunes da Silva, Cura da Colônia.

Com a chegada dos jesuítas no território da Picada Baum/São Miguel a realidade católica, antes transformada em um modelo próprio pelos imigrantes, começa um processo de transformação/romanização. Segundo Schupp (2004) os jesuítas depararam-se com uma sociedade “misturada”, ou seja, uma sociedade onde alemães católicos e luteranos conviviam para além das fronteiras religiosas, o que gerou conflitos entre os missionários e grupos de colonos. É certo que os Jesuítas, tanto alemães quanto espanhóis, traziam consigo uma realidade dogmática e catequética aos moldes do concílio de Trento, mantendo um espírito de contrarreforma, mesmo que já mais suavizada quando comparada aos movimentos de contrarreforma do século XVI e XVII.

Nesta pequena capela, por falta de assistência religiosa, realizavam-se celebrações leigas que se assemelhavam aos rituais católicos. Segundo o Padre Ambros Schupp (2004, p. 34)

[...] a necessidade religiosa permanecera e como careciam de um sacerdote, organizaram um culto divino leigo e entregaram a condição do mesmo a um colono do seu meio. Este, porém, de posse de maior piedade do que juízo sadio, foi-se desgarrando pouco a pouco do caminho correto, permitindo-se o mais incrível.

Dirigia-se ao altar trajando uma simples túnica, de cujos bolsos sobressaíam as cartas para o jogo. Dois meninos de sobrepeliz o auxiliavam, enquanto imitavam todos os procedimentos do sacerdote. Tinha o seu missal, entoava o Glória, cantava orações, a epístola, o evangelho, o credo, o prefácio, em resumo, fazia tudo o que um sacerdote costuma fazer, apenas não pronunciava as palavras da consagração.

Esta realidade irá gerar conflito entre os primeiros colonos, já entregues ao abandono religioso, e os novos colonos alemães chegados entre 1847 e 1848. Estes recém-chegados da Alemanha, segundo Schupp (2004) e Rambo (2013),

escandalizam-se com as celebrações leigas, exigindo o término das celebrações e o afastamento do “sacerdote leigo”. Os conflitos foram tantos que fora necessária a intervenção das autoridades da Colônia de São Leopoldo, Dr. Hillebrand e o Cura de São Leopoldo, os quais tiveram por missão tentar frear os ânimos de ambos os grupos revoltosos. Tal situação, todavia, só irá se resolver com o estabelecimento dos jesuítas alemães na referida Picada em 1849.

Outros problemas foram sendo percebidos e causando certo desconforto nos missionários. Um destes, como citado anteriormente, dava-se na mistura entre colonos luteranos e católicos. Segundo Rambo (2013), os casamentos mistos e a existência de padrinhos de batismo protestantes em batizados de católicos transformaram-se em um grande problema para os missionários. Tal realidade ocorria pela convivência pacífica entre os membros de ambas as Igrejas no território colonial. Ocorre que esta mistura religiosa infringia os cânones do catolicismo romano, que, junto aos jesuítas, retornavam aos poucos ao cenário católico no território sulino.

Se de um lado é prova que depões a favor de um clima de harmonia entre as duas confissões, de outra parte colocava os sacerdotes católicos numa posição muito desconfortável. Nos dois casos, tratava-se de proibições canônicas e como tais inegociáveis. Um número apreciável de católicos passou para o protestantismo pelo casamento com protestantes, o mesmo acontecendo com protestantes convertendo-se ao catolicismo, resultando em muitos casos em sequelas complicadores para as relações interconfessionais. Não menor nem menos frequente costumava ser o mal-estar causado pela não aceitação de padrinhos protestantes em batizados de católicos. (RAMBO, 2013, p. 71)

Em 28 de junho de 1850 padre Lipinski dirige uma carta ao Padre Mariano Berdugo, Superior da Missão Paraguaia que se encontrava em Porto Alegre. Nesta evidencia as dificuldades na lida com os colonos, principalmente pela discordância nos costumes católicos e nos atritos entre a realidade de mistura religiosa por eles vivenciada.

Aqui em Dois Irmãos levamos uma vida realmente triste, expostos a contínuas calúnias e perseguições dos luteranos. Fazem de tudo para que esta Missão pereça. Eles fazem proselitismo oculto e público. Estamos nas mãos de Deus. Oito velhinhas já ouvem a vos do verdadeiro pastor. Encontramos esta parte da vinha do Senhor devastada e repleta de espinhos e sarças. Isso não é de admirar porque, por 22 anos, não havia quem partisse o pão aos famintos. Os nossos padres espanhóis ainda são recordados com saudade. Trabalharam muito bem aqui, mais pelo exemplo do que por palavras, por não saberem a língua alemã.

Há fundada esperança de se estabelecer aqui uma Missão estável, depois das devidas démarches junto ao bispo e ao governo. Vossa Reverência cuidará que esta missão não pereça, pois dela depende a salvação de tantas almas. (LIPINSKI, 28 de junho de 1850, *in* SPOHR, 2016, p. 29)

Padre Lipinski, observando tais problemáticas e estando ele como responsável espiritual pelas almas da Picada Baum (São Miguel), inicia um trabalho de catequese entre os colonos, na tentativa de restaurar o catolicismo reto, de acordo com os cânones oficiais da Igreja Católica Apostólica Romana. Em 1850 já se encontravam no território da paróquia São Miguel o total de 133 famílias católicas, sendo 118 puras e 15 mistas. O trabalho de reestruturação do catolicismo na localidade ocorre, mesmo que com a presença de problemas, com certa eficácia. Em 1855 Padre Verdugo (Berdugo) visita a colônia e a Picada de Dois Irmãos, escrevendo em seu diário um pequeno relato sobre o que percebeu durante sua visita.

A colônia nas quais os nossos padres exercem o seu zelo apostólico, prometem um magnífico futuro apesar da mistura de católicos e protestantes. Entre uns preservou-se a vida religiosa, entre os outros a moralidade e entre todos a bela harmonia, fato que, depois de Deus, certamente é preciso creditar aos nossos padres. Deliberadamente evitam levar ao púlpito os ensinamentos religiosos que os separam. Em contrapartida concentram o zelo em favor de uma vida morigerada, fato que redundou no bem de todos. Desta forma mantêm-se a boa ordem e harmonia nas famílias, o jogo e a bebedeiras desapareceram e o número de crianças fora do casamento diminuiu de tal maneira que entre os católicos está em zero. Alimenta-se também um verdadeiro horror pelos casamentos mistos. Os usos e costumes alemães, porém, que dizem respeito ao amor, à vontade de trabalhar, à submissão e severa educação das crianças, são mantidos em pé. (VERDUGO, 16 de dezembro de 1855, *in* SCHUPP, 2004, p. 38)

Os trabalhos religiosos na Picada São Miguel aumentavam, e a exigência de atendimentos era cada vez maior, tornou-se necessária a vinda de mais religiosos para o atendimento espiritual na referida Picada alemã. Chegam em 1858, para a Paróquia de Dois Irmãos, que foi erigida a este grau no ano anterior, desligando-se do território da paróquia leopoldense, Padre Bonifácio Klüber, Padre Michael Kellner, e o irmão Franz Ruhkamp. Estes religiosos talvez tenham sido fruto da carta enviado pelo padre Lipinski ao Padre Geral dos Jesuítas em Roma em 27 de fevereiro de

1856, onde solicita o envio de mais religiosos já que “a messe está madura, mas não temos operários”²⁴.

Recém-chegado, Padre Klüber escreve uma carta a um companheiro de Companhia, nela diz:

[...] Em Hamburgo Velho, uma pequena cidade tomada por todo tipo de pequenos comerciantes, trocamos os cavalos para continuar a viagem por caminhos que davam medo até a Picada de Dois Irmãos, onde, ao declinar do dia, nos encontramos com o P. Lipinski. Podeis imaginar-vos facilmente o que se sente, ao se chegar ao destino, no final de uma viagem tão longa.

[...]

Como é nossa moradia?... Em primeiro lugar preciso beijar a mão de minha amada mãe, a santa pobreza. Moramos numa choupana solitária, de um piso só, que nem é nossa; um pequeno jardim a circunda, que tão pouco nos pertence. Desenvolvemos as nossas atividades numa igreja dedicada a São Miguel, que, por sua vez, não é mais nada do que um grande salão, que mal dispões do mais indispensável em termos de ornamentação e objetos de culto. *Pertencem evidentemente a nós, pois os trouxemos. [grifo nosso]* O nosso palácio consta de quatro quartos, dos quais o P. Lipinski ocupa dois, o terceiro é meu e o quarto é ao mesmo tempo refeitório, dispensa, recinto de trabalho para as mais variadas profissões, sala de visitas e, finalmente, serve também de quarto de dormir para o único irmão, o qual, porém, vai dormir no celeiro com o outro irmão, por ocasião da visita de algum estranho. Evidentemente, os nossos precários meios de subsistência são as bastante raras esmolas, estipêndios de missas e gêneros alimentícios que às vezes nos são trazidos, mas de difícil conservação neste país de clima quente. (KLÜBER, Bonifácio; 30 de novembro de 1858, *apud*, SCHUPP, 2004, p. 41)

É importante percebermos as minúcias desta carta. Estando o Padroado em vigência e sendo a Igreja Católica a religião oficial do Estado, era papel deste prover as igrejas e aos sacerdotes os meios mínimos para a manutenção do culto. Como vimos anteriormente, logo ao retornarem ao território brasileiro os jesuítas espanhóis, no intuito de serem liberados para missionar no Rio Grande do Sul, deixam claro ao bispo carioca a não necessidade do pagamento do salário destinado aos curas vinculados ao Império para os membros da Companhia de Jesus. Isso não exclui a necessidade da manutenção dos templos religiosos por parte do governo imperial. O grifo na carta retrata algo de extrema importância para o objeto de estudo deste trabalho, a Sala de Memória Sacra, pois é através desta ausência do poder imperial para a manutenção dos ambientes religiosos católicos na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul que os jesuítas se veem obrigados a

²⁴ Trecho da carta transcrita na página 33 do livro História das Casas: um resgate histórico dos jesuítas no Sul do Brasil; Dois Irmãos. De autoria do Padre Inácio Spohr.

formar seu próprio patrimônio religioso, trazendo da Europa os objetos necessários para a celebração do culto católico – Missa - e dos demais ritos sacramentais.

Sobre esta ausência da mão do Estado Imperial na manutenção das Igrejas escreve o Padre Lipinski ao Padre Geral em Roma, em 05 de agosto de 1852 : “Da parte do Governo nada se faz pelo culto católico. [...] Não recebemos nada do Governo. Vivemos de esmola. [...] Cada domingo há missa cantada com sermão. Festejamos todas as festas com toda a pompa possível, dentro da nossa pobreza.” (LIPINSKI, 05 de agosto de 1852, apud SPOHR, 2016, p. 32). Em outra carta ao Padre Geral, datada de 27 de fevereiro de 1856, Lipinski retoma o assunto do abandono financeiro por parte do Estado Imperial: “Vivemos de esmolas dadas em gêneros ou dinheiro. O governo ora nos favorece, ora não. Isso vale de toa a América do Sul.”. (LIPINSKI, 27 de fevereiro de 1852, apud SPOHR, 2016, p. 34).

A messe católica de Dois Irmãos foi servida por operários jesuítas durante alguns anos, sendo continuado o trabalho de restauração do catolicismo romano iniciado pelo Padre Lipinski. Ao longo dos anos novas levas de jesuítas chegaram ao território sulino, promovendo um rodízio de sacerdote entre as paróquias. A picada Baum, Picada São Miguel ou Picada Dois Irmãos, como queiram, recebeu os jesuítas no ano de 1849 ainda sendo uma pequena capela com diversos problemas morais e pastorais, foi entregue por estes missionários ao clero secular em 1934, já tendo a pequena capela sido erigida em Paróquia, o templo renovado e a comunidade restaurada no espírito do Concílio de Trento.

3.2.2 A Igreja São José – Picada dos Portugueses, São José do Hortênsio

A capela São José foi, junto da Picada Baum, contemplada com um dos dois primeiros curas jesuítas de língua germânica chegados em 1849. É, portanto, uma das paróquias mais antigas que esteve aos cuidados espirituais e temporais da Companhia de Jesus após a Restauração da mesma Ordem Religiosa no Sul do Brasil. Padre João Sedlac a recebe em 1849, após ela ser desligada das jurisdições da paróquia de Sant’Ana em 18 de julho de 1848 (SCHUPP, 2004). Schupp (2004, p. 47) aponta que o trabalho do cura jesuíta era incansável, tendo o território de missão deste sacerdote aumentado ao longo dos anos, à medida que mais capelas eram construídas por novos colonos alemães na região.

A situação de Sedlac era mais tranquila pastoral e economicamente que a dos religiosos da Picada São Miguel (Picada Baum ou, ainda, Picada Dois Irmãos). Chegando na Picada dos Portugueses, o jesuíta encontrou uma pequena capela dedicada a São José, aos moldes das capelas que os colonos costumavam construir, isto é, estrutura de madeira, paredes de barro e pouca ornamentação (RAMBO, 2013). Viu-se, Pe. João Crisóstomo Sedlac²⁵, sem casa canônica, tendo que residir na casa do professor da comunidade, Nicolau Birnfeld (SCHUPP, 2004). Após concluída as obras na capela, iniciou-se a construção da casa para abrigar os religiosos. Em 28 de setembro de 1851 a casa canônica teve suas obras concluídas e a sua benção realizada.

Os primeiros anos de trabalhos pastorais foram calmos, mas, após a chegada de outros religiosos da Companhia para auxiliar Sedlac no serviço espiritual em 1858 – Padre Miguel Kellner e Ir. Francisco Ruhkamp – o cenário pacífico da localidade paroquial ganha turbulências.

Em janeiro e fevereiro de 1860, alguns colonos, inimigos do P. João Sedlak, escreveram ao P. Agostinho Lipinski, SJ, Superior da Missão, comunicando vis detrações contra o mencionado padre. Entre esses colonos estava um não católico que não gostou das admoestações que lhe fizera o padre porque mandava seus filhos católicos a uma escola acatólica. O padre Refutou facilmente essas acusações em viagem feita a São Miguel (Dois Irmãos). (SPOHR, 2015, p.33)

Os conflitos gerados pelo ensino da reta doutrina católica para colonos que estavam amortecidos em sua fé, ou já não há tinham, foi causa de diversos problemas aos jesuítas que buscavam ensinar a doutrina de acordo com os ditames da Igreja Romana. Em 1862 ocorre mais um problema grave. Padre Sedlac é acusado de desviar o dinheiro paroquial para gastos pessoais, dinheiro este que estava sendo recolhido para a construção do novo templo religioso. Tal acusação foi levada perante o presidente da Província do Rio Grande do Sul que encaminhou a mesma ao Bispo Diocesano. Tal intempérie é resolvida pelo mandato de revisão do livro de contas da paróquia, sendo inocentado o pároco de tais atos ilícitos.

Segundo Spohr (2015, p. 34), em 1863 Dom Sebastião Dias Laranjeiras visita a paróquia de São José do Hortênsio. Durante sua visita pastoral chama para confronto os acusadores dos religiosos e põe fim as calúnias e mal-entendidos. Este

²⁵ Encontra-se registros com grafias distintas para o nome do referido religioso, por vezes encontra-se Sedlac e em outras Sedlak.

bispo é o mesmo que conduzirá com mãos firmes o processo de romanização ou ultramontanização do catolicismo gaúcho na segunda metade do século XIX, do qual os jesuítas tomarão papel importante.

Após quatorze anos no exercício da função de pároco de São José do Hortênsio, por questões de saúde, Padre Sedlac sede ao Padre Miguel Kellner seu cargo. Sedlac permanecerá na paróquia como coadjutor (auxiliar) até sua morte em 19 de novembro de 1872. Desde a chegada dos missionários jesuítas ao território paroquial em 1849, passaram por ali 42 religiosos da Companhia de Jesus. A paróquia permaneceu sob responsabilidade da Companhia até 1911, quando foi entregue ao clero secular.

3.2.3 A Paróquia Nossa Senhora da Conceição – Colônia Alemã de São Leopoldo

O centro da Colônia Alemã no Sul do Brasil, São Leopoldo, é talvez, a localidade com a presença jesuítica de maior importância. Como vimos ao decorrer do trabalho, a presença do clero secular no comando espiritual e temporal da paróquia manteve-se ao longo dos primeiros anos de colonização alemã no território da antiga Real Feitoria do Linho Cânhamo. Como aponta Schupp (2004, p. 53)

São Leopoldo foi o centro de todo o movimento colonizador. No local onde os colonos atravessavam o rio para chegar a seus lotes coloniais e para onde mais tarde retornavam, para colocar no mercado os seus produtos, formara-se pouco a pouco um povoado inteiro, a que se dava o nome de São Leopoldo.

A parte de São Leopoldo localizada na margem esquerda do rio dos Sinos pertencia canonicamente à paróquia Aldeia dos Anjos, à paróquia de Sant'Ana, situada na margem direita. Um Sacerdote secular encarregava-se dos serviços da paróquia.

Após a vinda dos Jesuítas de língua germânica ao território sulino e com a ascensão de Dom Sebastião Dias Laranjeiras como Bispo da Diocese do Rio Grande do Sul, os jesuítas assumem o serviço paroquial de São Leopoldo no dia 17 de outubro de 1861, mesmo que já atuando em tal espaço paroquial desde 1859 por provisão do até então Vigário Geral da Província, Padre Juliano de Faria Lobato. Assume o paroquiato o membro da Companhia de Jesus, Padre Klüber. Este empenhou-se em combater, logo de início, os casamentos mistos o que lhe rendeu problemas desde os primeiros tempos de ministério paroquial.

Pelo que parece foi exatamente esse fato que atraiu uma grande tempestade contra o P. Klüber. Não demorou e levantaram-se boatos de todos os tipos que atiçaram violentamente os ânimos não somente contra o padre, mas contra os jesuítas em geral. O mais ridículo de todos dizia que os padres planejavam cortar num determinado dia o pescoço de todos os protestantes. Um jornal teuto-brasileiro de Porto Alegre, “Der Einwanderer”, jogou óleo no fogo, insistiu na expulsão dos padres e afirmava que o presidente da província acabara de escrever nesse sentido ao ministro. (SCHUPP, 2004, p. 55)

O caos instalou-se na colônia, os colonos católicos, na tentativa de defender os seus líderes religiosos, deslocam-se a cavalo até Porto Alegre, em um número aproximado de 500 colonos (SCHUPP, 2004), pretendendo serem recebidos pelo Presidente Provincial para pôr fim a tal polêmica. Acabou-se tal problemática com vinda do próprio presidente a Colônia de São Leopoldo para ouvir ao cura Klüber, o qual explicou de forma satisfatória as suas falas.

Segundo Rabuske (1978, p. 33) por mais que Dom Sebastião Dias Laranjeiras em 1861, em carta onde nomeia Klüber para o paróquiato da Colônia de São Leopoldo, aponte-o como um homem ilustrado e virtuoso,

[...] não era o P. Bonifácio o homem talhado para tão grande, quão difícil tarefa apostólica. Tinha, de certo, a fama de muito bom orador sacro e eminente pregador de missões populares. Mas, como pode deduzir-se das primeiras páginas do “Diário da Residência...”, por ele começado e redigido em diversas línguas, o P. Bonifácio considerava-se a si mesmo atirado numa situação quase desesperadora.

Pelos conhecimentos que adquirimos pouco a pouco da vida P. Bonifácio Klüber, lícito se nos faz dizer que lhe faltava o necessário equilíbrio, calma e paciência, além de um zelo apostólico moderado, para colher melhores resultados na S. Leopoldo de sessenta do século passado.

Podemos apontar que a fé popular leopoldense estava desgarrada por “culpa” do cura anterior a chegada de Klüber ao paróquiato. De 13 de junho de 1854 até 04 de junho de 1859 o paróquiato de tal localidade encontrava-se com o Padre José de São Luís Bimbert que, segundo Schupp (2004) e Rabuske (1978), abandonou a paróquia sem aviso prévio e não dando conhecimento de sua retirada as autoridades eclesiásticas e, se quer, as autoridades civis. Consta ainda, em ambos os autores, que tal sacerdote já haveria passado por Santa Cruz do Sul e por São Pedro do Bom Jardim, deixando impressões piores que as deixadas em São Leopoldo. A ausência de uma liderança religiosa exímia teria gerado um indiferentismo religioso, realidade que se choca com o ardor e exigências de vivências católicas pregas pelo Padre Klüber desde sua chegada no território

paroquial. Dom Sebastião Dias Laranjeiras, em documento enviado a paróquia da Colônia de São Leopoldo, em 4 de novembro de 1861, aponta São Leopoldo como “[...] Vila mais necessitada e credora de ser auxiliada por todos os lados.”

Em consideração aos muitos motivos, não só gerias, que nos devem compelir a cooperar para a construção de qualquer templo de Deus, mas também aos particulares da mesma Vila, tanto religiosos como políticos e humanitários, e aos grandes bens que dessa resultarão em honra do País e especialmente desta Província, para o progresso da Religião Católica nesse lugar de diferentes crenças, e até para o interesse da Colonização, parecendo-nos aquela Vila necessitada e credora de seu auxiliada de todos os lados[...].” (LARANJEIRAS, 04 de novembro de 1861, apud RABUSKE, 1978, P. 37-38)

Assim como os jesuítas espanhóis que ao chegarem em São Leopoldo depararam-se com um templo abandonado, novamente os jesuítas – agora de língua germânica -, na pessoa de Klüber, encontram o templo em péssimas condições. Dom Laranjeiras solicita ao sacerdote que dê início a duas grandes atividades pastorais e catequéticas, a construção de um novo templo e o início de um colégio católico.

A construção que até então servira de capela para São Leopoldo, conforme todas as descrições, encontrava-se num estado verdadeiramente desolador e não podia mais ser utilizada decentemente para uma igreja. De qualquer maneira, com a sugestão do P. Klüber, o bispo Dom Sebastião, num longo escrito de 4 de novembro de 1861, convocou a população, pouco depois, portanto da instalação do novo pároco, para a construção de uma nova igreja e nomeou duas comissões para essa finalidade: uma composta por 7 membros, encarregada de reunir esmolas, e a outra de 3 membros para conduzir a construção, ambas sob presidência do vigário. (SCHUPP, 2004, p. 56)

Klüber deu início aos movimentos para a construção da nova Igreja, assim como ao colégio católico para atender aos filhos dos colonos alemães, o que mais tarde transformar-se-ia no Colégio e Ginásio Conceição. Seus trabalhos pastorais e em prol de ambas as construções a ele confiadas foram interrompidos em 1863. Segundo Rabuske (1978), Klüber não se sentia realizado estando pároco em São Leopoldo, no entanto seu trabalho era extremamente valorizado, seja por Dom Laranjeiras ou por parte dos moradores da região por ele atendida. Ocorre que

[...] P. Klüber não gozava em São Leopoldo da simpatia de todos, chegando mesmo a ter bastantes inimigos. Esses vinham a ser, como nos refere a “História das Casas...”, “quase todos os acatólicos e tanto os católicos maus como os luso-brasileiros, a cujos interesses ele não havia dado apoio nas eleições de representantes para

'as Câmaras'. Por isso vinham há muito procurando uma ocasião para perde-lo". (RABUSKE, 1978, p. 55)

Em 1863 Klüber acaba infringindo os códigos canônicos e civis em vigência. O Padre declarou nulo um casamento misto, já que a esposa teria sido obrigada a casar-se, infringindo a necessidade da liberdade e vontade para contrair o matrimônio. O erro do sacerdote deu-se em declarar a nulidade do sacramento sem a autorização do Bispo Diocesano, o que acarretou a necessidade de sua transferência (SCHUPP, 2004; RABUSKE, 1978; BOHNEN, ULLMANN, 1989).

Assume o posto paroquial o P. Wendelin Bock em seis de janeiro de 1864, tendo como coadjutor o P. Bernhard Ehring. Neste mesmo ano, em 12 de abril de 1864, São Leopoldo deixa de ser uma Vila Imperial e é elevada a categoria de Cidade. É neste período que a paróquia leopoldense tem sua obra avançada e seu colégio ganhando forma. Padre Bock contrata a equipe de construtores da nova Igreja Paroquial²⁶, assim como nomeia Jakob Dillenburg como Professor do colégio católico da nova Cidade.

Iniciada a construção do novo templo em 1865 esta se prolongou até 1867, quando por falta de dinheiro os construtores encerraram o trabalho. Ocorre que Padre Bock contava com o subsídio imperial, que lhe fora prometido, para o término da construção, dinheiro que nunca foi de fato concedido a paróquia – o que levou a uma dívida de 8:000\$ (SCHUPP, 2004) e por consequência ao cancelamento da obra. Em 19 de novembro de 1869, com a união de verbas do próprio Presidente da Província e da Assembleia dos Deputados é que as obras são retomadas e concluídas em 1906.

Padre Bock permanece como pároco até o ano de 1867, sendo sucedido por Padre Bernhard Ehring, seu coadjutor que permaneceu por curto período no paroquiato. Em junho de 1868 assume a paróquia o Padre Wilhelm Feldhaus, chegado recentemente da Alemanha. Este é nomeado pároco, superior da casa dos jesuítas em São Leopoldo e, também, superior de toda a Missão Jesuítica Alemã no território provincial. A este sacerdote, segundo Schupp (2004, p. 61), deve-se grandes coisas

Colocou a base para três iniciativas da maior importância para a missão: o Colégio de São Leopoldo. Que mais tarde se tornaria tão famoso, lhe deve

²⁶ "A construção iniciou no dia 5 de maio de 1865. O arquiteto foi Johann Grünwald, o mesmo que mais tarde edificou muitas outras igrejas e prédios religiosos." (SCHUPP, 2004, p. 58)

o seu nascimento; chamou as irmãs de São Francisco para o ensino e a educação da juventude feminina e fundou o importante jornal “Deutsches Volksblatt”.

A fundação do Colégio e a proporção a qual ele tomou ao longo dos muitos anos de sua existência são de extrema relevância para a compreensão do patrimônio jesuítico do século XIX e XX salvaguardados no Instituto Anchietano de Pesquisas. Nele encontravam-se grande parte do acervo litúrgico e estatutário agrupados e preservados na Instituição, construídos pelos próprios religiosos e seus alunos ou importados da Europa.

Segundo Schupp (2004, 178)

[...] o P. Klüber dera os primeiros passos para a fundação de uma escola católica. A instalação efetiva foi fora reservada ao P. Bock, seu sucessor. Tratava-se, contudo, ainda de uma escola elementar. Quando então o P. Fledhaus foi nomeado pároco de São Leopoldo, enxergou imediatamente a urgência de oferecer às crianças algo a mais do que simples ensino elementar. Ao mesmo tempo, já alimentava a idéia da formação de professores e sacerdotes. Convicção e a correspondente ação não distavam muito nele. Como ao mesmo tempo exercia o cargo de superior da missão, as primeiras dificuldades puderam ser superadas com maior facilidade.

O colégio fora aberto, oficialmente, em sete de outubro de 1869 em cerimônia solene e benção inaugural realizada pelo Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeiras. A recém fundada instituição contava com doze pequenos estudantes, que estavam sob responsabilidade do Padre Minkenberg, chegado a missão em 31 de julho – festa de Santo Inácio de Loyola, fundador da Companhia. Em 1870 o Colégio passa a ser, também, um internato – acolhendo aos filhos de colonos de picadas mais distantes da Cidade de São Leopoldo. Em 1871 fora necessária a ampliação do Colégio e Internato, pela chegada de novos alunos. Ao findar de 1872 a instituição de ensino jesuítica contava com 120 estudantes. Entre altos e baixos, ao final de 1890 a instituição contava com 223 jovens, entre internos e externos.

Em 1885 iniciou-se a construção da Capela do Colégio que foi concluída em 1887. O número cada vez maior de alunos levava a necessidade de novas construções que foram concretizadas sob a condução do Padre Sarrazin, que assumiu a reitoria do Colégio em 29 de novembro de 1884 (SCHUPP, 2004). Posteriormente o Colégio foi transformado em Ginásion (BOHNEN; ULLMANN, 1989; SCHUPP, 2004)

Ao colégio faltava ainda uma coisa: a equiparação ao então ginásio nacional “D. Pedro II”. Desta vez, coube ao prefeito geral, o P. Konrad Menz, que com seu excepcional entusiasmo e extrema energia levou a questão a um final favorável, tratar em pessoa com o ministro da Educação e com outras pessoas decisivas para a questão. O ministro conferiu à instituição os direitos de “Gymnasio equiparado” pelo decreto nº 3580, de 3 de fevereiro de 1900. Este ato teve como consequência, embora sob a supervisão de um fiscal delegado do governo, a realização dos exames de maturidade, como também conferir o grau de bacharel. (SCHUPP, 2004, p. 184)

Diversos foram os frutos gerados por meio do ensino jesuítico, aquilo que Schupp (2004) chama de “resultados imediatos”. É certo que o Colégio e depois Ginásio Conceição tenha servido como propulsor do Catolicismo Romano na Região da Colônia Alemã, caminhando juntos com os ideais ultramontanos de Dom Laranjeiras, a medida que os estudantes eram formados nas ciências mas mantendo como norte a religião mantenedora dos cânones romanos, como aponta o artigo primeiro das “Regras Gerais” citado por Bohnen e Ullmann em seu livro “A Atividade dos Jesuítas de São Leopoldo” (1989, p. 199)

Compulsando as “Regras Gerais” ou o “Regulamento” do Conceição, vigentes ao longo de vários anos, vemos estampado, no Art. 1º, o fim por ele colimado: “A boa educação religiosa de seus alunos, não só instruindo na doutrina, verdades e preceitos de nossa santa religião, senão principalmente no exercício das virtudes cristãs e sociais, bem como na civilidade e cortesia própria de seu estado.”

Segundo Bohnen e Ullmann (1989, p. 205) o Colégio serviu como “seminário” de Teologia do ano 1878 até 1890, formando vinte sacerdotes – jesuítas, seculares e de outras congregações. Aqui se dá a maior contribuição para o reestabelecimento do catolicismo tradicional dos jesuítas no período, a formação de Sacerdotes. Deste grupo de padres saíram dois arcebispos, diversos monsenhores, cônegos e párocos formados pelos ideais ultramontanos defendidos por Laranjeiras até a sua morte em 1888 e continuado pelos Jesuítas no território Sulino.

3.3 Uma Igreja em Restauração: a Companhia de Jesus e o ultramontanismo

Para iniciarmos a discussão sobre o ultramontanismo e a Companhia de Jesus, obrigatoriamente, necessitamos mergulhar nas diferenças conceituais de ultramontanismo, romanização e reforma católica. Mas, antes disso, necessitamos compreender que partindo da segunda metade do século XVIII com o advento do

pensamento Iluminista o corpo social de toda Europa ganha nova roupagem. Se antes Estado e Igreja Católica caminhavam de mãos dadas na condução da sociedade através do poder espiritual e temporal, agora ambas as instituições sociais se separam de forma paulatina ou abrupta, dependendo da localidade em análise. Sobre isso demonstra Arthur Rambo (2002, p. 283) utilizando uma imagem explicativa sobre este processo de transição de laços entre Igreja e Estado:

A auto-coroação de Napoleão pode ser interpretada como um episódio de transição nessa dinâmica de transformação. A autoridade laica começava a rejeitar a legitimação eclesiástica e credenciava-se a si mesma. O monarca mantinha o título, o cetro e a coroa, não mais outorgados pela autoridade da Igreja em nome de Deus, mas pela autoridade que ele mesmo conquistou. A autoridade da Coroa Imperial prescindia, daqui para frente, da chancela da tiara de Roma. A autoridade sobre a sociedade civil já não emanava da autoridade divina tornada visível e palpável via Igreja. Foi credenciada pela conquista pessoal do monarca ou do mandatário ou outorgada pela vontade e pela escolha do povo.

Este movimento ocorrerá de forma paulatina no Novo Mundo, principalmente no Brasil. Esta demora dá-se pela vinda da Família Real Portuguesa, fugindo de Napoleão, a sua Colônia Brasileira, o processo de estabelecimento do Brasil como Império e a adoção, mesmo após a proclamação da Independência, dos regimes de Padroado Régio – processo já visto ao decorrer deste trabalho. Igreja e Estado caminharam de mãos dadas ao longo da história brasileira até o golpe republicano em 15 de novembro de 1889. É certo que desde a chegada de Pombal ao poder como secretário de Estado Português (1756-1777) – durante o governo de Dom José I – o anticlericalismo, o espírito antijesuítico e a ideia de um Estado próximo ao laico já permeavam o ideário de Portugal e de suas Colônias. As medidas pombalinas colocaram em ocaso o catolicismo, permitindo a formação de uma Igreja quase que Estatal, governada pelo Estado Português e posteriormente Brasileiro, seguindo cânones pouco semelhantes aos instituídos pela Igreja Romana.

A crise no catolicismo brasileiro fora causada pelas medidas tomadas por Pombal, principalmente pela expulsão da Companhia de Jesus e sua posterior supressão, como nos apontará Ferdinand Azevedo (1988, p. 207),

[...] a Igreja Católica no Brasil Colônia, ao contrário do que aconteceu na América Espanhola, não tinha meios de encher o vazio criado pela saída dos jesuítas, e isto explica em grande parte a lastimável situação em que a Igreja se encontrava no início do século XIX.

Ocorre que no Brasil, com as medidas pombalinas, inicia-se um catolicismo regalista e/ou galicanista (SANTIROCCHI, 2018; 2013a, 2013b; AZEVEDO, 1988). O clero brasileiro, antes formado em grande parte pela Companhia de Jesus, passa a ser formado em seminários seculares nacionais ou no exterior, trazendo para dentro do clero as ideias iluministas. Segundo Azevedo (1988), com a vinda de Dom João VI e sua comitiva em 1808 para o Rio de Janeiro, o Iluminismo adentra fortemente o território da então colônia de Portugal, principalmente pelo ardor dos movimentos de independência que explodiram a partir da chegada da Corte Real Portuguesa ao território brasileiro. O padroado régio servia aos interesses particulares dos governantes, fazendo dos cargos eclesiásticos meios de alcance de poder político e governamental. O corpo clerical brasileiro toma, cada vez mais, a forma de um clero liberal no intuito da formação de uma Igreja Nacional, desvinculada aos interesses e cânones da Igreja de Roma, liderada pelo Papa.

Como resposta aos diversos movimentos contrários ao catolicismo na Europa, a Igreja Católica inicia o processo que hoje chamamos de “Restauração Católica”. Segundo Rambo (2002, p. 287) a restauração nada mais é que o retorno dos cânones, disciplinas e normativas do concílio tridentino, colocando em primeiro lugar a autoridade Papal e a fidelidade ao ocupante do trono petrino. É também neste sentido de “restauração” que o conceito de ultramontanismo surge:

Opõe-se – a Restauração Católica - em princípio a qualquer tipo de composição e, mais ainda, a qualquer forma de tutela do Estado. Foi nesse contexto que foi entendido o conceito do Ultramontanismo ou Ultramontanos (ultra-montes = além das montanhas), referindo-se aos teólogos, ao clero, aos religiosos e ao povo em geral, que combatia o galicismo dos católicos franceses que defendiam uma composição com o poder civil. Os ultramontanos reivindicavam como autoridade máxima e única aquele que tinha sua sede “ultra montes, além das montanhas, dos Alpes”, o papa em Roma. (RAMBO, 2002, p. 287; grifo nosso)

Ronaldo Azzi (1992) aponta que o ultramontanismo surge à medida que parte do clero francês se associa aos ideais iluministas, sendo ele uma resposta da ala conservadora da Igreja francesa, já que

[...] não é possível analisar a característica da catolicidade desvinculando-a da romanidade. Como a partir de meados do século XVIII, parte expressiva do clero francês aderira à ideologia liberal, veiculada pelos enciclopedistas, o grupo fiel à Santa Sé passou a ser designado como ultramontano, ou seja, aquele que se alinhava ao lado do Pontífice Romano, o qual residia, a partir da ótica francesa, além dos Alpes, ou seja, ultramontes. (AZZI, 1992, p.109)

Tatiana Costa Coelho (2016) em sua tese doutoral aponta o ultramontanismo como uma política católica que pretende alicerçar em Roma a sua referência principal. Busca-se, a partir deste movimento, combater as ideias liberais religiosas, a expansão do racionalismo que propunha uma exclusão das ideias metafísicas religiosas e um combate ao modernismo. Seguindo a concepção ultramontana, isso seria alcançado através da defesa da autoridade papal, da manutenção da reta filosofia escolástica na formação do clero, da reafirmação da teologia tomista como o pilar do pensamento católico, em suma, da reafirmação de todos os tratados, cânones e dogmas obtidos com o Concílio de Trento. Ítalo Domingos Santirocchi aponta que

O ultramontanismo, no século XIX, se caracterizou por uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. Pode-se resumir-lo nos seguintes pontos: o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica *Quanta cura* e do “Sílabo dos Erros”, anexo à mesma, publicados em 1864. (SANTIROCCHI, 2010, p. 24)

Já a ideia de “romanização” do catolicismo, Segundo Santirocchi (2010; 2015), teve diversas faces e usos ao longo da historiografia produzida sobre a Igreja Católica desde o século XVIII, mas, em grande parte de sua utilização, fora aplicada como uma ideia pejorativa, sempre vinculada ao conceito de ultramontano ou ultramontanismo. O autor aponta que a ideia de romanização implicava na submissão de um catolicismo regionalizado ao catolicismo universal, em todas as suas complexidades políticas, morais, comportamentais e religiosas. Entenderemos, portanto, o processo ou ato de “romanização” como a busca pela adaptação dos catolicismos particulares de sociedades, grupos ou sujeitos ao catolicismo tridentino, reafirmado durante o Concílio Vaticano I e executado pelos missionários jesuítas no território sulino a partir da segunda metade do século XIX.

3.3.1 O processo de Restauração Católica no território gaúcho

É costumeiro na historiografia sobre a temática pensar a restauração ou a aplicação do ultramontanismo no território da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul somente após a chegada de Dom Sebastião Dias Laranjeiras na segunda metade do século XIX. Todavia, se pensarmos o ultramontanismo, romanização ou restauração do catolicismo como sendo a “imposição” ou pregação da religião segundo os moldes do Concílio de Trento, assim como a defesa das concepções políticas, morais e sociais antimodernistas e antiiluministas, podemos apontar o início deste processo com a chegada dos jesuítas espanhóis em 1842 ao território sulino e a pregação de suas missões religiosas nos mais distintos locais da província gaúcha. Direta ou indiretamente estes missionários tocavam uma igreja particularizada, permeada por formas de catolicismo regionais, e apresentam ou difundem um catolicismo romano, tridentino.

O ultramontanismo no Brasil surge com as aberturas fronteiriças dadas para Ordens e Congregações religiosas portadoras deste caráter reformador, feito realizado por Dom Pedro II. Além disso, a nomeação de bispos ultramontanos para dioceses de grande importância como São Paulo²⁷ e Minas Gerais²⁸, com a aprovação do governo de Dom Pedro II durante o Segundo Reinado, provocará um avanço significativo das ideias de reforma na Igreja Católica no território brasileiro, até então com caráter liberal e regalista.

O território sulino, ao longo do século XIX, recebeu três grupos de missionários jesuítas para a pregação de missões e posterior fixação no território provincial. Em 1842 chegam os jesuítas de língua espanhola, liderados pelo Pe. Manuel Berdugo, em 1849 chegam os religiosos de língua alemã, liderados por Lipinski e Klüber, e em 1860 desembarcam em terras gaúchas os jesuítas italianos, grupo ao qual não nos detivemos neste trabalho. Ao longo das missões populares pregadas pelos religiosos jesuítas a espiritualidade ultramontana, que por vezes se confunde com a religiosidade barroca colonial, fica evidente. Ferdinand Azevedo caracteriza essa religiosidade da seguinte forma:

²⁷ Bispo de São Paulo, Dom Antônio Joaquim de Melo. Nomeado em 1851 para a sé paulista.

²⁸ Bispo de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso, membro da Ordem dos Lazaristas. Nomeado em 1844 para a sé diocesana de Mariana, permanecendo até sua morte em 1875.

O conteúdo espiritual do Ultramontanismo seria a mensagem cristã pregada por palavra e ação pelos missionários e concretiza pelo povo no seu dia a dia. Podemos salientar os aspectos mais importantes desta piedade: o apostolado da palavra, a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, à Imaculada Conceição e à Santa Infância, que perdeu influência no fim do século XIX. Também foi importante a devoção à Eucaristia, manifestada pela comunhão freqüente. De grande importância, no fim do século XIX, foram as obras das Conferências de São Vicente de Paulo, que iriam definir uma outra maneira de ser cristão culto no Brasil. Chama a atenção nesta listagem o fato de esta piedade não diferir muito da piedade barroca [...]. (AZEVEDO, 1988, p.213)

Mas não só na espiritualidade pregada e vivenciada encontramos o ultramontanismo jesuíta, como já visto neste trabalho, não foram poucos os conflitos de ordem religiosa ocorridos entre jesuítas e colonos alemães. Deve-se isso pela ausência religiosa da Igreja Católica no território sulino, fato explorado em extensão nesta monografia, mas também pela vigência de uma religiosidade aos moldes populares, seja de origem portuguesa (irmandades, devoções festivas, associações leigas) ou de origem germânica (os cultos leigos, batismos e casamentos mistos, “padres leigos” etc...). O caráter ultramontano jesuítico nesta realidade conflituosa dá-se pela tentativa de romanização do catolicismo encontrado pelos missionários, utilizando-se de uma catequese e doutrina tridentina - abandonada em grande parte pelo clero secular presente no território da província gaúcha e em boa parte do território brasileiro.

Com a nomeação de Dom Sebastião Dias Laranjeiras, que fora, segundo Santos (2019), formado dentro de um contexto ultramontano, o processo de reforma do catolicismo na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul ganha passos largos. É nomeado em 1860, ou seja, dezoito anos após a volta dos jesuítas ao território sulino, e chega à sé da diocese gaúcha em 1861. Monteiro (2009, p. 5) aponta que em um primeiro momento Dom Sebastião

[...] teve que lidar para afirmar a Igreja romanizada no Estado, além da reação dos governantes provinciais de orientação positivista, com um clero despreparado, além de comprometido com os chefes políticos locais, para a irradiação do projeto romanizado.

Laranjeiras tornou-se amigo próximo dos jesuítas, defendendo-os dos ataques dos considerados por Schupp (2004) como “acatólicos”. Além disso, apoiou de forma contundente a criação do Colégio Conceição, visitando a instituição diversas vezes (BOHNEN; ULLMANN, 1989). Para Monteiro (2009) o estabelecimento de colégios ou ginásios católicos pode ser considerada uma das

grandes armas do catolicismo ultramontano, tendo em vista que tais instituições eram as formadoras da elite social das regiões que estavam sob seu alcance, transformando as concepções religiosas, políticas e sociais através do ensino, obviamente, de caráter romanizado, ultramontano.

Tavares (2007) aponta que Dom Sebastião irá tomar duras medidas contra as irmandades religiosas presentes na diocese gaúcha, já que via em suas celebrações traços de um paganismo exacerbado. Rambo (2002, p.290) chamará este “paganismo exacerbado” de “[...] festas ruidosas nas quais explodia uma manifestação religiosa eivada de comportamentos profanos, ao ponto de mascarar qualquer sinal de religiosidade autêntica.”. Após a morte de Laranjeiras a diocese gaúcha receberá outro prelado ultramontano em 1890, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, membro dos Lazaristas e até então bispo de Goiás. Além de enfrentar a nova realidade política e social brasileira, ou seja, o republicanismo o bispo terá de continuar o processo de restauração firmado por Laranjeiras. Este prelado dará uma intensa atenção a formação de sacerdotes aos moldes ultramontanos, envolvendo neste processo os religiosos da Companhia de Jesus presentes no território sulino, assim como religiosos de outras congregações com caráter ultramontano.

Em 1912 assume a arquidiocese de Porto Alegre Dom João Batista Becker, ultramontano da mesma forma que seus antecessores. Este confiará aos jesuítas grande parte do processo de restauração do catolicismo gaúcho, à medida que

Ao assumir a arquidiocese de Porto Alegre, em 1912, D. João Becker entregou a eles a formação do seu clero. No ano seguinte, o seminário diocesano foi ocupar os prédios do antigo Colégio Conceição em São Leopoldo, chamando-se daí para frente de Seminário Central de São Leopoldo. O seminário menor funcionou, também aí, até o final da década de 1930. Transferido para novos prédios e instalações em Gravataí, continuou, contudo, sendo dirigido pelos padres jesuítas. O seminário maior, filosofia e teologia, continuou em São Leopoldo. A ele afluíam, além dos seminaristas da arquidiocese, também os das demais dioceses do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e de outros estados. Algumas congregações religiosas mandavam seus futuros sacerdotes também para o Seminário Central. O Seminário maior permaneceu em São Leopoldo até 1956, quando foi transferido para Viamão e entregue ao clero diocesano. (RAMBO, 2002, p. 302).

A atuação dos jesuítas frente a formação do clero sulino durou mais de quarenta anos, cumprindo o objetivo de formar um clero aos moldes romanos. Além da atuação dos próprios jesuítas frente a população alemã na propagação do

catolicismo romanizado, sua ação nos campos da educação e na formação sacerdotal foram de suma importância para o projeto de restauração católica empregado no território sulino, defendendo as doutrinas, normativas e cânones do Concílio de Trento reafirmados e defendidos pelo Concílio Vaticano I.

Este projeto de romanização bem-sucedido encontrará seu fim com o advento do Concílio Vaticano II (Roma, 1962-1965), onde os entendimentos sobre a realidade de um catolicismo banhado nas culturas regionais, o protagonismo leigo, assim como a diversidade litúrgica ganharão protagonismo na Igreja Católica. Com este acontecimento e com a publicação dos documentos pós-conciliares ocorrerão movimentos de desmonte dos patrimônios católicos, realidade que tocaremos no próximo capítulo.

4 A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO JESUÍTICO NO SUL DO PAÍS

Neste capítulo, valendo-se da metodologia de história oral, de entrevista on-line estruturada e de consulta a documentos como a Ata de Fundação do Instituto Anchietano de Pesquisas – IAP/UNISINOS – e os Dados de Visitação aos Espaços de Memória do IAP, ambos encontrados no acervo do próprio Instituto, trataremos sobre a construção e importância dos acervos de memória presentes nos espaços do Instituto Anchietano em São Leopoldo. As entrevistas foram realizadas com três personagens de relevância para a compreensão do Espaço de Memória Sacra, sendo eles a bióloga Denise Maria o Padre e Professor Dr. Pedro Ignácio Schmitz, SJ, e o atual Coordenador do Instituto, o padre Prof. Dr. Luiz Fernando Medeiros Rodrigues, SJ.

Segundo Verena Alberti (2013, p.24) a história oral é

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método de história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam.

Optou-se por este método pela ausência de fontes documentais sobre o Espaço de Memória Sacra e Acervo Sacro pertencentes ao Instituto Anchietano de Pesquisas, sendo necessária a produção documental através de entrevistas para este e futuros trabalhos. Entenderemos por “Espaço de Memória Sacra” a exposição de objetos previa e intencionalmente selecionados localizados no andar térreo da Biblioteca UNISINOS de São Leopoldo e por acervo o conjunto de objetos sacros sob salvaguarda do Instituto.

A produção destas entrevistas seguiu dois métodos distintos, sendo eles: entrevista semiestruturada, amparada na metodologia de história oral (ALBERTI, 2013; MEIHY; HOLANDA, 2020) e entrevista estruturada. O primeiro realizou-se com Schnorr e Schmitz, sendo uma entrevista realizada de forma presencial em local, horário e data previamente marcados, com captura de áudio e vídeo, o que enquadra tal entrevista na metodologia de história oral, que serão transcritos e mantidos em acervo pessoal. Já a segunda entrevista – realizada com Rodrigues -

ocorreu por meios digitais, através de questionário estruturado respondido pelo entrevistado via e-mail e que, de igual forma, será mantida em acervo pessoal para possíveis consultas. Todos os entrevistados assinaram termo elaborado conforme modelo disposto pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, cedendo os direitos do conteúdo produzido e permitindo a publicação dos dados obtidos com a entrevista.

Segundo Boni e Quaresma (2005, p.73)

As entrevistas estruturadas são elaboradas mediante questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas. [...] Os questionários podem ser enviados aos informantes através do correio ou de um portador.

Os mesmos autores conceituam as entrevistas semiestruturadas como uma combinação de

[...] perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75)

Já a pesquisa documental utilizando os Dados de Visitação aos Espaços de Memória do IAP, trata-se de uma pesquisa quantitativa, valendo-se de leitura, análise e tabelamento de dados numéricos de visitação. Após a distribuição dos dados em tabelas - divididas em ano, dia, mês, instituição, número de visitantes, turno da visita, modalidade de ensino (público ou privada), local de origem do grupo e espaços visitados – fez-se a confecção dos gráficos neste capítulo utilizados, possibilitando uma melhor compreensão do trabalho realizado pelo Instituto Anchietano de Pesquisas.

4.1 Patrimônio e memória religiosa

Para iniciarmos a construção das análises sobre a importância e abrangência do Espaço de Memória Sacra como um espaço vivo de Educação Patrimonial, necessitamos apontar os conceitos de Patrimônio, Memória e Memória Religiosa por

nós utilizados ao longo dos próximos subcapítulos. É de conhecimento que tal temática é muito trabalhada no campo das Ciências Sociais, tendo uma vasta produção bibliográfica sobre o assunto, a qual não nos será possível abranger em sua totalidade. Iremos nos deter nos conceitos que melhor conversam com a realidade patrimonial aqui em estudo, fazendo uma breve revisão bibliográfica para tal.

A memória enquanto tal é objeto de interesse das mais diversas Ciências, sejam humanas, biológicas, da saúde, todos buscam compreender esta parte da integralidade humana que ainda se faz um mistério por mais que dela já se saiba muito. A memória é intrínseca ao homem, aquele que esquece o passado acaba por esquecer a si próprio e a sua identidade formada ao longo de sua trajetória. Da mesma forma isso ocorre com grupos e instituições, à medida que o passado é esquecido perde-se a compreensão do que se é e do caminho que levou o ente/sujeito que era em potência, vir a ser em ato manifesto. Esquecer-se é algo sumamente perigoso, possibilita a tomada de decisões que tornem presentes feitos maléficos do passado ou, ainda, permite a extinção de grupos, culturas, pensamentos e fazeres construídos ao longo da história. Todorov aponta que a memória ou a

[...] recordação do passado é necessária para afirmar a própria identidade, tanto individual como de grupo. Um e outro também se definem, evidentemente, por sua vontade no presente e seus projetos de futuro; mas não podem prescindir dessa primeira lembrança (TODOROV, 2002, p.199)

A memória é, portanto, fonte para o estudo e compreensão da história. Com os movimentos da Escola dos Annales e da Nova História, como nos aponta Tânia Regina de Luca (2021), a história modifica sua concepção sobre o que seriam suas fontes, abrangendo métodos e problemáticas que vão além da oficialidade documental. É nestes movimentos de renovação historiográfica que a memória e o estudo crítico e analítico dos patrimônios tornam-se fontes para a história enquanto Ciência. Ulpiano Bezerra de Meneses aponta que a memória é um mecanismo que funciona retendo “informação, conhecimento, experiência individual ou social, constituindo-se em um eixo de atribuições que articula, categoriza os aspectos multiformes de realidade, dando-lhes lógica e inteligibilidade.” (MENESES, 1984, p. 33) esta memória que retém informações é ativada através de vivências, que fazem vir a tona as lembranças, imagens, experiências realizadas num passado ou, até

mesmo, não vivenciada pelo sujeito em si mas pelos seus antepassados que lhe transmitiram tais vivências por meio da oralidade ou materialidade documental.

Para Le Goff (2013, p.387) a memória deve ser entendida como um

Fenômeno individual e psicológico [...], a memória liga-se também à vida social [...]. Esta varia em função da presença ou ausência da escrita [...] e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado [...], produz diversos tipos de *documentos/monumentos*, faz escrever a história [...], acumular objetos [...]. A apreensão da memória depende desse modo do ambiente social [...] e político [...]: trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos [...] que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo [...].

Jacques Le Goff apresenta-nos a ideia de memória e patrimônio como vinculadas e desassociadas quando analisadas sob o olhar histórico. Segundo Márcia D'Alessio (2012) o patrimônio no pensamento contemporâneo toma forma de relação, que é estabelecida entre grupos sociais com o seu próprio passado. Podemos compreender o patrimônio como sendo um conjunto de bens materiais ou imateriais que são considerados possuidores de algum valor histórico por grupos, entidades ou organismos governamentais. Faz-se necessário, contudo, percebermos que todo e qualquer patrimônio remete a uma escolha memorial, ou seja, a escolha pela exposição de uma memória específica em detrimento de outras memórias, outros recortes, outras histórias. É, portanto, a formação de um patrimônio um ato político, como aponta Ramos e Silveira (2016, p.5)

O Patrimônio cultural também é uma construção política, por isso ele é fruto de uma seleção, o que equivale dizer que ele não é uma construção neutra. Essa observação é importante na medida em que nos alerta para o fato de que todo e qualquer patrimônio cultural está associado a determinados interesses políticos, sociais e econômicos. Desse modo, patrimônio também é discurso e expressa determinadas narrativas nos lugares sobre os quais está fixado.

A construção de uma memória religiosa, nada mais é que a tentativa de salvaguarda de uma memória, história e patrimônio que remetem a vivências religiosas de importância para determinados grupos sociais e/ou para a história de determinadas localidades. Tais experiências, ritos, religiosidades podem vir a estar, ou já estar, em processo de esquecimento, desuso, extinção. O patrimônio religioso toca a materialidade dos objetos e a imaterialidade dos ritos, expressos por meio de cantos, danças, rituais sacramentais, oralidades e tantas outras formas que se dão

demonstradas através da preservação de documentos, peças, vestuários, imagens que as retratem. Preservar o patrimônio material de determinada fé, é preservar a memória religiosa e afetiva de antepassados de determinado grupo étnico, cultural e/ou religioso, fazendo viver ao longo do correr do tempo aquilo que fora posto em esquecimento pelo passado.

A importância da preservação do patrimônio histórico e, por consequência da preservação da memória de grupos sociais, dá-se pela problemática do esquecimento. Pierre Nora (1993) denuncia que as sociedades modernas/contemporâneas vivem um eliminar constante de suas memórias, vive-se a era do esquecimento, mesmo em um período de constantes rememorações históricas. Talvez isto ocorra pela liquidez contínua encontrada na sociedade contemporânea, como nos aponta Bauman (2001) em seu livro “Modernidade Líquida”, onde tudo e todos passam e se esvaem como a água, que corre sem barreiras e nunca retorna ao mesmo lugar. É necessário, portanto, locais de retenção e preservação da memória histórica e social, seja ela uma memória religiosa de uma sociedade de colonos alemães e de religiosos europeus, como analisado ao longo deste estudo, ou de tantas outras memórias postas em esquecimento gradual.

4.2 Um patrimônio que faz recordar: a construção e origem do Acervo e Espaço de Memória Sacra do Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS

Para construirmos a história e origem do Acervo e Espaço de Memória Sacra do Instituto Anchietano de Pesquisas, faz-se necessário retornar à história e objetivos deste próprio Instituto. A Companhia de Jesus teve em seu quadro de religiosos, desde sua origem, sacerdotes e irmãos versados nas mais diversas Ciências. Segundo a Ata de Fundação do Instituto (fl. 1)

Uma das preocupações mais constantes e intensas da Companhia de Jesus, tem sido em todos os tempos não só a sólida formação científica dos seus filhos, como ainda a transmissão do saber a seus numerosos alunos. Um dos meios mais eficazes é sem contestação o trabalho paciente de pesquisas e investigações nos diversos ramos da ciência.

Surge em 1956, como resposta a esta preocupação, o Instituto Anchietano de Pesquisas, composto por seis áreas de atuação, sendo elas: História, Botânica,

Biologia, Zoologia, Química e Museu. Segundo Pedro Ignácio Schmitz (SCHMITZ, 2022), secretário do Instituto em 1956 e responsável pela redação da ata e estatutos fundantes,

O IAP surgiu há 65 anos atrás, no colégio Anchieta, quando em um fim de tarde, sábado, os pesquisadores que estavam ali se reuniram pensando no seu futuro e na continuação e na permanência de suas obras. Então, tinham preparado um estatuto de acordo com os Institutos Históricos do tempo, onde os pesquisadores jesuítas do tempo, que eram vários e que estavam nos colégios, que estavam na missão, que estavam nos seminários e pesquisavam, pesquisavam plantas, pesquisavam borboletas, pesquisavam mitos indígenas e história e eles se reuniram para pensar no seu futuro.

Os Estatutos aprovados em 1956 (INSTITUTO, 1956, S.p.) definem o Instituto como

Art. 1º - O Instituto Anchietano de Pesquisas, é uma associação civil, sem finalidade lucrativa, fundado pela Sociedade Literária Padre Antônio Vieira, com sede em São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul. [...]

Art. 3º - São finalidades do Instituto que, no prosseguir-las, se orientará rigorosamente pelos princípios próprios a cada ramo do saber:

- A. A pesquisa científica no campo da História, Botânica, Zoologia e Biologia, e outros ramos, de preferência do Brasil;
- B. Manter coleções científicas e bibliotecas especializadas;
- C. Promover e desenvolver realizações científico-culturais.

Buscava-se, então, a reunião dos pesquisadores jesuítas no intuito de fazer suas pesquisas conhecidas através da divulgação científica. Surge, neste sentido, a Revista Pesquisas que abrangia todas as áreas de atuação do Instituto, com o intuito de divulgar os trabalhos realizados dentro da instituição, mas, também, de outros pesquisadores. Dentro deste grupo de pesquisadores encontravam-se os Padres Balduino Rambo e Aloísio Sehnem, referências para os estudos da Botânica; Pe. João Alfredo Rohr, conhecido pelas escavações arqueológicas de Sambaquis; Pe. Pio Buck e Pe. Ernesto Maumann, responsáveis pelo acervo Zoológico do Instituto; Pe. Luís Gonzaga Jaeger e Pe. Arnaldo Brúxel, conhecidos no campo da História.

Em 1968 ocorre a chamada “Reforma Universitária”. Segundo Schmitz (2022)

Neste meio tempo surgiu a Universidade, as Universidades, e surgiu a Reforma Universitária com a pós-graduação, o mestrado, o doutorado, a pesquisa sistemática, o tempo integral na Universidade. E o Instituto é uma ponte entre o primeiro momento²⁹ e o momento atual³⁰. [...] Então, o Instituto

²⁹ Anterior a Reforma Universitária.

³⁰ Posterior a Reforma Universitária.

representa uma instituição de passagem, de um tempo que se fazia o reconhecimento do território, [...] para um tempo em que não se faz mais o reconhecimento do território, mas que se faz pesquisa teórica, onde este trabalho antigo serve de lastro mas não é mais o que se faz hoje [...].

Com esta reforma, o Instituto Anchietao passa a desenvolver pesquisas em áreas mais específicas, sendo elas a História, a Arqueologia e a Botânica. Após um longo período em Porto Alegre a instituição, em 1983, passa a ocupar o prédio do antigo seminário jesuíta de São Leopoldo, o Conceição. Neste mesmo prédio, em 1969, iniciou-se a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, até 1974, quando a Universidade é deslocada para o atual campus (BOHNEN; ULLMANN, 1989). É no antigo Colégio e Ginásio Conceição, onde o trabalho dos jesuítas ganhou força e magnitude ao longo do século XIX, que começará a se constituir o chamado “Espaço de Memória Sacra” do IAP. Segundo Padre Ignácio Schmitz (2022)

A Sala de Memória Sacra foi surgindo a partir de um pensamento arqueológico. Eu, quando eu era estudante da Universidade, fui chamado pelo Padre Balduino Rambo e ele me disse que não tinha ninguém fazendo arqueologia no Brasil e que eu poderia fazer carreira, [...] eu comecei a fazer arqueologia e comecei a receber verba do IPHAN. Dia 24 de dezembro o fundador do IPHAN, que era meu amigo, eu o visitava ele todo mês lá no Rio de Janeiro, então ao invés da verba ser devolvida, era verba de exercício findo, então ele distribuía esta verba dia 24 de dezembro e com isso em 1965 eu comecei, com o empurrão do Governo Militar, a fazer pesquisa. Eu me tornei um pesquisador, [...] e como pesquisador eu lidava com o patrimônio, o IPHAN, [...] eu tinha que ir ao Rio pois eu era diretor da Faculdade de Filosofia, o último diretor, então eu encontrava ele todo mês, e com a verba que então surgiu eu comecei a fazer pesquisa arqueológica. Neste tempo, se criou a Universidade e os prédios que antes serviam foram abandonados. Eu me lembro, havia uma sala lá embaixo, uma sala fechada, onde ninguém entrava, onde estavam estátuas, onde estavam estas e outras coisas, eu como arqueólogo pensando patrimônio comecei a juntar e limpar. Eu almoçava no restaurante universitário e (pausa, gesto com a mão simbolizando limpeza). Tinha camadas de pó, em cima de todo aquele material. Quando o Reitor do Cristo Rei, Padre Bohnen, irmão do Padre Aloysio, ele viu que eu estava fazendo este trabalho e viu que o IPHAN estava começando a reunir este material e recolher o material das Missões [...] ele me perguntou: “Pe. Schmitz, você não quer estes materiais?” e eu disse: “É claro que eu quero!”. Aí eu ganhei as estátuas missioneiras. Eram pedaços, não eram bonitas como eram e a gente entrou em contato com o IPHAN. Eu estava lá com o IPHAN permanentemente, conhecia bem, e eles nos indicaram uma restauradora. Ela restaurou as estátuas e eu paguei. [...] Foram dois anos de trabalho. [...] Eu era pessoa de confiança do IPHAN, nunca tive problemas com o IPHAN, eles nunca me pediram para pô-las em um museu público, eles sempre me confiaram. Eu fui do conselho do IPHAN, que faz os tombamentos.

Schmitz (2022) aponta que havia, também, estátuas missioneiras no Colégio Anchieta, que foram doadas ao Instituto Anchietao para a salvaguarda e exposição. Este material missioneiro corresponde a uma das partes do Acervo de Memória

Sacra do Instituto Anchietano de Pesquisas. Este acervo pode ser dividido em duas grandes áreas, sendo a primeira constituída por materiais oriundos das reduções jesuíticas (séculos XVII e XVIII) e a segunda constituída pelo conjunto de vestes, estatuárias, móveis, objetos e relíquias provenientes das casas jesuíticas do Sul do Brasil, séculos XIX e XX, parte a qual este trabalho se detém.

A segunda parte deste conjunto patrimonial é oriundo do período de retorno da Companhia de Jesus ao Brasil e ao território sulino, ou seja, a partir de 1842. Para Schmitz (2022) e para Rodrigues (2022) este acervo retrata não só a história da Companhia de Jesus neste período, mas a história dos Imigrantes Alemães católicos, que chegados em 1824 ao território da Colônia Alemã de São Leopoldo viram-se desamparados em sua fé. Este acervo representaria o retorno deste catolicismo para estes colonos, assim como o processo de restauração do catolicismo sulino, implementando pelos jesuítas espanhóis após 1842 e pelos jesuítas de língua germânica a partir de 1849. Segundo Luiz Fernando Medeiros Rodrigues (2022)

O acervo de memória sacra testemunha a ação dos jesuítas da então missão alemã no sul do Brasil a partir da segunda metade do séc. XIX. A partir de 1849, começaram a chegar os primeiros jesuítas de fala alemã no Sul do Brasil. Tinham como missão atender os imigrantes alemães que se encontravam na antiga Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, desde 1824. A partir de então, estes jesuítas desenvolveram as suas atividades pastorais principalmente junto aos imigrantes alemães. Não se ocuparam apenas do acompanhamento espiritual dos imigrantes, mas promoveram iniciativas de desenvolvimento social, educacional e cultural nas comunidades germânicas. Portanto, as coleções que compõem o acervo de itens religiosos refletem todos estes movimentos dos padres e irmãos de língua alemã nas comunidades destes imigrantes. Não se trata apenas de objetos em si, como por exemplo, cálices ou livros em alemão gótico ligados à atividade especificamente religiosa, mas também de uma série de ações que visavam preservar os fundamentos da língua, dos costumes e da cultura alemã, preservando e desenvolvendo a germanidade nestas colônias de imigrantes.

Naturalmente, o principal aspecto foi a pastoral religiosa. E, neste sentido, o acervo é muito rico em itens que exemplificam (até mesmo nos mínimos detalhes) esta germanidade religiosa da específica pastoral dos jesuítas.

Ocorre que a partir da metade do Século XX diversas casas e seminários jesuíticos foram desativados. Paróquias, antes administradas pela Companhia de Jesus, foram entregues ao clero secular ou a outras Ordens Religiosas e o patrimônio religioso destas localidades, quando não descartado, necessitava ser destinado para algum local. Nesta mesma temporalidade inicia-se um processo de

extrema importância para o catolicismo e a compreensão da problemática patrimonial religiosa. Segundo Oliveira e Schnorr (2020, p. 271)

Após o Concílio Ecumênico Vaticano II, ocorre, no contexto eclesial católico, uma grande mudança litúrgica, buscando renovar a visão da função laical na liturgia, aproximando o sacerdote católico do seu povo, através de adaptação e transformações em diversos rituais da Igreja Romana. Tudo isto dá-se com a publicação do documento conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia, que “trouxe um rompimento histórico na vida da Igreja, através de sua vivência litúrgica e da percepção do protagonismo leigo.” [...]. Tal reforma litúrgica, dá-se não somente com a publicação do documento acima referido, mas com as mudanças feitas por Paulo VI, posteriormente ao Concílio Ecumênico.

Enquanto as mudanças eram realizadas, diversos objetos da ritualística católica caíram em desuso, tais como as Sacras, as Capas de Aspersão ou Capas de Asperges, os Altares-Mores, e tantos outros objetos que foram deixados de lado por uma possível má interpretação pós-conciliar. Estes objetos, contam a história deste período pré-conciliar, narram uma Igreja que presava o Belo acima de todas as coisas, demonstrando seu poder e sua glória, intenção esta proveniente das ações de contrarreforma.

À medida que as casas e paróquias jesuíticas fechavam ou desfaziavam-se de objetos, vestes e estatuárias, buscando adaptar-se ao novo modo litúrgico, estas eram destinadas ao Instituto Anchietano de Pesquisas, que, na medida do possível, abarcava em seu acervo estes materiais de culto católico. Pedro Ignácio Schmitz (2022) recorda que após o Concílio Vaticano II muitos de seus colegas religiosos optaram por abandonar a vida clerical e abraçar o laicato como nova forma de vida, esse processo de abandono da vida religiosa assim como uma queda no número de vocações - não só dentro da Companhia de Jesus, mas em toda a Igreja Católica - fez com que seminários e casas religiosas fossem fechados.

Com o fechamento destes locais o Instituto Anchietano de Pesquisas recebe um acervo rico e vasto, como coloca Pedro Ignácio Schmitz (2022)

Posterior as missões jesuítas nós temos as estatuas, [...] estátuas de gesso, que no começo vinham da Alemanha e depois em Porto Alegre se criou ao menos uma fábrica destas estátuas, este é um outro patrimônio que nos lembra essa religiosidade dos colonos alemães. Outra coisa que está no acervo, são os cálices e os ostensórios, estão dentro de um estilo alemão do século XIX quando os jesuítas começaram a vir aqui [...] temos as vestes, uma coleção grande e boa de vestes, as primeiras vindas da Alemanha e depois as irmãs franciscanas daqui começaram a produzir estas vestes, então elas estão em estilo alemão.

Este acervo é organizado na sede do Instituto, formando o que seria chamado de “Museu Capela” – já que o acervo encontrava-se dentro da antiga capela do local - e posteriormente renomeado como “Memória Sacra”, permanecendo neste local

até o ano de 2014, quando o Instituto Anchietano de Pesquisas migra para o campus da UNISINOS. Conforme Schnorr (2022) ao longo de 2013, após o comunicado da realocação do Instituto para sua sede atual, ocorre um processo de organização dos acervos para sua transferência.

Aqui no campus, onde estamos hoje, onde o Instituto está, digamos assim, “abrigado”, este setor passou por toda uma transformação em sua arquitetura, houve um planejamento para que nós pudéssemos trazer todos os nossos acervos, além da parte administrativa. No ano de 2014, no primeiro semestre, foi feita a mudança de todo o acervo arqueológico, de todo acervo do Herbário PACA, de todo acervo Sacro, e de todo acervo, acompanhando o acervo arqueológico, da Memória Indígena. A nossa vinda aqui para o campus mudou a configuração dos espaços de memória. Os espaços de memória, antes, lá na Antiga Sede, ocupavam espaços pequenos, a antiga capela. Então dentro da própria capela havia parte do acervo da Memória Sacra, e anexo a esta capela havia uma sala, onde ficava então a Memória Indígena. Com a nossa vinda aqui para o campus, estes espaços foram ampliados, principalmente o espaço da Memória Sacra. Este espaço foi ampliado pois recebeu uma sala, que foi adaptada, era uma sala de seminários, que fica no andar térreo da biblioteca aqui do campus – uma sala bem mais ampla do que a que tínhamos na Antiga Sede. A Memória Indígena ganhou também um espaço próprio, não compartilhado, que era antes uma sala de aula. [...] (SCHNORR, 2022)

É com este processo de mudanças e novas configurações que o patrimônio religioso presente no acervo do Instituto passa a ser analisado, catalogado e pesquisado. Após o início do segundo semestre de 2014, o Pe. Pedro Ignácio Schmitz, então coordenador do Instituto, encarrega a bióloga Denise Maria Schnorr de trabalhar com o acervo religioso/sacro. Iniciou-se, então, um processo de organização catalográfica do acervo, fazendo o mapeamento e a produção fotográfica do mesmo. No ano de 2018 dá-se início a um projeto de pesquisa intitulado “Memória sacra da missão e província jesuítica no sul do Brasil”, coordenado em um primeiro momento pelo Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz e posteriormente pelo Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge. Com este projeto deu-se início a um dos trabalhos bases realizados com este acervo, e para o qual o Instituto Anchietano de Pesquisas fora fundado, a pesquisa científica.

Desde o início do referido projeto fez-se a catalogação e registro fotográfico de boa parte do acervo, assim como foram realizados e publicados trabalhos de pesquisa sobre as temáticas tocadas pelo patrimônio agrupado no acervo do Instituto Anchietano de Pesquisas. Até o momento trabalhou-se com quatro áreas distintas: Livros litúrgicos, com mais de quinhentos exemplares catalogados, fotografados e com trabalhos de pesquisa realizados; Vestes litúrgicas, contando

com 951 peças (2 alvas; 11 barretes; 10 batinas; 113 bolsas para corporais; 34 bolsas de viático; 19 capas de asperge; 4 capas de jesuítas professores; 223 casulas romanas e/ou góticas; 15 cíngulos; 16 dalmáticas; 293 estolas; 28 estolas de uso domiciliar (para atendimento domiciliar); 8 faixas para batina; 166 manípulos; 8 roquetes; 1 sobrepeliz) das quais capas, dalmáticas e casulas já encontram-se fotografadas e todas as peças catalogadas; Relíquias de Santos, contando com 85 relicários catalogados e parcialmente fotografados; e Bíblias, com o trabalho de catalogação e pesquisa iniciados.

4.3 O patrimônio que ainda fala: as ações de educação patrimonial e as motivações para a preservação de um acervo histórico e religioso

Como vimos ao longo desta monografia o patrimônio histórico, material e imaterial, preservados e expostos no Espaço de Memória Sacra do Instituto Anchietano de Pesquisas fazem parte e memória há uma realidade complexa de uma Igreja, de uma Ordem Religiosa e de uma parcela da sociedade gaúcha, os colonos alemães. Mas qual é o sentido da preservação e exposição deste acervo? Para que mantê-lo, preservá-lo, salvaguardá-lo? Sobre estas questões nos debruçaremos neste último subcapítulo.

Assim como uma das atividades bases realizadas dentro do Instituto Anchietano de Pesquisas é a pesquisa enquanto tal, outra atividade básica para a vivência do Instituto enquanto é a divulgação científica e de seus espaços de memória. Neste sentido o IAP trabalha de forma direta na educação patrimonial de crianças, jovens e adultos de diferentes regiões, grupos sociais e etapas escolares. Segundo Horta (*et al*, 1999, S.p.), a Educação Patrimonial

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Entende-se, portanto, que a Educação Patrimonial traduz o ensino teórico em uma aprendizagem prática, apontando as diversas manifestações culturais,

acontecimentos históricos, e tantas outras realidades através da materialidade e imaterialidade de bens patrimonializados e salvaguardados, deixando o ensino mais tangível e palpável. Segundo Denise Maria Schnorr (2022), a atividade de Educação Patrimonial através da condução de visitas aos espaços de memórias do Instituto Anchietano de Pesquisas ocorre desde 1990, de forma ininterrupta. Para Schmitz (2022)

A Sala tem o objetivo de exteriorizar, ao menos uma parte do patrimônio de forma presencial. O principal nestas salas de memória são as crianças, pois elas absorvem [...]. As crianças ajoelham diante do altar, elas entram ali e adentram em um espaço religioso - que nem sempre as igrejas, hoje em dia, oferecem – e ali, aquelas estatuas, criam este espaço. Eu acho que talvez este seja o préstimo maior da Sala de Memória. Claro, ela é uma sala de memória, ou seja, ela lembra as pessoas que visitam aquelas outras pessoas que usaram, fabricaram, então a gente lembra que fez as vestes, lembra quem fez os ostensórios, a gente lembra quem fez as estatuas. A gente lembra aquelas mães, aqueles papais, vindos da Alemanha que nas suas lutas, ajoelhavam diante de um Anjo da Guarda, diante de um São Miguel, diante destas coisas e rezavam. Essas pessoas quando entram elas, de repente, abrem, sacodem, uma memória que está lá no fundo e que talvez outras coisas não a provoquem. [...] É um patrimônio importante, interessante, de uma época, de uma população que está disponível.

Com a chegada do Instituto Anchietano a sua atual sede no campus da Universidade do Vale do Rio dos Sinos as atividades de educação patrimonial através das visitas aos espaços de memória têm continuidade. Desde 2015 estas visitas foram contabilizadas, sendo guardados os dados dos grupos visitantes no acervo documental do Instituto. No ano de 2015 os Espaços de Memória, Indígena e Sacra, receberam 1521 pessoas; em 2016, 1948 visitantes; em 2017, 2192; em 2018, 1860; e em 2019, 2637 – totalizando 10.158 visitantes, entre estudantes do Ensino Básico, público e privado, estudantes universitários e comunidade em geral.

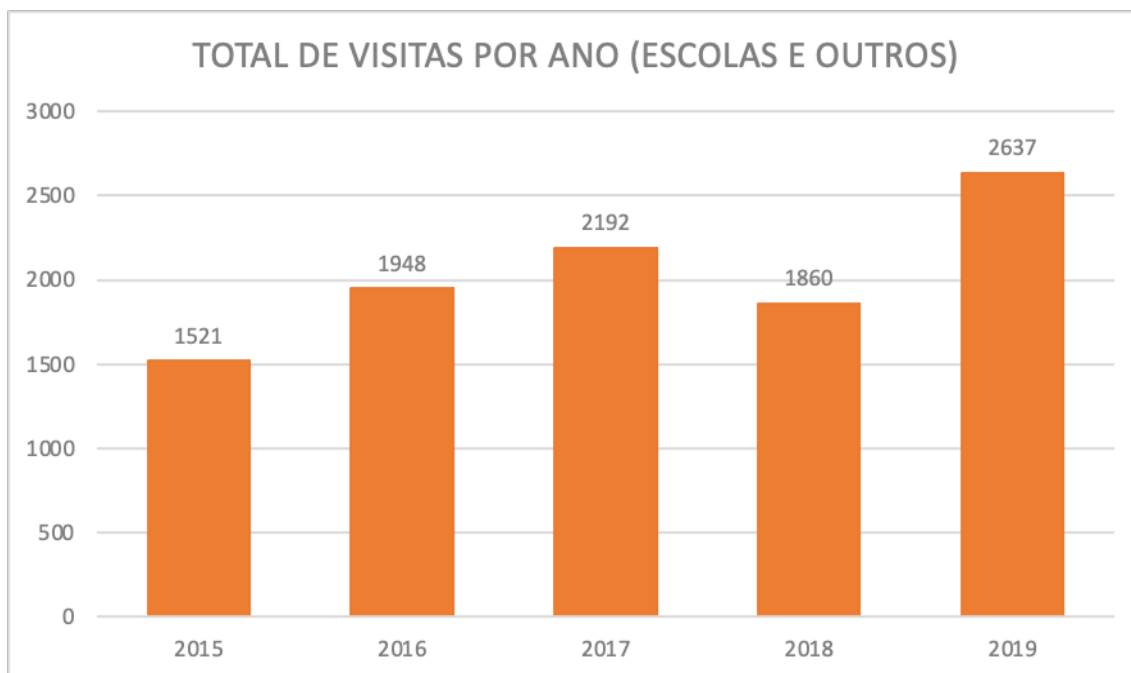


Gráfico 1 Total de visitas por ano (escolas e outros)

Nota-se em 2018 uma queda de visitas, esta justifica-se por dois eventos sociais que impactaram as visitas ao longo do ano. O primeiro dá-se na recuperação de dias letivos remanescentes de 2017, ano em que ocorreu uma grande greve do magistério público estadual do Rio Grande do Sul, limitando o tempo hábil para as saídas de estudos por parte das escolas estaduais – de onde advém boa parte do número de visitantes dos Espaços de Memória. O segundo aspecto a ser considerado é a ocorrência da chamada “greve dos caminhoneiros” ocorrida em 2018 de maio a junho. Esta paralisação acarretou uma série de problemas de logística e econômicos, levando a uma crise de abastecimento que implicaram em cancelamentos de visitas anteriormente agendadas. Estas considerações se confirmam através da análise e contabilização do número de cidades visitantes nos anos de 2017 e 2018. Em 2015 o Instituto Anchieta de Pesquisas recebeu em seus Espaços de Memória 15 cidades distintas; em 2016, 19 cidades distintas; em 2017, 14 cidades distintas; em 2018, 15 cidades distintas; e em 2019, com o quadro normalizado, 19 cidades distintas.

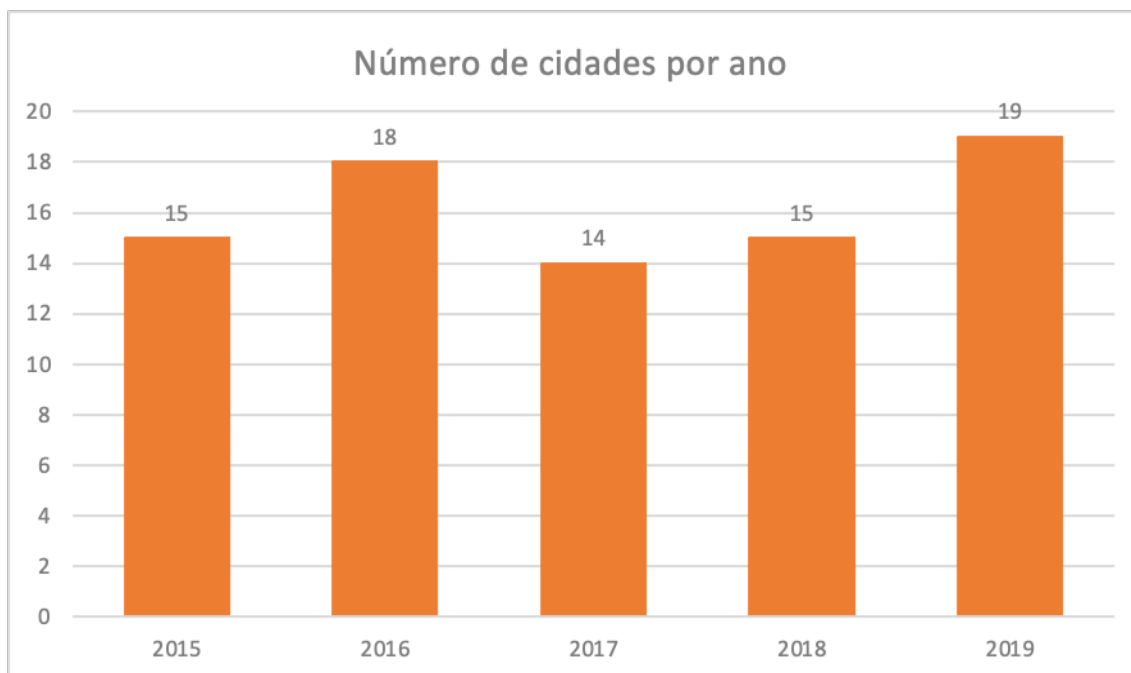


Gráfico 2 Números de cidades por ano

Outros dados relevantes para análise são, no campo das visitas escolares, os anos ou séries curriculares com maior número de visitação em nossos espaços. Observa-se em todos os anos, ou seja, de 2015 a 2019, que as séries com maior frequência aos espaços são o 5º ano do Ensino Fundamental I; 6º ano do Ensino Fundamental II e 1º ano do Ensino Médio. Isso deve-se a temática dos Espaços de Memórias que tratam sobre as missões jesuíticas, sobre as diversas populações indígenas do território nacional e sobre a colonização alemã e vinda dos jesuítas alemães ao Rio Grande do Sul. Tais temáticas, dentro da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, são abordadas nestes anos curriculares, justificando a presença desta nos Espaços de Memória Indígena e Sacra do Instituto.

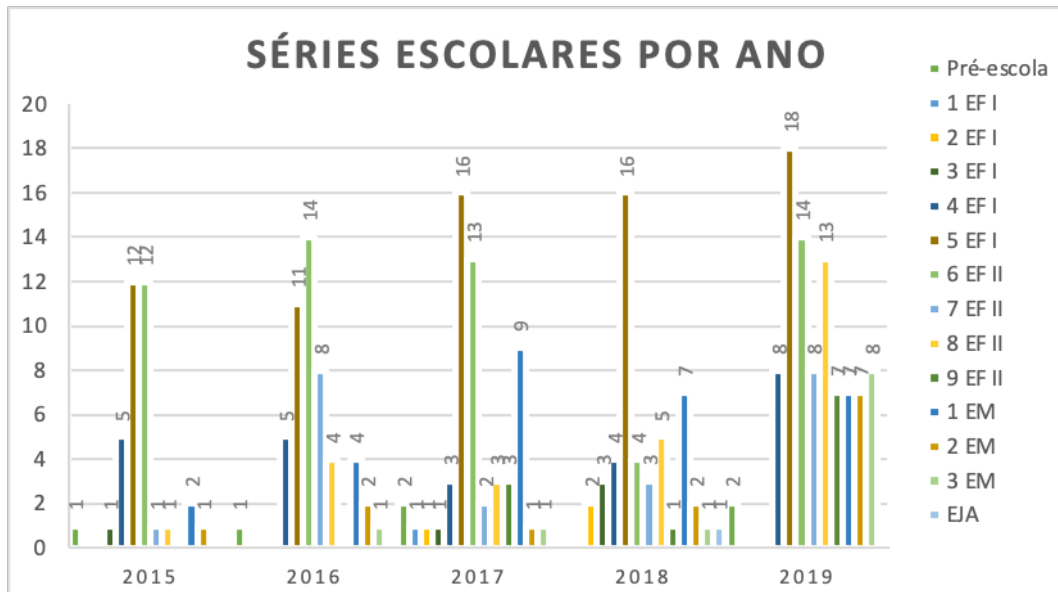


Gráfico 3 Séries escolares por ano

Podemos ainda, contabilizar as visitas por espaço, assim como as diferenciações numéricas de visitas por instituições de ensino públicas ou privadas. Percebe-se que o Instituto Anchieta de Pesquisas atende, de forma majoritária, colégios da rede pública de ensino, dado mantido em todos os anos de registro, ou seja, de 2015 a 2019.

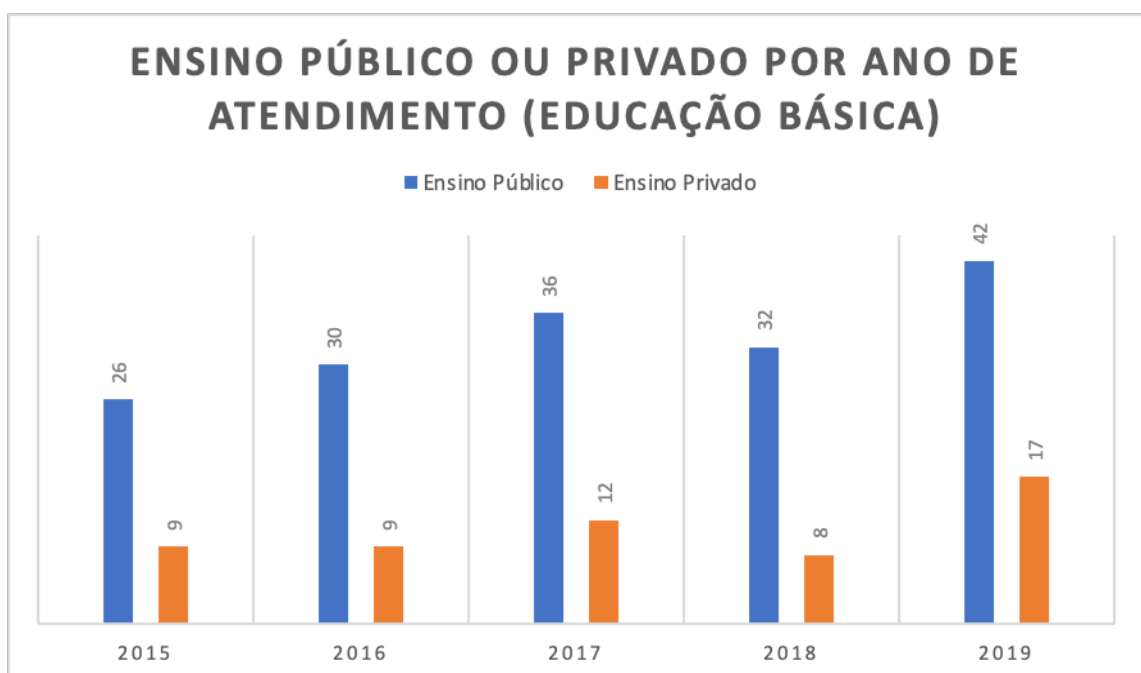


Gráfico 4 Ensino público ou privado por ano de atendimento (educação básica)

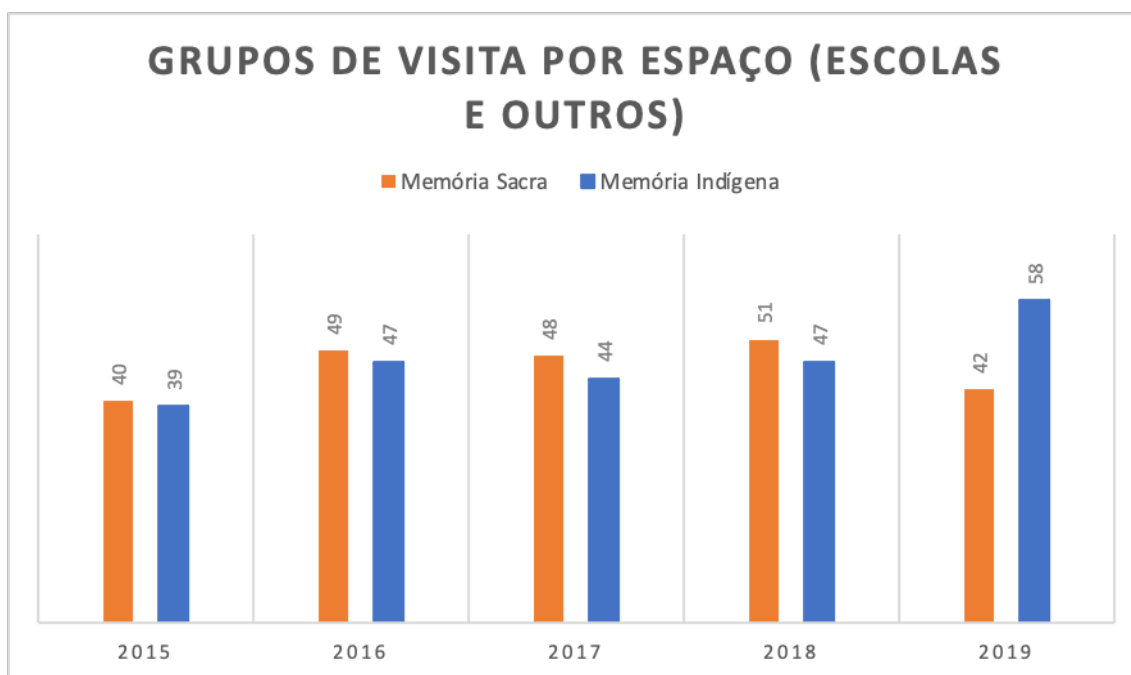


Gráfico 5 Grupos de visita por espaço (escolas e outros)

É notório, através dos dados apresentados, que o Instituto Anchietano de Pesquisas torna a memória, que envolve seus acervos patrimoniais, viva. As visitas aos espaços, como aponta Schmitz (2022), são, talvez, a principal função da existência destes, constituindo um vínculo entre os saberes construídos na academia com os processos de aprendizagem escolares. O patrimônio inutilizado é morto, mas quando posto em utilização através de visitas e de ações educacionais ele tem o poder de despertar memórias adormecidas, transmitir saberes de forma indireta e manter viva a história de uma Igreja, de uma Ordem Religiosa e de uma colonização. Por este motivo a Sala ou Espaço de Memória Sacra é constituída por “Um patrimônio que faz recordar: os jesuítas, a Igreja Católica e a imigração alemã na Província de São Pedro (1825-1965)”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta extensa pesquisa podemos perceber a complexidade por trás do acervo histórico e sacro pertencente ao Instituto Anchietano de Pesquisas. Para compreendê-lo fez-se necessário o regresso a instituições como o Padroado Régio, que remontam a uma história anterior ao Brasil Império, e que são essenciais para o entendimento da crise do catolicismo no século XIX. Percebemos que as relações entre Estado e Igreja se davam de forma deturpada e complexa, resultando em um abandono religioso da população brasileira e especialmente do território sulino.

Deparamo-nos com um clero e uma sociedade marcados pelas políticas pombalinas do século XVIII, que resultaram na expulsão da Companhia de Jesus dos territórios da Coroa Portuguesa, assim como impulsionaram a supressão da referida Ordem pela Igreja Católica. Estas heranças pombalinas fizeram crescer dentro do seio clerical brasileiro um sentimento galicano de Igreja Estatal, em busca de uma influência quase que nula da Igreja Romana e do Papa no clero e decisões eclesiais brasileiras – movimentos que vão gerar o que concebemos ao longo do trabalho como um clero liberal ou liberalismo católico.

Vimos, mesmo que de forma breve, o início dos processos de colonização alemã no território sulino e o abandono religioso destes imigrantes por parte da Igreja Católica e do Estado Imperial Brasileiro. É neste cenário de desamparo na fé que os colonos alemães iniciam cultos religiosos populares, elegem “padres leigos” - normalmente os professores das comunidades – e vivendo conforme o possível a sua fé católica, servidos por sacerdotes seculares que não compreendiam sua língua e de moral e catequese duvidosa. Neste contexto surgem no território sulino, após a Restauração da Companhia de Jesus, no ano de 1842 os jesuítas de língua espanhola, que realizam um importante trabalho pregando missões e estabelecendo o início daquilo que iremos chamar de “Restauração Católica” ou processo de “Romanização”. Tal processo ganhará força com a chegada dos jesuítas de fala germânica em 1849, vindos por pedidos ao Superior Geral da Ordem por parte do presidente da província e dos padres jesuítas espanhóis.

É através da chegada e ação missionária destes religiosos que o processo de ultramontanismo católico no território da Província de São Pedro ganhará forças, principalmente com a chegada de Dom Sebastião Dias Laranjeiras – segundo bispo

da Diocese de São Pedro, Porto Alegre – que em união com os jesuítas dará início a um processo de reforma do clero e da piedade popular.

O apostolado dos jesuítas iniciou-se, em 1849, nas paróquias de territórios majoritariamente ocupados por imigrantes alemães, tendo nestas comunidades se estabelecido conflitos entre missionários e colonos. Tais confrontos davam-se como resultado de um catolicismo popular - iniciado pelas circunstâncias de abandono religioso vivenciado pelos alemães – em choque com o catolicismo romanizado/tridentino e suas exigências de costumes, observância dos cânones e da moralidade, advindo com os jesuítas. É, porém, notório que o trabalho dos missionários surtiu efeitos profundos na religiosidade das populações por eles atendidas, reavivando o catolicismo tridentino nas comunidades por onde passavam.

A construção do Colégio Conceição fora, talvez, o grande feito da Companhia de Jesus no território colonial alemão do estado gaúcho. Através desta instituição o projeto de restauração do catolicismo ganha ainda mais força, tendo ela formado muitos jovens e sacerdotes em um molde escolástico de ensino. Esta realidade de um profícuo apostolado irá permanecer até meados do século XX, quando as casas jesuíticas do Sul do Brasil diminuem em número e em vocações. Com o advento do Concílio Ecumênico Vaticano II esta realidade se intensificará. O patrimônio histórico e religioso sofrerá as consequências das mudanças litúrgicas e de concepção ocorridas durante o concílio, tendo vários templos sido descaracterizados e seus patrimônios sendo descartados.

É neste contexto que o Instituto Anchietano de Pesquisas, nascido em 1956, iniciará o processo de salvaguarda de bens patrimoniais religiosos de casas e paróquias jesuíticas do Sul do Brasil. Tais patrimônios religiosos, que narram uma história para além da Companhia de Jesus, são preservados e expostos por este Instituto, visando a salvaguarda da memória de um catolicismo aos poucos esquecido pelas novas gerações. Como visto ao longo do trabalho, neste acervo religioso memória e patrimônio se fundem e são inseparáveis. Os objetos salvaguardados fazem memória a uma população abandonada em sua fé e posteriormente socorrida por missionários que se viram desamparados, em diversos momentos, pelo Estado. A preservação de tais bens faz com que a história tanto da Companhia de Jesus, assim como da Colonização Alemã no território sulino seja perpetuada e transmitida, através de ações constantes de educação patrimonial.

Através das entrevistas realizadas com personagens partícipes da construção do Espaço de Memória Sacra, tornou-se evidente a história e construção deste patrimônio, assim como o seu impacto na comunidade que cerca o campus UNISINOS. Os dados de visitação analisados permitem a compreensão da extensão das ações de educação patrimonial, preservação de memória e patrimônio realizados pelo Instituto Anchietano de Pesquisas dos anos de 2015 a 2019, atividades que, interrompidas pela pandemia em 2020 e 2021, retornaram à normalidade de atendimentos no ano de 2022.

Esta monografia pretendeu narrar a história deste acervo histórico e patrimonial religioso, assim como narrar a história por ele representada através dos processos de rememoração e exposição. Trata-se de um acervo histórico vasto, portador das mais diversas possibilidades de pesquisa, nos mais diversos campos do saber, as quais a presente monografia não pretendeu e não daria conta de trabalhar. Faz-se necessário um maior aprofundamento sobre as perspectivas de crise e restauração católica ao longo do século XIX e inícios do século XX no território da Província de São Pedro. Percebeu-se, ao longo da pesquisa bibliográfica para esta monografia, que a historiografia que aborda tal temática detém-se em personagens específicos, como Dom Sebastião Dias Laranjeiras, todavia, faz-se necessário um recuo temporal para a compreensão real deste processo de enfrentamento da crise católica sulina, passando por um processo de revisão da aplicabilidade dos conceitos de “ultramontanismo”, “romanização” e “restauração católica”. Espera-se que, a partir deste trabalho, o Espaço de Memória Sacra seja fonte de diversas outras pesquisas, problematizações, análises e discussões, para que a memória histórica, religiosa e social ali guardada permaneça viva e em movimento constante.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ARRUDA, C. R. de M.S.; BORGES, L. N. de O. **Aspectos Jurídicos do Regalismo no Brasil Imperial**. In: Revista Brasileira de História do Direito, Salvador, v.4, n.1, p.87-101, Jan./Jun. 2018.

AZEVEDO, F. **A inesperada trajetória do ultramontanismo no Brasil Império**. In Perspectiva Teológica, n.20, 1988, p. 201-218.

AZEVEDO, F. **Jesuítas espanhóis no sul do Brasil (1842 – 1867)**. In Pesquisas – História, n. 24. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1984.

AZZI, Riolando. **O altar unido ao trono: um projeto conservador**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BECKER, Klaus (org.). **Enciclopédia Rio-grandense: o Rio Grande Antigo**. Vol. 1. Canoas: Editora Regional, 1956a.

BECKER, Klaus (org.). **Enciclopédia Rio-grandense: o Rio Grande Antigo**. Vol. 2. Canoas: Editora Regional, 1956b.

BLUME, Sandro. **Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul: recorte dos cotidianos**. Orientador: Prof. Dr. Martin Dreher. 2010, 291 f. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em História – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2010.

BOHNEN, A.; ULLMANN, R. A. **A atividade dos Jesuítas de São Leopoldo (1844-1989)**. São Leopoldo: UNISINOS, 1989.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira. (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul**: Império. 1ed. Passo Fundo: Méritos, 2006.

BORIS, Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2015.

BRAGANÇA, Rafael de Oliveira. **Um padre na monarquia sem rei**: a trajetória política de Diogo Antônio Feijó (1831-1835). Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gladys Sabina Ribeiro. 2018. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2018.

CARVALHO, Roberto Machado. **Feijó e os padres do patrocínio de Itú**. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Volume LXXXIV, São Paulo, 1989.

COELHO, Tatiana Costa. **Discursos ultramontanos no Brasil do século XIX**: os bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Orientador: Prof. Dr. Guilherme Pereira das Neves. Niterói – RJ: UFF, 2016.

D’ALESSIO, Márcia M. **Metamorfoses do patrimônio**: o papel do historiador. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, 2012, p.79 – 90.

DREHER, M. N. **Igreja e germanidade**: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

DREHER, M. N. **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. São Leopoldo: Edições EST, 1998.

DREHER, M. N. **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. São Leopoldo: Edições EST, 2002.

FISCHER, Luís A.; GERTZ, René E. (coords.). **Nós, os teutos-gaúchos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

GOLIN, Nelson B. T. (coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul: colônia**. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2006a.

GOLIN, Nelson B. T. (coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul: império**. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2006b.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções**. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

JAEGER, L. G. **A expulsão da Companhia de Jesus do Brasil em 1760**. In Pesquisas História, n.12. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1960.

KÜHN, Fábio. **“Um corpo, ainda que particular”**: irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. História Unisinos, v. 14, nº2, maio/agosto de 2010.

LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-Grandense**. 2. Ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 1983.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. 7 Ed. São Paulo: Editora UNICAMP, 2013.

LIMA, L. L. da G. **O Padroado e a Sustentação do Clero no Brasil Colonial**. In: Saeculum – Revista de História, João Pessoa, p. 47-62, jan./jun. 2014.

LIMA, Marina Luna Castor de. **Arquitetura entre Reforma e Contrarreforma**: as novas tipologias de igrejas construí-das em Roma após o grande saque e os antecedentes do projeto para Il Gesù. 2018. Dissertação (Mestrado em História e

Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2018.

LIMA, Maurilio C. de. **Breve História da Igreja no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LUCA, Tania Regina. **Práticas de Pesquisa em História**. São Paulo: Ed. Contexto, 2021.

LUTTERBECK, Jorge A. **Jesuítas no Sul do Brasil**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1977.

MEIHY, José C. S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Ed. Contexto, 2020.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Identidade Cultural e Arqueologia**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 20, 1984. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=%5C%5CAcervo01%5Cdrive_n%5CTrbs%5CRevIPHAN%5CRevIPHAN.docpro&pesq=identidade%20cultural%20e%20patrimonio%20arqueologico&pagfis=7524> Acessado em: 15 de maio de 2022.

MONTEIRO, Lorena Madruga. **A romanização do catolicismo e os instrumentos de restauração católica dos jesuítas no Brasil**. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. **Catolicismo e Liberalismo no Brasil (1826-1837)**. *In: Caminhos*, Goiânia, v.13, n.1, p. 131-148, jan./jun. 2015.

OLIVEIRA, G. A.; SCHNORR, Denise Maria. **Memória e patrimônio religioso: a importância da preservação de materiais religiosos dos Sécs. XIX e XX como história eclesiástica do sul do Brasil.** In: Marcelo Vianna (Org.); et al. *Ofícios de Clio: Experiências de memória e patrimônio.* 01ed.Porto Alegre: Editora FI, 2020, v., p. 269-282.

PÁDUA, Jorge Hage. **Germanidade, Luteranismo e Catolicismo: uma reflexão acerca das relações de sobrevivência e dependência entre a religião e a cultura teuto-brasileira no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Edição do autor, 2001.

PETRY, Leopoldo. **Historia da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Oficinas gráficas Rotermund & Co, 1936.

RABUSKE, Arthur. **A secular Matriz de São Leopoldo.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1978.

RAMBO, Arthur B. **Jesuítas no Sul do Brasil: o projeto pastoral.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2013.

RAMOS, E. H. C. DA L.; SILVEIRA, ÉDER DA S. **Patrimônio Cultural e Educação.** *Ágora*, v. 17, n. 2, p. 1-9, 16 maio 2016.

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico.** São Paulo: Ed. Pioneira, 1973.

RICCI, Magda. **Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843).** Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Vol. 1 e 2. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. **O retorno da Companhia, a partir das missões populares dos jesuítas espanhóis, no extremo sul do Brasil (1842-**

1867). **História e Cultura**, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 316, 22 set. 2014. Revista Historia e Cultura. <http://dx.doi.org/10.18223/hiscult.v3i2.983>.

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. **O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)**. In Cadernos IHU ideias, Ano 13, n. 224, vol.13, São Leopoldo, 2015.

SANTOS, Fabiano Glaeser dos. **A eclesiologia ultramontana de Dom Sebastião Dias Laranjeiras e suas implicações para a Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado – Programa de pós-graduação em Teologia, PUCRS. Orientador: Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich. Porto Alegre: PUCRS, 2019.

SANTOS, F. **A Companhia de Jesus e o concílio de trento: aspectos pedagógicos da contra-reforma**. Revista Tempos e Espaços em Educação, p. 207-218, 2014.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma**. In: Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 2, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2010.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **A Igreja e a construção do Estado no Brasil Imperial**. In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN, 2013a.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Padroado e Regalismo no Brasil Independente**. In: XIV Jornadas Interescuelas, Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013b.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Dai a César o que é de César e ao Papa o que é do Papa – A reforma Ultramontana no Segundo Reinado**. Anais do I Seminário Internacional Brasil no Século XIX. Niterói/RJ: Sociedade Brasileira de Estudo do Oitocentos, 2015.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Reformas da Igreja em contraposição.** Itinerantes. Revista de Historia y Religión, p. 65-90, 13 set. 2018.

SCHUPP, A. **A missão dos jesuítas alemães no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004

SOUZA, Françoise J. de O. **Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências:** a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. *In: Almanack braziliense*, n. 8, p. 127-137, 2008.

SPOHR, I. **História das Casas:** um resgate histórico dos jesuítas no Sul do Brasil – São José do Hortêncio. Porto Alegre: Ed. Padre Reus, 2015.

SPOHR, I. **História das Casas:** um resgate histórico dos jesuítas no Sul do Brasil – Dois Irmãos. Porto Alegre: Ed. Padre Reus, 2016.

TAVARES, M.D. **Irmandades religiosas, devoção e ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888).** Dissertação de mestrado – programa de pós-graduação em História - UNISINOS. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Cristina Deckmann Fleck. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

TODOROV, Tezvetan. **Memoria Del mal, tentación Del bien** – lindagación sobre El siglo XX. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

VIEIRA, D. V. **História do catolicismo no Brasil.** Vol. 1. São Paulo: Ed. Santuário, 2016.

WERNET, A. **A Igreja paulista no século XIX:** A reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851- 1861). São Paulo: Ática, 1987.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946.

DOCUMENTOS ANALISADOS:

COUTINHO, José da Silva. **Livro de visitas pastorais**, #15, fl 27. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. 1815.

INSTITUTO, Anchietano de Pesquisas. **Ata de fundação**. Porto Alegre: 1956. (Documento impresso disponível no acervo do Instituto Anchietano de Pesquisas).

INSTITUTO, Anchietano de Pesquisas. Estatutos. Porto Alegre: S.d. (Documento impresso disponível no acervo do Instituto Anchietano de Pesquisas).

LEO XII, Bulla “Praeclara Portugalliae, Algarbiorumque Regum”, em: Bullarium Romanum, tomo 17, Rainaldi Segreti, Romae, 1855, p. 59 *Apud* VIEIRA, D. V. **História do catolicismo no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Ed. Santuário, 2016.

LOPES, Vicente Zeferino Dias. **“Comentário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737”**. Cópia datilografada. Acervo histórico do Instituto Anchietano de Pesquisas.

MACHADO, Francisco Alvareres. **Circular que o presidente da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul dirige aos Parochos da mesma**. 1 de fevereiro de 1841. Arquivo documental Pe. Jaeger, IAP – Instituto Anchietano de Pesquisas, UNISINOS.

PARÓQUIA, Nossa Senhora da Conceição. **Livro tombo paroquial**. 1832.

RODRIGUES, L. F. M. **Entrevista concedida a Gabriel Azevedo de Oliveira**. São Leopoldo, 26 mai. 2022. [A entrevista encontra-se arquivada em acervo pessoal do entrevistador]

SCHMITZ, P. I. **Entrevista concedida a Gabriel Azevedo de Oliveira**. São Leopoldo, 14 mai. 2022. [A entrevista encontra-se arquivada em acervo pessoal do entrevistador]

SCHNORR, D. M. **Entrevista concedida a Gabriel Azevedo de Oliveira**. São Leopoldo, 26 mai. 2022. [A entrevista encontra-se arquivada em acervo pessoal do entrevistador]

VILLARRUBIA, Santiago L. **Relato histórico das atividades jesuíticas no período final dos Farrapos (1842 a 1845)**. Traduzido e datilografado por Ferdinand Azevedo e Arthur Rabuske (1987). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1860-1864.

APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DOCUMENTAL

Circular que o Presidente da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul dirige aos Parochos da mesma.

Entre as muitas e variadas cauzas, que tem arrastrado esta Província ao abysmo de males em que se acha submergida, o quase total abandono (ilegível) das matérias religiozas é sem duvida a mais poderosa. A Religião Christã, a unica civilisadôra, a unica que presta á moral uma larga baze de justiça, sem a qual nem um povo, nem um governo regular se pode manter e sustentar, parece estar inteiramente amortecida. Derramou-se por entre a desapercebida população a venenosa doutrina da incredulidade pregada pelos ímpios livros d'esses políticos, que procurando a liberdade, a justiça e a igualdade fora do Evangelho, conduzirão o povo da França ao regimen do terror, ao despotismo da espada. Mal preparados os nossos Curas para resistir á impetuosa torrente das novas subversivas ideias, pela maior parte desampararão a arena; os púlpitos ficarão vagos, e os mestres da Ley incursos no anathema de Izaias, por que em fim eles se calarão!, a moral do Evangelho que o Divino Restaurador ensinou para tornar os homens melhores e mais felizes cahio em dezusos; parte do povo na ignorância religioza perdeu-se em um cahós de todas as corrupções dos costumes. Foi assim que esta Província, a patria do valor, da honra e da lealdade, vio bem a seu pesar, uma parte de seus desnaturados filhos calcar aos pés os mais sagrados juramentos, quebrar a fidelidade devida ao Soberano, infringir todas as Leys Divinas e humanas, e astear o sanguinolento estandarte da rebelião no meio d'uma assembleia de todos os crimes e de todos os vícios até então desconhecidos na Província, que os detestava. Póde o ferro do soldado, ou a espada judicial ceifar os díscolos, que assim perturbáo a paz publica, que assim deslutrão o nome Rio Grandense, mas os seus pestíferos efeitos ficarão os mesmos, em quanto a luz da verdade não levar convicção ao fundo dos corações, em quanto o povo se não convencer de que sem Religião não há moralidade publica e sem moralidade nem os governados obedecem aos governantes, nem os governantes se submetem a Leys; e neste desgraçado estado a paz, a prosperidade, o socego cederão o seu lugar á anarchia, que altiva levantará o cólo no meio da publica desordem.

Empenhado como estou com a obrigação que contrahi de reconduzir esta Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao seu estado normal; não posso ficar espectador indiferente da escassez do ensino Religiozo, que divizo m a mór parte das Parochias, onde os Vigarios se Limitão a diser Missa e a confessar algumas pessoas, deixando os seus rebanhos quase inteiramente faltos do necessário pão da palavra. E com quanto pelo lado de sua missão divina estejam os Vigarios fora do alcance do poder temporal, e só obrigados á dar contas de sua fé a Deos, á sua consciência, e a seus Prelados; todavia estão sujeitos á ação do Governo, que é o Padroeiro da Igreja Brasileira, e na qualidade de empregados públicos pela Nação estipendiados, obrigados se achão a responder pelo modo por que desempenhão seos altos deveres ao Imperante, que pelos seus Direitos Magestáticos de suprema inspeccção e advocacia jamais consentirá que eles se desviem do caminho da Igreja, e não preenchão os fins de sua missão – instruindo aos seus fregueses nos princípios do Christianismo, e sustentando-os na fé com [não identificado] amplos de paz e charidade, sem o que a palavra não toca, não persuade e não converte.

Longe porém estou de querer fazer aos nossos Pastores a injustiça de suppo-los fracos na fé e túbios em suas obras; antes acredito que o abandono da instrução religiosa é nascido do desacorogoamento que a calamidade da época tem produzido; e por isso acredito, que um simples convite será bastante para que de novo os púlpitos se abirão, e a voz do Pastor esclareça, e dirija o povo como nos passados tempos em que temíamos a Deus, seguíamos os mandamentos, obedecíamos a nossos Monarchas, e vivíamos na paz, na prosperidade e na abundancia. Acredito ser bastante um simples convite a todos os vigários, a todos os Sacerdotes, a todos os homens de bem, a todas as famílias bem educadas d'esta Provincia, para que de novo a Religião de nossos honrados Avós levante-se com toda a importância, com toda a pompa, com toda a Magestade, que apresenta no meio dos povos, ainda mesmo os menos adiantados na carreira da civilização.

E o mesmo Evangelho, que nos ordena o não desacoroçar da sorte dos homens; quando o gênero humano parece irremediavelmente condemnado á rebarbarisação e á incredulidade, o sentimento religioso então reage com mais vigor e força: a espécie humana é essencialmente perfectível, e a Divina Providencia abre diante d'ella, e todos os dias, cada vez mais claros e mais dilatados orizontes. Eis por que ao século dezoito, século de incredulidade, succedeo o século presente, todo religioso: a incredulidade é já olhada como um sinal de má educação; o mesmo

povo já vae reconhecendo, que a pouca sciencia é que aparta muitas vezes o homem da Religião, e que a muita sabedoria o reconduz a ella; o povo mesmo já vae reconhecendo, que é para justificar uma vida de crimes e de escândalos, que a maior parte dos nossos affectados ímpios dizem – que não há Deus!! – doutrina ante-social; doutrina desolante!; doutrina que arranca do coração do rico e poderoso o salutar temor que o priva de oprimir ao pobre e desvalido; doutrina detestável, que murcha no coração do homem de bem a esperança de ver além do tumulto recompensados seos sofrimentos e suas virtudes: doutrina que vae dar na politica da força, no governo do despotismo. Não hade ser porém no Reinado de um Monarcha tão bem educado, tão religioso como o Senhor D. PEDRO II, que se hade perder uma tão interessante parte de seu povo. Em quanto eu vou prostrar-me aos pés do Throno, e impetrar de S.M.I. a creação de uma nova Diocese n'esta Provincia: em quanto o Exmo. e Reverendissimo Sr. Bispo Diocesano, retido por suas enfermidades, não aparece com o Evangelho na mão em meio desta parte de seus filhos: eu como delegado do Poder Executivo recomendo à todos os Srs. Parochos da Provincia, que quanto antes restabeleção a antiga e salutar uzança das homilias em os Domingos, e dias Santos de guarda, e espero em seo zelo e sabedoria, que desenvolverão, e explicarão aos povos as santas máximas do Evangelho, d'este Livro divino onde se encerra toda a Philosophia, toda a moral, toda a politica necessária para tornar o homem feliz neste e na outra vida: n'esta proporcionando-lhe o socego de uma consciência ilibada, e na outra galardoando suas virtufes. E confiando no reconhecido character de honradez e proibidade da grande [não identificado] do povo d'esta bela província, espero que todos os homens de bem, que todas as famílias honestas e bem educadas, que todos os verdadeiros amigos da liberdade se prestem as mãos para lançar um paradeiro legal a torrente da impiedade, filha da ignorância; e para que a despeito das zombarias dos bobos, e dos viciosos, fação consistir seo timbre em ser christãos, em dirigir-se na carreira da vida segundo as normas da Religião Santa de nossos Paes, e em respeitar os Sacerdotes.

Palacio do Governo em Porto Alegre 1º de fevereiro de 1841.

Illm. E Reverendissimo Sr. Francisco Alvares Machado, Presidente da
Provincia.¹

¹ Transcrição realizada mantendo a grafia original da carta.

APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO - SCHNORR



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Unidade Acadêmica de Graduação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM, ÁUDIO E GRAVAÇÃO, ASSIM COMO TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA EM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO A SER VEICULADO EM MEIOS ELETRÔNICOS DE DIVULGAÇÃO DISPONIBILIZADOS E UTILIZADOS PELA UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS.

Eu, Denise Maria Schnorr, Endereço MARQUÊS DO HERVIAU 854, APTO 202, SH-CENTRO, RG 4024838641, CPF 60043080-68, autorizo, por meio desta, o Sr. Gabriel Azevedo de Oliveira e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, a utilizar **GRATUITAMENTE** o conteúdo produzido através de entrevista por mim concedida ao referido aluno para inserção no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “UM PATRIMÔNIO QUE FAZ RECORDAR: os jesuitas, a Igreja Católica e a imigração alemã na Província de São Pedro (1824-1964)” que poderá ser disponibilizado na rede interna de computadores da UNISINOS, no ‘site’ da Universidade bem como em qualquer outro meio eletrônico de divulgação utilizado pela Instituição de Ensino, para os específicos fins educativos, técnico-científicos, culturais e não-comerciais de divulgação institucional, abrindo mão, desde já, de quaisquer outras reivindicações a respeito do referido uso publicitário sobre o conteúdo produzido.

São Leopoldo, 06 de junho de 2010.

Denise Maria Schnorr
Assinatura

Gabriel Azevedo de Oliveira
Assinatura do Aluno

APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO - SCHMITZ



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Unidade Acadêmica de Graduação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM, ÁUDIO E GRAVAÇÃO, ASSIM COMO TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA EM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO A SER VEICULADO EM MEIOS ELETRÔNICOS DE DIVULGAÇÃO DISPONIBILIZADOS E UTILIZADOS PELA UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS.

Eu, Pedro Tenacio Schmitz, Endereço
R. Padre Dr. Aloisio Schuen, RG 1001294305, CPF
006.919.0880-04, autorizo, por meio desta, o Sr. Gabriel Azevedo de Oliveira e a
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, a utilizar **GRATUITAMENTE** o conteúdo produzido
através de entrevista por mim concedida ao referido aluno para inserção no Trabalho de Conclusão de
Curso intitulado “UM PATRIMÔNIO QUE FAZ RECORDAR: os jesuítas, a Igreja Católica e a imigração
alemã na Província de São Pedro (1824-1964)” que poderá ser disponibilizado na rede interna de
computadores da UNISINOS, no ‘site’ da Universidade bem como em qualquer outro meio eletrônico de
divulgação utilizado pela Instituição de Ensino, para os específicos fins educativos, técnico-científicos,
culturais e não-comerciais de divulgação institucional, abrindo mão, desde já, de quaisquer outras
reivindicações a respeito do referido uso publicitário sobre o conteúdo produzido.

São Leopoldo, 06 de junho de 2022.

P. J. Schmitz
Assinatura

Gabriel Azevedo de Oliveira
Assinatura do Aluno